



UNIVERSIDADE FEDERAL DE UBERLÂNDIA
INSTITUTO DE PSICOLOGIA



Programa de Pós-Graduação em Psicologia - Mestrado
Área de Concentração: Psicologia Aplicada

Janaina Aparecida Paulino

Relação entre percepção e comportamento de risco e níveis de habilidades cognitivas em um grupo de adolescentes em situação de vulnerabilidade social

UBERLÂNDIA

2009

Janaina Aparecida Paulino

Relação entre Percepção e Comportamento de risco e níveis de habilidades cognitivas em um grupo de adolescentes em situação de vulnerabilidade social

Dissertação apresentada ao Programa de Pós Graduação em Psicologia – Mestrado, do Instituto de Psicologia Universidade Federal de Uberlândia, como requisito parcial à obtenção do Título de Mestre em Psicologia Aplicada.

Área de Concentração: Psicologia Aplicada

Orientador (a): Prof^ª Dr^ª Renata Fernandes F. Lopes

UBERLÂNDIA
2009

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP)

- P328r Paulino, Janaina Aparecida, 1978-
Relação entre percepção e comportamento de risco e níveis de habilidades cognitivas em um grupo de adolescentes em situação de vulnerabilidade social / Janaina Aparecida Paulino. - 2009.
124 f.
Orientadora: Renata F. Fernandes Lopes.
Dissertação (mestrado) - Universidade Federal de Uberlândia, Programa de Pós-Graduação em Psicologia.
Inclui bibliografia.
1. Comportamento humano - Teses. 2. Comportamento de risco (Psicologia) - Teses. 3. Processo decisório - Teses. 4. Inteligência - Teses.
I. Lopes, Renata Ferrarez Fernandes. II. Universidade Federal de Uberlândia. Programa de Pós- Graduação em Psicologia.III.Título.
CDU: 159.9.019.43
-

Janaina Aparecida Paulino

Relação entre Percepção e Comportamento de risco e níveis de habilidades cognitivas em um grupo de adolescentes em situação de vulnerabilidade social

Dissertação apresentada ao Programa de Pós Graduação em Psicologia – Mestrado, do Instituto de Psicologia Universidade Federal de Uberlândia, como requisito parcial à obtenção do Título de Mestre em Psicologia Aplicada.

Área de Concentração: Psicologia Aplicada

Aprovada em 03 de Setembro de 2009

BANCA EXAMINADORA:

Prof^a. Dr^a. Renata Ferrarez Fernandes Lopes (Presidente)
Instituição: Universidade Federal de Uberlândia – Uberlândia, MG.

Prof^a. Dr^a. Ederaldo José Lopes (Membro Titular)
Instituição: Universidade Federal de Uberlândia – Uberlândia, MG.

Prof. Dr. Alexandre Vianna Montagnero (Membro Titular)
Instituição: Centro Universitário do Triângulo – Uberlândia, MG.

Prof. Dr. José Augusto Dela Coleta (Membro Suplente)
Instituição: Centro Universitário do Triângulo - Uberlândia, MG.

*Para as duas mulheres mais especiais
da minha vida, minha mãe Elza e
minha filha Giovana, que são provas
vivas de amor incondicional, vocês são
bênçãos na minha existência e é por
vocês que busco ser, a cada dia, uma
pessoa melhor.*

AGRADECIMENTOS

A Deus, pelo dom da vida e por todos os dias me surpreender com as infinitas demonstrações de sabedoria, perdão, bênçãos e verdadeiro amor de Pai.

À Dra. Renata Fernandes Ferrarez Lopes, minha orientadora, exemplo de competência, profissionalismo, compreensão e, sobretudo de coragem e sensibilidade; agradeço infinitamente pelas orientações, pela confiança e o respeito compartilhado nos momentos tão marcantes do último ano.

Ao Dr. Sinésio Gomides Junior, pela intervenção justa, sábia e ética em momento decisivo do mestrado, sua dedicação e apoio foram determinantes para o surgimento desse trabalho.

À Giovana, minha amada filha, que mesmo sem compreender o que estava acontecendo, participou diretamente de todo o desenvolvimento desse trabalho, sua vontade de viver e cada sorriso distribuído nos momentos de trabalho árduo fizeram reviver em mim a determinação e a persistência para vencer mais esse desafio.

Ao Adriano, responsável direto pelo maior presente que já recebi até o momento, obrigada por acreditar em mim e por dividir comigo a missão de ser pais; confio que nosso esforço e vontade de dar certo na vida serão reconhecidos e recompensados em breve.

À minha família, por me ensinar o valor da Educação e por se realizarem em cada uma das minhas conquistas. À minha mãe, pela paciência e esforço imensurável, sem você este trabalho não seria possível. Ao meu pai, pela honestidade e seriedade, que me ensinaram a levar tão a sério tudo o que faço na minha vida. Ao meu irmão Fabio, pelo carinho e a torcida incansável. Obrigada pela paciência.

À Gesiane, pessoa especial e amiga, pelas muitas horas que dedicou nos últimos meses compartilhando comigo angústias, alegrias, dificuldades e conquistas não só do mestrado, mas também na vida pessoal. Sua amizade leal e sincera foi fundamental para a conclusão desse trabalho.

À Renata, companheira de mestrado e amiga, pelas inúmeras trocas, pela cumplicidade, disponibilidade e espontaneidade, você me ajudou a encontrar forças para superar diversos momentos difíceis da minha vida ao longo desses dois últimos anos, sua amizade será, sem dúvida, para mim e minha família, um dos maiores ganhos desse mestrado.

À Mariângela e o Maurício, amigos queridos, por me incentivarem e encorajarem a fazer o mestrado, vocês acreditaram que eu seria capaz de crescer e me desenvolver como pessoa, humana e de valores corretos. Nenhuma distância me fará esquecer vocês.

Aos amigos Alice, Carolina, Elisane, Maiango, Michela, Simone, Tatiana e Valesca, amigos que sempre me apoiaram nos momentos mais importantes da minha vida.

Aos professores Ederaldo e Alexandre que prontamente aceitaram participar desta banca examinadora, agradeço as contribuições oferecidas.

Aos professores e funcionários do Programa de Pós-graduação em Psicologia da Universidade Federal de Uberlândia, pelas discussões e pelo conhecimento compartilhado para o meu crescimento intelectual.

Aos coordenadores e demais profissionais do Centro de Referência em Assistência Social pesquisado, pela disposição em fornecer todas as condições necessárias para realização deste estudo.

Aos agentes jovens, que de maneira tão espontânea e bem humorada, se dispuseram a contribuir com minha pesquisa.

*“Sim, sou eu, eu mesmo, tal qual resultei de tudo.
Quanto fui, quanto não fui, tudo isso, sou...
Quanto quis, quanto não quis, tudo isso me
forma...”* (Fernando Pessoa)

RESUMO

Este estudo teve por objetivo analisar a relação entre níveis de habilidades cognitivas (inteligência verbal e não verbal) e percepção de risco e intenção em apresentar comportamentos de risco em um grupo de adolescentes em situação de vulnerabilidade social. A hipótese central deste trabalho foi a de que adolescentes com altos níveis de habilidades cognitivas apresentariam maior percepção do risco e se engajariam menos em comportamentos de risco. Participaram da pesquisa quarenta e oito adolescentes que participam do Projeto de ação social denominado Agente Jovem em uma cidade do triângulo mineiro com idade entre 15 e 17 anos de idade, cujas famílias vivem em situação de risco social conforme os indicadores apresentados pelo SUAS. Os sujeitos responderam a três instrumentos, sendo uma escala de percepção de risco e intenção de apresentar comportamento de risco, e dois testes que avaliam habilidades cognitivas: a Bateria de Provas de Raciocínio (BPR-5) e o teste das matrizes progressivas de Raven. Os instrumentos foram aplicados no Centro de Referência a Assistência Social após aceite voluntário e autorização dos pais. Após a coleta, realizou-se a análise descritiva e correlacional dos dados. Os resultados indicaram que de maneira geral a amostra como um todo possui níveis de desempenho na faixa média nas provas de habilidades cognitivas. Vale destacar que houve diferença significativa no desempenho de homens e mulheres para raciocínio mecânico, com os homens tendo um resultado melhor do que o das mulheres. Entre os tipos de percepção de risco houve apenas uma correlação positiva e moderada entre percepção de risco legal/ético e percepção de risco à saúde. O raciocínio verbal apresentou correlação com a percepção de risco legal/ético e com a percepção de risco à saúde. Entre os participantes com menor escolaridade quanto maior foi a percepção de risco legal/ético maiores também foram as percepções de risco à saúde e de risco social, o mesmo ocorreu em participantes com maior escolaridade. O raciocínio mecânico apresentou correlação com intenção de apresentar comportamento de risco legal/ético e com comportamento de risco financeiro. Não houve diferenças significativas entre os sexos quando se analisou percepção de risco e comportamento de risco. Este estudo permitiu verificar algumas correlações entre percepção de risco e inteligência, bem como a presença de correlações entre “tipos” de intenção em apresentar comportamentos arriscados e inteligência. Estes dados corroboram de certa forma nossa hipótese inicial de que há uma relação entre inteligência e percepção de risco. Foi possível constatar que habilidades intelectuais superiores ajudam a perceber melhor riscos desta natureza, mas não garante a evitação de comportamentos que gerem tais punições e sanções. Estudos como este ajudam a avaliar elementos ligados ao risco que devem ser abordados em programas sociais de cunho preventivo que visem adolescentes, como o projeto no qual esta amostra está inserida.

Palavras Chave: percepção de risco, comportamento de risco, vulnerabilidade social, inteligência

ABSTRACT

The aim of this study was to analyze the relationship between cognitive abilities level (verbal and non verbal intelligence) risk perception and intention to show risk behavior in a teenagers group in social vulnerability situation. The main hypothesis was that cognitive abilities high levels would show greater risk perception and would be less engaged in risk behavior. Forty-eight teenagers of a social group named Young Agent were studied in a city in Triângulo Mineiro, a region of Minas Gerais State, Brazil. They were 15-17 years old teenagers whose families experience social risk situation according to Brazilian Social Assistance Unified System (SAUS). The subjects answered three instruments: a risk perception and intention to show risk behavior scale and two cognitive ability tests — Reasoning Test Battery (BPR-5) and Raven's progressive matrix test. These instruments were applied in a Social Assistance Reference Center after voluntary accepting and parents permission. Data had descriptive and correlative analysis. The results showed that, in a general way, the sample showed average *performance* in a range in cognitive tests. Men showed significant better *performance* in mechanic reasoning than women. Concerning to risk perception types there was only a moderate positive relation between ethic and legal risk perception and health one. Verbal reasoning related to ethic and health risk perception. Among less-schooling participants higher was ethic and legal risk perception higher were also health and social risk perception.. Mechanic reasoning was related to intention to show ethic and legal as well to finance risk behavior. There was no significant sexual difference when analyzing risk perception and risk behavior. This search allowed to verify some relation between risk perception and intelligence as well it presented relation between the types of intention to engage to risk behavior and intelligence. These data somehow confirm our initial hypothesis that there is a relationship between intelligence and risk perception. It was possible to see that higher intellectual abilities help to perceive these kind of risk, but it does not grantee avoiding behavior which could generate consequent sanctions and punishments. Studies like this have social and theoretical relevance to preventive social programs directed to teenagers in risk.

Key Words: risk perception, social vulnerability, intelligence

LISTA DE TABELAS

Tabela 1 Itens e fatores da escala de percepção de risco	60
Tabela 2 Itens e fatores da escala de intenção de apresentar comportamento de risco	62
Tabela 3 Valores de assimetria (Skewness): RAVEN e Bateria BPR-5	74
Tabela 4 Valores de assimetria (Skewness): Fatores da Escala de Risco	74
Tabela 5 Caracterização da amostra em função da idade.....	75
Tabela 6 Caracterização da amostra em função da escolaridade	75
Tabela 7 Caracterização da amostra em função da forma de aplicação das provas de raciocínio da BPR-5 e a variável sexo.....	76
Tabela 8 Caracterização da amostra em função da escolaridade dos pais e responsáveis	77
Tabela 9 Caracterização da amostra em função da Renda Familiar	77
Tabela 10 Descrições Verbais de classificação a partir das faixas de percentil da BPR-5	78
Tabela 11 Tabela indicativa de Média de desempenho e classificação em cada Prova de Raciocínio avaliado na BPR-5 para amostra como um todo, mulheres e homens.....	79
Tabela 12 Média de desempenho e classificação nas Provas de Raciocínio da BPR-5 conforme forma de aplicação	80
Tabela 13 Tabela indicativa de Média de desempenho, classificação, frequência e porcentagens da amostra para desempenho na Prova de Raciocínio VERBAL da BPR-5.....	81
Tabela 14 Tabela indicativa de Média de desempenho, classificação, frequência e porcentagens da amostra para desempenho na Prova de Raciocínio ABSTRATO da BPR-5	82
Tabela 15 Tabela indicativa de Média de desempenho, classificação, frequência e porcentagens da amostra para desempenho na Prova de Raciocínio MECÂNICO da BPR-5	83
Tabela 16 Tabela indicativa de Média de desempenho, classificação, frequência e porcentagens da amostra para desempenho na Prova de Raciocínio ESPACIAL da BPR-5 ..	84
Tabela 17 Tabela indicativa de Média de desempenho, classificação, frequência e porcentagens da amostra para desempenho na Prova de Raciocínio NUMÉRICO da BPR-5	85
Tabela 18 Tabela de Correlações entre as Provas de Raciocínio da BPR-5 para Forma A de aplicação.....	86
Tabela 19 Tabela de Correlações entre as Provas de Raciocínio da BPR-5 para Forma B de aplicação.....	86
Tabela 20 Comparação entre as Provas de Raciocínio da BPR-5 Forma A de Aplicação	87
Tabela 21 Comparação entre as Provas de Raciocínio da BPR-5 Forma de Aplicação B.....	88
Tabela 22 Caracterização da amostra para desempenho no Raven.....	89

Tabela 23 Comparação entre os desempenhos no teste Raven entre homens e mulheres	89
Tabela 24 Médias e Desvios-padrão de percepção de risco e intenção de apresentar comportamentos de risco para a amostra como um todo	90
Tabela 25 Médias e Desvios-padrão de percepção de risco e intenção de apresentar comportamentos de risco conforme a forma de aplicação	91
Tabela 26 Médias e Desvios-padrão de percepção de risco e intenção de apresentar comportamentos de risco conforme o gênero	91
Tabela 27 Correlações de Pearson entre os fatores da escala de Percepção de Risco	92
Tabela 28 Correlações entre os fatores da escala de percepção de risco, as subescalas da BPR-5 e a Prova de Raven para a amostra como um todo.....	93
Tabela 29 Correlações de Pearson entre as Provas de Raciocínio da BPR-5 Forma de Aplicação A e fatores da escala de Percepção de Risco	93
Tabela 30 Correlações de Pearson entre as Provas de Raciocínio da BPR-5 Forma de Aplicação B e fatores da escala de Percepção de Risco.....	94
Tabela 31 Comparação entre a Percepção de Risco e as Provas de Raciocínio da BPR-5 para a amostra como um todo, a Forma de Aplicação A e a Forma de Aplicação B	96
Tabela 32 Correlações entre os fatores da escala de Comportamento de Risco para a amostra como um todo.....	97
Tabela 33 Correlações entre os fatores da escala de Comportamento de Risco, as subescalas da BPR-5 e a Prova de Raven para a amostra como um todo.....	98
Tabela 34 Correlações entre os fatores da escala de Comportamento de Risco para a Forma A de aplicação das subescalas da BPR-5	98
Tabela 35 Correlações entre os fatores da escala de Comportamento de Risco e as subescalas da BPR-5 para a Forma B	99
Tabela 36 Comparação entre o Comportamento de Risco e as Provas de Raciocínio da BPR-5 para a amostra como um todo, Forma de Aplicação A e a Forma de Aplicação B	100
Tabela 37 Comparação entre o Comportamento de Risco e as Provas de Raciocínio da BPR-5	102
Tabela 38 Correlações de Pearson entre fatores da escala de Percepção de Risco e fatores da escala de comportamento de risco.....	103

SUMÁRIO

Introdução	27
Capítulo 1 Caracterizando a amostra enquanto um grupo vulnerável a comportamentos de risco: O Projeto <i>Agente Jovem de Desenvolvimento Social e Humano</i>	31
Capítulo 2 Comportamento e percepção de risco: definições e principais estudos sobre o papel da família e das relações sociais sobre comportamentos de risco em adolescentes.....	35
Capítulo 3 Relação entre inteligência e percepção e comportamento de risco.....	43
Objetivos do trabalho	55
Hipótese.....	55
Capítulo 4 Metodologia.....	57
4.1 Participantes	57
4.2 Contexto	57
4.3 Instrumentos	58
4.3.1 Escala para avaliação de percepção e de intenção de apresentar comportamento de risco.....	58
4.3.2 Bateria de Provas de Raciocínio (BPR-5)	63
4.4.3 Escala de Matrizes Progressivas de Raven – Escala Avançada	65
4.4 Procedimentos	67
4.4.1 Primeira etapa: Contato com o CRAS, Comitê de Ética, Pais e Adolescentes.....	67
4.4.2 Segunda etapa: preparação do contexto da pesquisa.....	69
4.4.3. Terceira etapa: aplicação dos testes.....	69
Capítulo 5 Análise dos Resultados	73
5.1 Amostra Estudada e os Fatores de Risco.....	73
5.2 A amostra estudada e suas habilidades intelectuais	78
5.2.1 Resultados da bateria BPR-5	78
5.2.2 Resultados do Teste Raven.....	89
5.3 A Amostra com relação aos dados sobre Percepção de Risco.....	71
5.3.1 Análise das Correlações.....	73
5.3.2. Análise da diferença entre os sexos.....	76

5.4 A Amostra com relação aos dados sobre intenção de apresentar comportamento de risco.....	96
5.4.1 Análise das correlações	96
5.4.2 Análise da diferença entre os sexos.....	100
5.5 Análise das amostras separadas pelas Formas (A e B) de aplicação da BPR – 5	101
Capítulo 6 Discussão Dos Resultados	105
6.1 A amostra estudada e os fatores de risco.....	105
6.2 A amostra estudada e suas habilidades cognitivas	113
6.3 A amostra estudada e a percepção de risco e a intenção de comportar-se de forma arriscada	117
Considerações Finais	127
Referências.....	131
Anexos.....	141
Anexo A: Termo de autorização – Coordenação do Centro de Referência em Ação Social.....	143
Anexo B: Termo de consentimento livre e esclarecido para pais e/ou responsáveis.....	145
Anexo C: Termo de consentimento livre e esclarecido para o adolescente.....	147
Anexo D: Termo do Comitê de Ética	149
Anexo E: Escala de percepção e de intenção de apresentar comportamento de risco	151

RELAÇÃO ENTRE PERCEPÇÃO E COMPORTAMENTO DE RISCO E NÍVEIS DE HABILIDADES COGNITIVAS EM UM GRUPO DE ADOLESCENTES EM SITUAÇÃO DE VULNERABILIDADE SOCIAL

Introdução

O estudo da percepção e do comportamento de risco na adolescência é importante, uma vez que é nessa fase da vida que a pessoa se encontra mais exposta à adoção de novos comportamentos e à busca de novas experiências (Camargo, 1999). Esse autor aponta que é comum a presença de fatores de risco nessa faixa etária, visto que tais fatores são semelhantes àqueles que fazem parte da própria adolescência, tais como conflitos psicossociais, necessidade de integração social, busca de independência familiar, busca de autoestima e identidade etc.

De acordo com Feijó e Oliveira (2001), a busca constante por novas experiências torna os adolescentes, em tese, mais suscetíveis ao engajamento em comportamentos de risco, que podem ser definidos, na adolescência, como a participação em qualquer atividade que possa comprometer a saúde física e mental do indivíduo. Nesse sentido, o autor considera que a curiosidade e o comportamento exploratório do jovem, nessa fase do desenvolvimento, aliados à influência do meio por meio do grupo, da família e da mídia são fatores que tornam o sujeito vulnerável à consolidação desses comportamentos de risco com significativas consequências no seu desenvolvimento individual, familiar e social.

Entre os estudos sobre risco em amostras de crianças e adolescentes existentes na literatura, pode-se encontrar uma grande concentração de pesquisas que correlacionam os comportamentos de risco com a delinquência, a sexualidade e doenças sexualmente

transmissíveis, a agressividade e, por fim, com o abuso de álcool e de drogas (Câmara, 2005; Cooper, 2003; Hutz & Koller, 1997; Cardoso, Malbergier & Figueiredo, 2008).

Zuckerman (2000) pesquisou a relação entre engajamento em comportamento de risco e gênero e evidenciou, em seus resultados, que os adolescentes do sexo masculino engajam-se mais em comportamentos de risco do que as mulheres, especialmente na adolescência, fato que os autores acreditaram se refletir nos altos índices de acidentes de carro, uso abusivo de álcool, uso de drogas e jogos patológicos. O autor destaca, ainda, a influência dos hormônios no número prevacente de comportamentos de risco encontrado nos homens jovens em seu estudo, uma vez que altos níveis de testosterona estariam correlacionados aos diferentes níveis de assertividade, agressividade e excitação sexual.

Câmara (2005) realizou um mapeamento dos comportamentos de risco de enfrentamento violento, conduta sexual de risco e consumo de drogas ilegais em 389 jovens matriculados no segundo grau de escolas públicas e privadas de Porto Alegre, no intuito de analisar fatores relacionados a estratégias de *coping*, bem-estar psicológico e apoio familiar e de amigos. Os resultados desse estudo apontaram para um cenário extremamente positivo, uma vez que apresentaram baixos índices de realização de comportamentos de risco entre os jovens estudantes, bem como estratégias positivas e bem adaptadas frente a fatores de risco. Mapeamentos como esse reforçam a relevância de projetos preventivos, como meios econômicos e eficazes de garantir o menor engajamento dos adolescentes em comportamentos de risco. Tais projetos devem respeitar as características e as peculiaridades do adolescente, mas também proporcionar a Educação, a divulgação do conhecimento e a valorização de elementos éticos, morais, o papel da família, das escolas e instituições (Feijó & Oliveira, 2001).

O objetivo geral desta pesquisa foi analisar a relação entre níveis de habilidades cognitivas (inteligência verbal e não verbal) e percepção de risco e intenção em apresentar

comportamentos de risco em uma amostra de adolescentes em situação de vulnerabilidade social que participam do Projeto de ação social denominado Agente Jovem.

Nos próximos capítulos, com o objetivo de fundamentar este estudo, caracterizaremos, no primeiro capítulo, a amostra estudada como um grupo vulnerável a comportamentos de risco; apresentaremos, no segundo capítulo, os principais estudos sobre percepção e comportamento de risco em adolescentes e no terceiro capítulo apresentaremos as pesquisas que apresentam relações entre inteligência e percepção e comportamento de risco. Os resultados são analisados no quinto capítulo e discutidos no sexto capítulo. Finalmente, são formuladas as considerações finais.

CAPÍTULO 1

Caracterizando a amostra enquanto um grupo vulnerável a comportamentos de risco: O Projeto *Agente Jovem de Desenvolvimento Social e Humano*

A presente pesquisa elegeu como amostra jovens participantes de uma das ações sociais mais disseminadas e de maior repercussão entre os adolescentes em situação de vulnerabilidade social, em uma cidade do Triângulo Mineiro, para pesquisar a relação entre habilidades cognitivas (inteligência verbal e não verbal), percepção e comportamento de risco: o Projeto Agente Jovem de Desenvolvimento Social e Humano (Sposito, Silva & Souza, 2006).

O Projeto foi criado em 2000, no âmbito da Secretaria de Estado de Assistência Social, foi vinculado a uma das ações de intensificação de prevenção ao fenômeno da violência do Programa Nacional de Direitos Humanos e foi apresentado como um dos compromissos do Governo Federal.

O Agente Jovem, como é popularmente conhecido, é mantido pelo Governo do atual Presidente Lula e, até estatísticas de 2006, alcançava cerca de 50.000 jovens no Brasil (Brasil, Ministério da Previdência e Assistência social – MPAS, 2001a e 2001b). Além disso, vale ressaltar que, na cidade pesquisada, sua implementação envolve duas esferas de Governo com atribuições diferentes: o Governo Federal é responsável pela concepção, monitoramento, assessoria, avaliação e definição dos municípios a serem atendidos; já ao município cabe a execução, que pode ser feita diretamente ou por meio de parcerias com universidades ou

ONGs (Organizações Não-Governamentais). Os recursos que garantem a manutenção do Projeto são de responsabilidade do Governo Federal, contudo é prevista participação dos governos estadual e municipal, bem como de iniciativa privada (Sposito et al., 2006).

O Projeto visa a atender “adolescentes carentes” de quinze a dezessete anos, pertencentes a famílias que atendam aos critérios de vulnerabilidade social, estabelecidos pelo Governo Federal, por meio da Norma Operacional Básica do SUAS (Sistema Único de Assistência Social): famílias com renda *per capita* de até meio salário-mínimo, que habitam bairros e municípios que apresentam baixos IDHs (Índices de Desenvolvimento Humano), que vivam em moradias precárias e de baixa infraestrutura; que pertençam a famílias cujo responsável seja analfabeto ou de baixa escolaridade, desempregado ou mulheres sem cônjuge, e que possuam crianças e adolescentes em situação de trabalho infantil e fora da escola (Brasil, Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome – MDS, n.d.).

Conforme esclarecem Sposito e Carrano (2003) o programa estabelece como meta uma proposta de intervenção junto a adolescentes que, por não terem idade adequada para ingressar no mercado de trabalho, além de serem moradores de localidades empobrecidas, desprovidas de alternativas e para os quais existiam poucos programas, estariam, conseqüentemente, sujeitos à ociosidade e à marginalidade. Diante desse contexto, a elaboração do Projeto Agente Jovem visa a atender a necessidade de elaborar um programa que mantenha esses jovens em atividade retirando-os da situação de risco iminente em que se encontram constantemente (Brasil, Ministério da Previdência e Assistência social – MPAS, 2001a). Ainda de acordo com Ministério, o Projeto prevê como objetivos específicos:

- ✓ Apoiar os jovens no planejamento e na construção de seu futuro;
- ✓ Resgatar seus vínculos familiares, comunitários e sociais;
- ✓ Oferecer-lhes instrumentos para que possam desenvolver ações comunitárias;
- ✓ Prepará-los para o ingresso no mercado de trabalho;

- ✓ Contribuir para a melhoria dos indicadores sociais na comunidade, por meio de sua atuação;
- ✓ Garantir a inserção ou reinserção no sistema educacional.

Entre as exigências do programa, o jovem deve manter-se regularmente matriculado e frequente na escola, deve participar de cursos de capacitação e orientação que acontecem semanalmente, implantar projetos de intervenção em suas comunidades, prioritariamente nas áreas de saúde, cultura, meio ambiente, cidadania, esporte e turismo e, por fim, participar ativamente nos “locais de aprendizado” – parcerias estabelecidas entre a prefeitura por intermédio dos coordenadores do Projeto e de estabelecimentos do setor empresarial - que se responsabilizam por iniciar os jovens no mercado de trabalho pela profissionalização (Sposito et al., 2003).

Enquanto está inserido no Projeto, cada agente jovem recebe uma bolsa mensal no valor de R\$ 65,00 e são acompanhados por “facilitadores” (profissionais de diferentes áreas, entre os quais assistente social, psicólogo e pedagogo), responsáveis por realizar intervenções junto aos adolescentes e as suas famílias, e “orientadores sociais” (preferencialmente estudantes universitários ou que possuam formação universitária que facilite a atuação na área social e que geralmente possuam experiência de trabalho com jovens) são responsáveis pelos encontros semanais chamados de orientações e devem acompanhar as ações do jovem no dia a dia e facilitar a ação social juvenil.

Diante dessa configuração, é possível acrescentar que o Projeto Agente Jovem prevê dois eixos de atuação: o primeiro eixo age na perspectiva de que o *“jovem é fonte e vítima de problemas sociais, e ao mesmo tempo, é o protagonista do desenvolvimento de sua comunidade”* (Sposito, et al., 2006, pg. 252). Sendo assim, o Projeto deve garantir a reinserção social do adolescente, resgatar seus vínculos familiares e fornecer-lhe opções de

atividades educacionais e profissionais, com isso, retira-o da situação de risco social. A segunda perspectiva prevê atuação promovendo o protagonismo juvenil por meio das atividades de preparação e orientação adequada para atuarem no apoio às suas comunidades. Nesse contexto, o protagonismo juvenil é compreendido como uma forma de estimular o jovem a construir sua autonomia, mediante a criação de espaços e de situações propiciadoras de sua participação criativa, construtiva e solidária (Brasil, Ministério da Previdência e Assistência social – MPAS, 2001a).

CAPÍTULO 2

Comportamento e percepção de risco: definições e principais estudos sobre o papel da família e das relações sociais sobre comportamentos de risco em adolescentes

Os estudos e pesquisas envolvendo o construto “risco” aumentaram consideravelmente nas últimas décadas, principalmente nas ciências que atuam na área da saúde, do trabalho e do meio ambiente. O risco, de maneira geral, pode ser definido como a probabilidade de perigo que expõe o homem e/ou o ambiente a situações de ameaça física (Houaiss, 2001).

Renn (1992) destaca-se como um dos autores que considera avaliação de risco como uma atividade predominantemente quantitativa, focalizando as causas e as consequências dos fenômenos que geram perigo. Entretanto, sua abordagem do construto risco desconsidera que possíveis danos possam ser resultados de experiências e de interações sociais.

Em contrapartida, outro grupo de autores (Lima, 1995; Slovic, 1999; Thielen; Hartmann & Soares 2008; Wynne, 1992) representam uma vertente que se contrapõe a essa objetividade na análise de risco e compreende que a realidade humana está imersa em riscos permeados de valores morais e sociais oriundos de experiências pessoais e de razões que diferem de um indivíduo para outro. Nesse sentido, segundo esses mesmos autores, é possível compreender percepção de risco como a forma pela qual as pessoas pensam acerca dos riscos, bem como o conjunto de crenças e valores que dão significado a cada um dos acontecimentos ameaçadores no contexto social de cada uma delas.

Sendo assim, é fundamental destacar que a percepção de risco não existe fora de um contexto nem tampouco pode ser mensurado fora dele. De acordo com Slovic (1999), é importante diferenciar “risco real” de “risco percebido” na compreensão de como as pessoas percebem e respondem aos riscos, considerando-os dimensões repletas de valores e que exigem a avaliação de outros fatores, além da avaliação técnica dos riscos.

Nos estudos de percepção de risco, algumas dimensões individuais não podem ser desconsideradas, entre elas Chauvin, Hermand e Mullet, (2007) apontam: idade, sexo, nível educacional, renda, orientação religiosa, preferências políticas, cultura, atitude arriscada, experiências pessoais com risco, crenças sociais, ansiedade, autoeficácia, *locus* de controle, crenças ambientais e fatores de personalidade.

Segundo Adams (1995), a existência humana está repleta de riscos cotidianos que não oferecem perigo significativo e sob os quais o ser humano mantém um relacionamento constante entre as recompensas esperadas e os custos percebidos em cada ação realizada. Contudo, ainda segundo esse mesmo autor, consequências negativas ao bem-estar físico e emocional podem ser agravadas diante de determinados comportamentos prejudiciais de quem os executa.

Nesse contexto, Hutz e Koller (1997) definem comportamento de risco como o conjunto de ações ou atividades humanas que podem aumentar a probabilidade de consequências adversas para o desenvolvimento psicossocial, bem como desencadear ou agravar danos e doenças a quem as realizou. Isso significa que, no estudo do comportamento de risco, deve-se compreender o risco a partir de suas variáveis sociais e psicológicas e não apenas com base nos critérios biomédicos.

Apesar de existirem inúmeras razões que fazem com que uma pessoa se engaje em comportamentos de risco, Auerbach, Abela e Ringo (2007) esclarecem que esse tipo de comportamento desadaptado tem como uma de suas principais funções reduzir emoções

desagradáveis e indesejáveis. Sendo assim, essa função do comportamento de risco garantiria a manutenção de um círculo vicioso no qual as ações de risco promoveriam um alívio imediato dos sintomas indesejáveis e esses comportamentos, por sua vez, gerariam resultados negativos, o que intensificaria os afetos negativos iniciais e levariam a pessoa a buscar, mais uma vez, alívio nos comportamentos de risco (Bardone, 1996; Cooper, Agocha & Sheldon, 2000).

Albertani, Scivoletto e Zemel (2006) apresentaram dois conceitos relevantes para a melhor compreensão deste estudo: fatores de risco e fatores de proteção; definem fatores de risco como o conjunto de circunstâncias psicossociais e características pessoais que tornam um indivíduo mais vulnerável a engajar-se em comportamentos arriscados. Já os fatores de proteção constituem as circunstâncias, geralmente representantes de aspectos de saúde integral, que contrabalançam as vulnerabilidades e, conseqüentemente, contribuem para diminuir a probabilidade de tais indivíduos assumirem comportamentos de risco.

A partir desses dois conceitos, Aun (2005) considera, ainda, que, além de enumerar os fatores de risco que desencadeiam determinado comportamento, é preciso compreender que o comportamento ocorre nas relações e, conseqüentemente, tais relações são capazes de potencializar e reter as intenções de apresentar determinados comportamentos de risco.

Nessa perspectiva, a literatura pesquisada (Albertani et al., 2007; Kalina, 1999; Sudbrack, 2004) indica que os fatores de risco não devem ser considerados apenas com foco direto no indivíduo, mas a partir do aspecto relacional em que o adolescente, população-alvo desta pesquisa, está inserido nos diferentes contextos da rede social.

Morin (1996) analisa o sujeito como produto de uma relação que oscila entre a autonomia e a dependência de outros indivíduos que constituem seu sistema de pertencimento, destacando que o indivíduo só se torna autônomo a partir da maneira pela qual

se relaciona com os vários sistemas de pertencimento inerentes ao ambiente em que vive. Entretanto, viver em sociedade, como aponta Nasciutti (1996), pressupõe participar de instituições que se caracterizam por pequenos grupos com regras, funções e valores distintos que retratam, além da dimensão coletiva, os desejos individuais implícitos compartilhados pelos membros dessas organizações.

Dessa forma, as pessoas que não se encaixam nesse modelo vivem a exclusão social e, em contrapartida, compõem um novo grupo, que segundo Sawaia (1999), é submetido ao processo de “Inclusão Perversa”, uma vez que toda exclusão supõe uma inclusão.

Santos (2006), em sua pesquisa sobre fatores de risco e de proteção para o envolvimento com drogas entre adolescentes de uma escola do Distrito Federal, enfatizou que tais fatores de risco constituem-se a partir das redes sociais em que o indivíduo está inserido e acrescentou que o mapeamento de tais redes sociais pode identificar fatores capazes de promover o envolvimento, bem como distanciar o adolescente de comportamentos de risco. A autora relata, ainda, que cada dimensão da rede social contém grupos de fatores de risco capazes de ampliar a situação de risco e destaca, entre eles, quatro contextos fundamentais: as relações familiares, a convivência no grupo (amizades/namoros), a escola/trabalho e a comunidade.

A família representa um dos mais importantes elementos da formação da personalidade de um indivíduo e, conseqüentemente, exerce grande influência na constituição da percepção de risco e na intenção de uma pessoa apresentar comportamento arriscado. Contudo, Sudbrack (1998) destaca a família como alvo de um paradoxo, visto que essa instituição, tão antiga, mantém, simultaneamente, fatores de risco e de proteção, o que faz com que cada família tenha que ser estudada de maneira contextualizada, levando em consideração a perspectiva cultural, étnica, as relações de gênero e de poder nas famílias, com

grande destaque para a capacidade de influenciar as relações de que cada membro de um sistema familiar dispõe, geralmente de maneira desigual.

Nesse sentido, Minuchin (1990) acredita que o adolescente, bem como os demais membros da família, compõem parte de um sistema familiar repleto de padrões, diante dos quais são baseados e definidos seus comportamentos, personalidade, sua autoimagem em relação às suas qualidades e papéis diante das demais pessoas que constituem o núcleo familiar. Santos (2006) afirma, ainda, que esse processo sempre deve estar contextualizado com a cultura, com a classe socioeconômica e com as questões de gênero que determinam as relações e o desenvolvimento de cada adolescente com sua família.

Ainda nesse contexto, o adolescente desempenha papel essencial na complementação das patologias e dependências emocionais vivenciadas por essa família, desencadeando o que Colle (2001) denomina de dependência relacional afetiva, processo pelo qual o adolescente assume, dentro de sua organização familiar, um papel ou função de manutenção da organização desse sistema, incluindo as patologias e padrões patológicos de afeto e apego, bem como “acobertando” e impossibilitando que tais padrões sejam rompidos. Nesse sentido, estão vulneráveis a vários comportamentos de risco.

Santos (2006) acredita que a maneira pela qual as relações do adolescente são estabelecidas com os membros de sua rede social pode influenciar e determinar o autorreconhecimento e autoimagem que esse jovem possuirá futuramente, principalmente sua estrutura de identidade, hábitos de autocuidado, projetos de vida e perspectivas. Em contrapartida, ela defende que tais relações familiares também podem ampliar as situações de risco em que esse adolescente se envolverá. Uma das formas pelas quais isso pode acontecer é por meio do exemplo claro e direto, uma vez que, se um comportamento de risco for visto

como normal ou de fácil acesso pelo adolescente, em seu círculo de amigos ou familiares, as possibilidades de esse indivíduo praticá-lo ou envolver-se nele são ainda maiores.

Na escala que avalia percepção/intenção de apresentar comportamento de risco (Anexo E) utilizada nesta pesquisa é possível perceber os itens 09 (Consumir bebida alcoólica em excesso) e 07 (Dirigir bêbado), como exemplos, uma vez que, se esses hábitos forem comuns entre os membros da família, o risco do adolescente se envolver com o vício do álcool e reproduzir os mesmos comportamentos aumenta, em comparação com as famílias que orientam seus adolescentes sobre as consequências do alcoolismo ou que demonstram preocupação, por meio de determinadas atitudes, tais como a precaução de evitar que um familiar alcoolizado dirija um automóvel, em função dos riscos.

Nesse mesmo sentido, Kalina (1999) alerta para o estabelecimento de modelos e padrões negativos de relação transferidos pela família ao adolescente por meio de suas ações, reforçando que a família pode ocupar lugar de co-geradora de vícios e de maus hábitos, em função das duplas mensagens que os exemplos de suas ações carregam para o adolescente. O hábito de mentir, por exemplo, como utilizado no item 26 da escala de percepção/intenção de apresentar comportamento de risco, pode ser considerado como natural e normal, se for utilizado com frequência pelos familiares e, conseqüentemente, pode ser compreendido pelo adolescente, como modelo adequado a ser seguido, dada a frequência com que acontece nas relações dos membros da família entre si ou com terceiros.

Alguns autores (Abramovay & Castro, 2002; Galduróz, Noto, Fonseca & Carlini, 2004) apontaram a partir de pesquisas epidemiológicas que a família se revela como um espaço em que acontecem com maior frequência as primeiras experiências do jovem com condutas de risco, como vícios em álcool, cigarro, drogas e conflitos com a lei. Sob esse aspecto, a escala de percepção/intenção de apresentar comportamento de risco traz outros comportamentos nos itens 9 (Consumir bebida alcoólica em excesso) e 18 (Fumar cigarros)

que representam forte influência direta para o envolvimento do adolescente em tais vícios, bem como por meio do exemplo citado no item 2 (Comprar drogas ilegais) e no item 8 (Falsificar documentos), uma vez que a convivência com membros da família que mantêm tais vícios ou praticam tais delitos pode garantir a transmissão da cultura ilegal para esse adolescente.

Diante dessa realidade, é possível constatar a importância que o ambiente social familiar pode ter no futuro dos jovens e as condições socioeconômicas adversas destacam-se como mais um dos fatores que ampliam a situação do risco de seus membros. Lima (2001) destaca a presença constante de sentimentos como frustração e hostilidade propiciados por situações de privação socioeconômica diante da impossibilidade de uma família de prover ao adolescente a ajuda material percebida como necessária a ele. Esse autor aponta, ainda, que determinados produtos de consumo são tratados na sociedade capitalista como objetivo para o alcance da felicidade humana e do prazer, o que, quando culminado paralelamente com a busca de identidade, característica da adolescência, faz com que determinados objetos de consumo assumam um poder de garantir a identificação do jovem com determinados grupos e ideais. Em consequência, o consumismo em si, exigido para que um adolescente seja aceito pelo grupo, pode gerar maiores comportamentos ligados a riscos financeiros.

CAPÍTULO 3

Relação entre inteligência e percepção e comportamento de risco

Historicamente, a inteligência tem sido um dos temas mais estudados na Psicologia e, até hoje, um dos mais importantes e polêmicos, constantemente dividindo opiniões entre os cientistas. Em função da grande relevância do tema, a inteligência é motivo de várias pesquisas desde o início do século passado; em sua maioria, essas pesquisas retratam a inteligência como aspecto que influencia diretamente o saber, a competência, a tomada de decisões, a resolução de problemas, a aprendizagem, entre outras funções mentais (Roazi & Souza, 2002). Considerando que tomada de decisão e resolução de problemas são fatores que participam da percepção e do comportamento de risco, a relação entre inteligência e risco suscita nosso interesse nesta pesquisa.

Uma das abordagens do construto “inteligência” é a tradição psicométrica, sobre o qual Hogan (2006) defende a existência de uma peculiar interação histórica entre as teorias da inteligência e a elaboração de testes específicos, visto que vários testes foram criados visando a meios de avaliar o desempenho intelectual, baseados apenas em referenciais teóricos informais e somente a partir da aplicação de tais testes é que tinham início pesquisas científicas, com o intuito de identificar as formulações teóricas que justificassem os resultados encontrados.

Segundo Atkinson, Smith, Bem e Nolen-Hoeksema (2002), um dos grandes precursores nas pesquisas que buscaram formas de medir a inteligência foi Francis Galton, que, há um século, realizou a primeira tentativa de desenvolver testes de capacidade intelectual a partir de seu interesse pela teoria evolutiva proposta por seu primo Charles

Darwin. Galton acreditava na influência da hereditariedade na inteligência como uma questão de habilidades sensoriais e perceptivas que eram transmitidas hereditariamente, ou seja, quanto maior a sensibilidade e a precisão do aparelho perceptivo do indivíduo, mais inteligente seria a pessoa. Entretanto, alguns autores concordam que a maior contribuição de Galton não foi sua teoria nem tampouco seu teste de inteligência e, sim, a introdução da aplicação da estatística ao estudo da inteligência, uma vez que ele desenvolveu o coeficiente de correlação que desempenha papel importante na Psicologia contemporânea (Atkinson et al., 2002; Anderson, 2000; Hogan, 2006).

O psicólogo francês Alfred Binet, no final do século XIX, criou os primeiros testes de inteligência para dar sustento a uma solicitação do Governo francês que, por meio de uma lei, tornou obrigatória a participação de todas as crianças no ensino escolar. Diante da dificuldade dos professores da época em lidar com as diferenças individuais em sala de aula, foi solicitada a Binet a criação de um teste que avaliasse os alunos, identificando quais crianças eram intelectualmente lentas e que encontrariam dificuldades em se beneficiar do ensino escolar regular. O teste criado por Binet em 1905 partiu do conceito de que a inteligência não poderia ser limitada às capacidades perceptomotoras das crianças e, sim, por meio de exercícios e tarefas que explorassem habilidades como raciocínio e resolução de problemas. O teste mensurava os tipos de mudanças na inteligência a partir de exercícios cuja dificuldade aumentava gradativamente, considerando o desempenho dos avaliados em relação à idade cronológica e à idade mental das crianças (Atkinson et al., 2006).

Diante desse contexto histórico, é importante considerar que a inteligência é um conceito amplo, que apresenta grandes variações entre os pesquisadores e estudiosos do tema desde os primórdios. Seguindo uma corrente de estudo da inteligência conhecida como corrente desenvolvimentista, Piaget destacou-se no estudo das habilidades cognitivas ao enfatizar o meio em que o indivíduo está inserido na conceituação de inteligência como o

modo de adaptação do indivíduo ao meio físico, social e simbólico que o envolve. Essa definição diferencia o ser biológico e os modos específicos da inteligência humana, uma vez que considera a inteligência como o funcionamento que precede a aprendizagem e admite, ainda, que o organismo possui estruturas mentais à sua disposição em determinado período do desenvolvimento. Tais estruturas mentais são alcançadas conforme a etapa de desenvolvimento cognitivo em que a criança se encontra e podem ser classificadas em quatro estágios: estágio sensório-motor, estágio pré-operatório, estágio operatório-concreto e estágio operatório-formal (Piaget, 1973).

Contudo, até a década de 1960, a pesquisa sobre inteligência era dominada pela abordagem fatorial. Entre os autores que se enquadram nessa abordagem, Wechsler define a inteligência como a capacidade conjunta ou global do indivíduo de agir com um objetivo, pensar racionalmente e lidar eficazmente com seu ambiente (Anderson, 2000).

Entre os pesquisadores dessa abordagem, destacam-se Spearman, Galton, Eysenck, Cattell, Jensen, entre outros; que formaram uma linha de pensamento considerada clássica ou conhecida como corrente psicométrica; acreditavam que a inteligência seja uma capacidade única com aplicações múltiplas, uma inteligência geral que é aplicada a qualquer tipo de problema ou situação; a partir daí surgiu a teoria da inteligência proposta por Spearman no começo do século XX (Flores-Menonza, Colom, André-Pueyo, Haier & Petrill, 2006).

Sisto (2006) aponta que Spearman foi o precursor da teoria da inteligência geral ou fator “g”, como é conhecido, e criou um dos conceitos mais abstratos para a época para denominar a inteligência. Esse autor esclarece que o fator “g” é um construto psicométrico e psicológico que descreve um conjunto de fenômenos que estão associados aos resultados do funcionamento mental humano, fenômenos abstratos, mas que podem ser observados e medidos por meio de testes específicos.

É importante destacar que a teoria de Spearman ficou conhecida como a primeira tentativa de elaboração de um método estatístico para entender os testes de inteligência. Nesse intuito, sua teoria conhecida como Teoria dos Dois Fatores descreve o fator “g” como o principal determinante de desempenho nos testes de inteligência, contudo, fatores específicos, denominados de fatores “s”, também se manifestariam, apesar de sofrerem variações conforme a especificidade do teste aplicado (Anastasi, 1977).

Andrés-Pueyo (2006) acrescenta que as teorias psicométricas da inteligência foram formuladas a partir de um método conhecido como análise fatorial, que compreende uma técnica estatística que busca identificar as intercorrelações entre diversos testes e, por agrupar aqueles que são mais altamente correlacionados, ela os reduz a um número menor de dimensões independentes chamadas de fatores. A análise fatorial admite que dois testes que possuem alta correlação entre si, provavelmente, estão medindo a mesma capacidade subjacente (Atkinson, 2002).

Colom (2002), em seus estudos sobre as diferenças individuais, define a inteligência como uma capacidade mental geral que possibilita ao indivíduo atividades cognitivas como raciocinar, planejar, resolver problemas, pensar de maneira abstrata, compreender ideias complexas e aprender.

Lubinsk (2004) descreve a inteligência geral, também conhecida como capacidade cognitiva geral, como a capacidade mental para realizar atividades determinadas por habilidades como raciocinar, resolver problemas, planejar, pensar abstratamente e aprender com a experiência; o que significa segundo esse autor, que a inteligência “g” pode ser entendida como um construto relacionado com a aquisição de conhecimentos adquiridos pessoal, acadêmica ou profissionalmente.

Segundo Flores-Mendonza et al. (2006), no final dos anos 1960, observou-se o início do uso da perspectiva dos psicólogos cognitivos para tentar compreender as diferenças de

inteligência reveladas pelos testes padronizados. A nova abordagem surgida a partir dessa iniciativa ficou conhecida como abordagem de processamento de informações e considera o desenvolvimento cognitivo como uma consequência do desenvolvimento gradual dos processos mentais entre eles a inteligência, a memória e a atenção. Essa abordagem permanece como um vasto campo de estudo e pesquisa, tanto quanto a abordagem psicométrica. De acordo com essa abordagem, a inteligência pode ser compreendida considerando os processos cognitivos que operam durante as atividades intelectuais, ou seja, a inteligência não seria explicada em termos de fatores e, sim, pela identificação dos processos mentais que determinam o comportamento inteligente.

Diante dos dados de pesquisa derivados da abordagem psicométrica, inúmeros testes de inteligência foram criados e, ao longo do tempo, sofreram várias revisões e novas formas de validação. Hogan (2006) aponta que todas essas adaptações comprovam a importância de um instrumento de testagem comprometido com a qualidade da avaliação psicológica e com o rigor científico que teste de qualidade deve ter, sempre no intuito de conservar a fidedignidade e a validade esperadas.

Os testes que buscam identificar o QI (aqui entendido como Habilidades Intelectuais), como aponta Atkinson et al. (2002) passaram por inúmeras adaptações e revisões para se adaptarem às normas estatísticas visando a ganhar respaldo científico na psicometria. Entre eles, vale destacar que, em 1916, após revisão de Stanford, os testes de Binet, pioneiros em medir QI, passaram a se chamar *Escala de Inteligência Stanford-Binet* que, após revisões nos anos 1937, 1960 e 1972, passou a utilizar escores de idade padrão em vez de escores de QI, que conseqüentemente passaram a ser interpretados em termos de percentis (critério que demonstra o percentual de indivíduos no grupo de padronização que ficam acima ou abaixo de um determinado escore). Apesar de ainda utilizar o conceito de QI, a fórmula original não

é mais calculada com base na equação $QI = IM/IC \times 100^1$, e sim por meio de tabelas para converter escores brutos em escores padronizados ajustados à média de cada idade. Na revisão mais recente, outra mudança estrutural também foi realizada no intuito de que o teste atenda a concepções mais atuais do conceito de inteligência. Para isso, a Escala Stanford-Binet, a partir de 1986, subdividiu as provas em quatro grandes áreas: raciocínio verbal, raciocínio abstrato/visual, raciocínio quantitativo e memória de curto prazo.

A partir desses conceitos e considerando os inúmeros testes desenvolvidos com base nos estudos teóricos da inteligência geral ou fator “g”, alguns deles merecem destaque, atualmente, em função de sua ampla utilização. O teste das Matrizes Progressivas de Raven, um dos testes que se propõem a medir a habilidade cognitiva (capacidade edutiva) do avaliado (Raven, 2002).

O teste das Matrizes Progressivas possui como referencial teórico a Teoria Bifatorial de Spearman e tem como intuito avaliar a capacidade intelectual geral ou fator “g”, ou, mais precisamente, pretende medir um dos componentes do fator “g” que é a capacidade do raciocínio lógico dedutivo, que consiste em extrair novas ideias e informações do que já é conhecido ou percebido. Tais relações são exploradas por meio de exercícios que avaliam as operações de análise e de integração envolvidas nos processos do pensamento. Portanto, medem também a capacidade do indivíduo de extrair significado de uma situação confusa, desenvolver novas compreensões, habilidade para ir além das informações disponíveis para o desenvolvimento de novas ideias e de uma nova estrutura (Angelini, Alves, Custódio, Duarte & Duarte, 1999).

¹ Dentre as variáveis que compõe a equação para cálculo de QI, onde lê-se: QI = Quociente de Inteligência; IM = Idade Mental; IC = Idade Cronológica.

Sendo assim, segundo Davidoff (1983), é possível afirmar que o Teste de Raven avalia a inteligência com base nos resultados fornecidos pelos indivíduos avaliados, isso é, desconsidera os processos ou diferenças qualitativas que interferem nas suas respostas.

Outro teste de similar importância na avaliação das habilidades cognitivas do indivíduo é a BPR-5 (Bateria de Provas de Raciocínio); que segundo Primi e Almeida (2000) trata-se de um instrumento de avaliação das habilidades cognitivas humanas que oferece estimativas do funcionamento cognitivo geral e das forças e fraquezas em cinco áreas específicas: Raciocínio Verbal (RV); Raciocínio Abstrato (RA); Raciocínio Mecânico (RM); Raciocínio Espacial (RE) e Raciocínio Numérico (RN).

Em estudos desenvolvidos por Primi e Almeida (2002) é possível concluir que a BPR-5 é um instrumento que possui como base teórica fundamental as concepções fatoriais mais recentes da inteligência segundo a teoria de Carrol e a teoria de Spearman, possibilitando avaliação simultânea do fator “g” (inteligência geral) e de fatores mais específicos. Segundo Carroll (1993, p.624), “há evidências abundantes de um fator geral de inteligência que domina os fatores ou variáveis que enfatizam um nível de complexidade elevada possível de ser dominado em tarefas de indução, raciocínio, visualização e compreensão linguística”.

Segundo essa teoria, a inteligência se fundamenta em duas estruturas extremamente relevantes: a primeira é a *inteligência cristalizada*, que prioriza o conhecimento, referindo-se às informações aprendidas e adquiridas pelo processo de escolarização, que geralmente são utilizadas na resolução de problemas similares aos já foram vivenciados no passado e acumulados sobre a forma de experiências, ou seja, são esquemas organizados de informação sobre áreas específicas do conhecimento; a outra estrutura é a *inteligência fluida*, que prioriza o raciocínio e refere-se à capacidade de processamento cognitivo e às operações mentais geralmente utilizadas na resolução de problemas relativamente novos para os quais existem

poucos conhecimentos previamente memorizados, e que implica em habilidades para criação de estratégias a partir da organização de informações disponíveis na situação e da reorganização de esquemas disponíveis no estoque individual de conhecimentos, bem como às habilidades de relacionar ideias complexas, formar conceitos abstratos, derivar implicações lógicas a partir de regras gerais etc. (Ackerman, 1996; Ackerman & Heggestad, 1997, Ackerman, Kyllonen & Roberts, 1999). Diante desse contexto, todas as provas aplicadas na BPR-5 avaliam ora inteligência fluida e ora inteligência cristalizada.

Esses instrumentos de avaliação das habilidades cognitivas/intelectuais humanas, tanto o teste Raven quanto a BPR-5, serão melhor descritos ao longo deste trabalho visto que foram utilizados na metodologia da pesquisa.

Atualmente, encontramos um grande interesse da Psicologia cognitiva e, mais especificamente, da área do conhecimento chamada de epidemiologia cognitiva, em compreender o papel da inteligência nos comportamentos de risco, especialmente aqueles que levam a riscos de saúde física.

Deary e Batty (2006) em seu artigo intitulado "***Commentary: Pre-morbid IQ and later health - the rapidly evolving field of cognitive epidemiology***"² afirmam que o novo domínio da epidemiologia conhecido como epidemiologia cognitiva tem crescido. Logo no início do artigo, afirmam que pontuações de aptidões mentais (testes de QI) aplicados na infância e na adolescência são bons preditores de saúde, especialmente de morte precoce, em muitos casos na vida adulta. A primeira constatação empírica de tal associação foi, provavelmente, obtida em 1933, quando um estudo obteve correlações moderadas ($r = .43$) entre o QI médio obtido por crianças na cidade de Nova York e saúde dos seus habitantes, indicando que quanto maior o QI (maiores habilidades cognitivas), mais saúde a amostra apresentava.

² Tradução: "**QI pré-mórbido e saúde ao longo da vida - a rápida evolução da epidemiologia cognitiva**", Deary e Batty (2006).

Atualmente, são muitos os estudos que evidenciam correlações entre QI e causas de mortalidade. Essa correlação é especialmente encontrada entre doenças derivadas de algum tipo de comportamento de risco, seja na esfera da saúde ou legal/ética, e é razoavelmente bem estabelecida, mas ainda há perguntas a serem respondidas. Para quais doenças específicas é possível correlacionar níveis de QI (habilidades cognitivas)? Existe uma relação linear entre QI (habilidades cognitivas) e morte precoce? Essa correlação entre QI (habilidades cognitivas) e doenças derivadas de comportamentos de risco é a mesma para os homens e as mulheres? Quais são os outros fatores além do QI (habilidades cognitivas) que interferem nessa relação entre QI e mortalidade? Qual é o papel dos fatores genéticos nessas associações?

Um artigo que procurou esclarecer essas questões foi escrito por Hemmingsson, Melin, Allebeck e Lundberg (2006). Os autores em seu relatório apontam conclusões claras sobre associações entre QI baixo e mortalidade, especialmente em relação à mortalidade por doenças cardiovasculares, mortalidade provocada por lesões (incluindo suicídios e acidentes), e mortalidade provocada por consumo de álcool. Apesar de apresentar alguns problemas procedurais como, por exemplo, a amostra ser exclusivamente masculina, a pesquisa apresentou muitos pontos fortes: a amostra estudada foi grande (proporcionando alto poder estatístico), a avaliação cognitiva (QI) foi feita no início da idade adulta, cuidando-se para que o QI obtido não refletisse a influência das doenças, (sendo esse um critério de exclusão da amostra) entre outros.

Hemmingsson et al. (2006), não constatou associação significativa com a morte por câncer. A situação socioeconômica não foi uma fonte de co-variância entre os escores QI e mortalidade, embora seja uma fonte de efeito que deva ser melhor investigada.

Batty et al. (2008) em seu artigo intitulado “*QI in late adolescence/early adulthood, risk factors in middle age and later all-cause mortality in men: the Vietnam Experience Study*”³ também analisou a relação QI e mortalidade. Nesse estudo, foram avaliados os resultados de QI de 4316 veteranos americanos da guerra do Vietnã obtidos durante a adolescência e no início da idade adulta e essa medida foi correlacionada com a mortalidade e com o índice de morbidade da amostra. Eles foram avaliados novamente quinze anos depois e os resultados apontaram que a maior pontuação obtida em testes de QI foi associada com a redução das taxas de mortalidade. Os riscos potenciais avaliados na meia-idade em relação à associação QI - mortalidade com o estado civil, consumo de álcool, pressão arterial sistólica e diastólica, pulsação, glicemia, índice de massa corporal, doenças psiquiátricas e doenças somáticas em exame médico mostrou uma atenuação do risco para aqueles com QI mais altos.

Hart et al. (2003), da mesma forma que os autores apresentados anteriormente, investigaram o modo pelo qual habilidades mentais infantis (QI) estão relacionadas com a mortalidade e a morbidade advindas de comportamentos de risco, quando são também considerados os fatores socioeconômicos. Os participantes tiveram seus QIs medidos na infância e avaliaram-se a taxa de mortalidade, as internações hospitalares e a incidência do câncer da amostra nos 25 anos após as medidas de QI. Esses índices foram investigados em relação ao QI na infância, à classe social e ao nível de privações ao longo da vida.

Os resultados mostraram que o risco de morrer em 25 anos após a testagem inicial foi 17% superior em relação a cada desvio padrão de desvantagem observado na pontuação de QI na infância. Fatores como classe social e grau de privação representaram, para alguns, mas não para todos os participantes da amostra, maior risco de mortalidade e morbidade. A análise por quartil do QI mostrou um substancial aumento do risco de morte para as pontuações mais

³ Tradução: “**QI no final da adolescência e início da idade adulta, fatores de risco na meia idade e causas de mortalidade em homens: estudo experimental no Vietnã**”, Batty et al. (2008).

baixas (quartis inferiores). A modelagem de equações estruturais indicou que o efeito do QI na infância sobre a mortalidade foi parcialmente influenciado por fatores sociais. A análise da causa da mortalidade ou da quantidade de internações hospitalares revelou que quanto menor o QI, maiores os riscos para todas as doenças cardiovasculares e doenças coronárias. Com relação aos tipos de câncer, observou-se que quanto menor o QI, maior o risco para o câncer de pulmão.

Lawlor, Clark e Leon (2007) analisaram a relação entre os escores em testes de habilidade mental na infância e fatores de risco para a mortalidade prematura aos 30 anos de idade. Os resultados mostraram que quanto maior o QI aos dez anos idade, menor a taxa de tabagismo, obesidade e hipertensão na fase adulta. Não houve qualquer relação aparente entre QI e diabetes. As medidas de correlação foram atenuadas, quando se utilizaram, na análise, variáveis socioeconômicas ao longo da vida, especialmente no domínio da Educação.

Finalmente, Batty, Deary, Schoon e Gale (2007) examinaram correlações entre inteligência na infância e internações hospitalares por lesões na fase adulta. Observaram-se correlações negativas entre QI na infância e lesões não intencionais. Concluiu-se, nesse estudo, que inteligência na infância está relacionada com internações hospitalares por lesões na idade adulta e que essa relação é, em parte, explicada pela formação escolar. A relação entre baixa inteligência na infância e lesão observadas na fase adulta corrobora outras pesquisas que apontam a relação entre rebaixamento das habilidades cognitivas na infância e mortalidade prematura demonstrada em diversos estudos.

Alguns autores realizaram uma análise histórica das pesquisas que investigavam a relação entre QI e delinquência. A maioria das pesquisas sobre o assunto concluíram que o QI não seria fator importante para a delinquência, ou seja, o QI não seria condição suficiente e

necessária para a delinquência ou para comportamentos ilegais (Murchison, 1926; Zeleny, 1933).

Por outro lado, vários trabalhos mostraram, ao longo da evolução dos estudos, que há relação entre QI e delinquência e ainda apontaram o baixo QI como preditor da delinquência (Hirschi, 1969; Reiss & Rhodes, 1961; Wolfgang, Figlio & Thorsten, 1972).

Hirschi e Hindelang (1977) afirmam que o QI tem, sim, importante correlação com a delinquência. A relação que existe entre QI e delinquência independe de classe econômica ou da raça, sendo mediada por uma série de variáveis escolares. Dessa forma, os autores afirmaram que o baixo QI afeta a probabilidade de comportamento delinquente, devido ao seu efeito sobre o desempenho escolar e ajustamento às normas sociais.

Esses estudos, no conjunto, apontam para o papel das habilidades cognitivas sobre os comportamentos de risco. De forma geral, os estudos demonstram que déficits da habilidade cognitiva parecem favorecer comportamentos de risco que levam ao aumento da taxa de mortalidade e de morbidade nas diversas amostras estudadas. Essa relação, bem como a existente entre inteligência e percepção de risco são o foco de interesse desta pesquisa.

Na próxima seção deste trabalho, os pressupostos e delineamentos científicos considerados para a pesquisa serão aprofundados e destacados por meio da apresentação da metodologia de pesquisa, do detalhamento dos procedimentos que foram seguidos e das considerações essenciais que foram utilizadas para a realização do presente estudo, considerando o rigor científico e ético que se faz necessário para a elaboração de uma pesquisa comprometida com a qualidade e com o compromisso social que ela representa para a Psicologia como ciência.

Objetivos do trabalho

O objetivo geral desta pesquisa foi analisar a relação entre níveis de habilidades cognitivas (inteligência verbal, não verbal e fator “g”) e percepção de risco e intenção em apresentar comportamento de risco, em uma amostra de adolescentes em situação de vulnerabilidade social que participam do Projeto de ação social denominado Agente Jovem.

A partir do objetivo geral, este trabalho tem como objetivos específicos:

- ✓ Verificar a percepção de risco e a intenção de apresentar comportamentos de risco nos adolescentes desta amostra.
- ✓ Classificar níveis de habilidades cognitivas - fator “g” (inteligência fluida) e inteligência cristalizada, a partir dos testes BPR-5 e Raven.
- ✓ Correlacionar habilidades cognitivas avaliadas pelos testes intelectuais (Raven e BPR-5) com percepção e intenção de apresentar comportamento de risco.

Hipótese

A hipótese central do trabalho foi a de que adolescentes com altos níveis de habilidades cognitivas/habilidades intelectuais apresentariam maior percepção do risco e se engajariam menos em comportamentos de risco. Por outro lado, adolescentes com baixos níveis de habilidades cognitivas/habilidades intelectuais apresentariam menor percepção do risco e se engajariam mais em comportamentos de risco.

CAPÍTULO 4

METODOLOGIA

4.1 Participantes

Para a realização deste trabalho, participaram 48 adolescentes, com idades entre quinze e dezessete anos, de ambos os sexos, sendo 26 mulheres (54,16%) e 22 homens (45,83%), todos inscritos no Projeto “Agente Jovem” de uma cidade do interior de Minas Gerais e que concordaram em assinar o Termo de Consentimento Livre e Esclarecido (ANEXO C), bem como receberam autorização dos pais para participarem da pesquisa mediante assinatura do Termo de Consentimento Livre e Esclarecido aos Pais e/ou Responsáveis (ANEXO B).

4.2 Contexto

A pesquisa foi realizada no Centro de Referência em Assistência Social (CRAS) em uma cidade do Triângulo Mineiro, na qual funciona um Projeto em parceria com os governos federal e municipal, denominado “Agente Jovem”, que atende adolescentes em situação de vulnerabilidade social. Não houve, com os adolescentes que formaram a amostra, nenhum vínculo terapêutico, ou de qualquer outra natureza, por parte dos pesquisadores, uma vez que tais jovens são atendidos por outros profissionais do CRAS da prefeitura citada. Dessa maneira, a amostra utilizada não pode ser considerada um grupo vulnerável, já que o pesquisador não teve nenhuma relação profissional ou pessoal com o grupo a não ser a coleta de dados da pesquisa.

4.3 Instrumentos

Para verificação das possíveis relações entre percepções de risco, intenção de apresentar comportamento de risco e habilidades cognitivas, foram aplicados, ao longo de três encontros de cerca de uma hora de duração cada, os seguintes instrumentos de avaliação das variáveis desse estudo: Escala de percepção e de intenção de apresentar comportamento de risco (Weber, Blais & Betz, 2002), traduzida e adaptada para o Brasil por Lopes, Lopes, Barbosa-Tinoco e Mundim-Masini (em preparação), Bateria de Provas de Raciocínio (BPR-5) e Teste das Matrizes Progressivas de Raven – Escala Avançada. Os instrumentos utilizados serão descritos a seguir.

4.3.1 Escala de percepção e de intenção de apresentar comportamento de risco

Trata-se de uma escala autoadministrável, que foi aplicada na presença do pesquisador e é composta por perguntas referentes a assuntos ligados a fatores de risco. Esse instrumento (ANEXO E) foi desenvolvido por Lopes et al. (em preparação) e foi construído com base no trabalho de Weber et al. (2002) que aborda comportamento de risco a partir de uma escala composta por 40 itens divididos em cinco domínios: decisões financeiras, saúde/segurança, legal/ético, social e recreacional.

No intuito de adaptar a escala ao contexto brasileiro, realizou-se, inicialmente, a tradução do instrumento, seguida de uma seleção a partir dos 40 itens originais, bem como exclusão de alguns itens visando a adequação aos costumes e hábitos da cultura do Brasil. Nesse processo, os itens do domínio recreacional foram excluídos e alguns incluídos, uma vez que poderiam ser engajados nos itens de segurança e saúde. A partir de então, a escala foi

aplicada em 216 estudantes universitários de diferentes cursos, de ambos os sexos da cidade de Uberlândia e os resultados coletados foram submetidos à análise fatorial em termos de coeficientes de validade e fidedignidade (Mundim-Mazini, 2009).

A partir desses resultados, a escala de percepção e de intenção de apresentar comportamento de risco de Lopes et al. (em preparação) passou a contar com 28 itens que avaliam a percepção de risco em três fatores (risco legal/ético, risco à saúde/segurança e risco social) e o comportamento de risco em quatro fatores (risco legal/ético, risco à saúde/segurança, risco social e risco financeiro).

Na escala que avalia a percepção de risco, os sujeitos respondem em uma escala tipo *Likert* de cinco pontos, variando entre nível 1 (Nenhum risco) e nível 5 (Risco extremo), a intensidade de risco percebido em cada uma das 28 situações apresentadas. A análise fatorial da escala de percepção de risco apontou boa consistência interna para a escala de percepção com $\alpha = 0,89$. Essa escala avalia a percepção de risco por meio de itens divididos em três domínios:

1. Percepção de Risco Legal/ético: avalia quanto risco é percebido pelo indivíduo em situações em que regras, leis ou convenções morais são rompidas e punições legais ou éticas são aplicadas a quem cometeu tais atitudes.
2. Percepção de Risco à Saúde/Segurança: avalia quanto risco é percebido pela pessoa diante de atitudes que causem prejuízos ao bem-estar biopsicológico de quem os executa.
3. Percepção de Risco Social: avalia quanto risco a pessoa percebe em situações que têm consequências sociais negativas para quem executa ações capazes de gerar

rompimento ou prejuízo em relacionamentos importantes para o indivíduo, tais como família, cônjuge, amigos e chefia.

A Tabela 01 demonstra os itens que avaliam cada um dos três fatores da Percepção de Risco conforme os resultados da análise fatorial.

TABELA 1- Itens e fatores da escala de percepção de risco

Fatores / Domínios	Itens da escala
Percepção de risco legal/ ético / financeiro	<ol style="list-style-type: none"> 1. Comprar drogas ilegais 2. Gastar grande quantidade de dinheiro em loterias 3. Agredir fisicamente outra pessoa 4. Ser avalista de alguém 5. Dirigir bêbado 6. Falsificar documentos 7. Fazer cópias ilegais (xerocar livros, copiar CDs, etc.) 8. Roubar pequenos objetos (caneta, bala, folha de papel, etc.) 9. Usar drogas 10. Fumar cigarro 11. Gastar dinheiro impulsivamente sem pensar nas consequências 12. Dirigir em alta velocidade 13. Trair esposo (a), namorado (a) ou companheiro (a) com outra pessoa 14. Investir em um negócio que possui grandes chances de não dar certo 15. Empréstimo para amigo/familiar a maior parte do seu salário ou renda mensal
Percepção de risco saúde/ segurança	<ol style="list-style-type: none"> 1. Consumir bebida alcoólica em excesso 2. Ignorar dor física persistente não indo ao médico 3. Fazer sexo sem usar preservativo (camisinha) 4. Não utilizar filtro solar 5. Não usar cinto de segurança 6. Praticar esportes radicais 7. Fazer “gatos” de TV a cabo ou energia
Percepção de risco social	<ol style="list-style-type: none"> 1. Admitir que sua opinião é diferente da opinião dos seus amigos 2. Criticar ou apontar defeitos de uma pessoa importante para você 3. Defender um assunto polêmico em uma ocasião social 4. Comprar objetos que estão em promoção sem haver necessidade 5. Vestir roupas não convencionais ou provocativas 6. Mentir para alguém

Assim como na percepção de risco, a escala de intenção de apresentar comportamento arriscado foi desenvolvida para que os participantes respondessem, em uma escala tipo *Likert* de cinco pontos, variando entre nível 1 (Muito improvável) e nível 5 (Muito provável), qual a probabilidade que o indivíduo identifica de se engajar em cada comportamento descrito. A análise fatorial da escala de intenção de comportar-se de forma arriscada apresentou boa

consistência interna para a escala de comportamento de risco com $alpha = 0,80$. Da mesma forma, a escala também avalia a intenção de engajar-se em comportamento arriscado por meio de 26 itens que avaliam quatro fatores cujos itens são apresentados na Tabela 2. Os fatores são:

1. Comportamento de Risco Legal/ético: compreende a probabilidade de determinada atitude que infrinja regras, leis ou convenções morais possa acarretar punições legais ou éticas para quem a realiza.
2. Comportamento de Risco à Saúde e Segurança: entende-se como a probabilidade de determinado comportamento ameaçar a saúde física e psicológica de quem o executa, bem como gerar agravamento de doenças.
3. Comportamento de Risco Financeiro: relacionado à probabilidade de determinado comportamento causar danos financeiros ou materiais para quem o executa, bem como danos a propriedade.
4. Comportamento de Risco Social: aborda a probabilidade de determinada atitude ter consequências sociais negativas relacionadas a prejuízos em suas relações interpessoais.

A Tabela 02 apresenta os itens que avaliam cada um dos quatro fatores do Comportamento de Risco conforme os resultados da análise fatorial.

TABELA 2 - Itens e fatores da escala de intenção de apresentar comportamento de risco

Fatores / Domínios	Itens da escala
Comportamento de risco legal/ético	<ol style="list-style-type: none"> 1. Agredir fisicamente outra pessoa 2. Falsificar documentos 3. Fazer cópias ilegais (xerocar livros, copiar CDs, etc.) 4. Fazer sexo sem preservativo (camisinha) 5. Não usar cinto de segurança 6. Praticar esportes radicais 7. Roubar pequenos objetos (caneta, bala, folha de papel, etc.) 8. Fazer “gatos” de TV a cabo ou de energia 9. Dirigir em alta velocidade 10. Trair esposo (a), namorado (a) ou companheiro (a) com outra pessoa 11. Mentir para alguém
Comportamento de risco saúde /segurança	<ol style="list-style-type: none"> 1. Comprar drogas ilegais 2. Dirigir bêbado 3. Consumir bebida alcoólica em excesso 4. Usar drogas 5. Fumar cigarro
Comportamento de risco Social	<ol style="list-style-type: none"> 1. Admitir que sua opinião é diferente da opinião dos seus amigos 2. Criticar ou apontar defeitos de uma pessoa importante para você 3. Defender um assunto polêmico em uma ocasião social 4. Comprar objetos que estão em promoção sem haver necessidade 5. Vestir roupas não convencionais ou provocativas
Comportamento de risco financeiro	<ol style="list-style-type: none"> 1. Gastar grande quantidade de dinheiro em loterias 2. Ser avalista de alguém 3. Gastar dinheiro impulsivamente, sem pensar nas consequências 4. Investir em um negócio que possui grandes possibilidades de não dar certo 5. Empréstimo para amigo/familiar a maior parte do seu salário ou renda mensal

Lopes et al. (em preparação) ressaltam que alguns itens foram enquadrados em um determinado fator para percepção de risco, mas o mesmo item constituiu outro fator quando se considerou o comportamento de risco e fazem alguns apontamentos a esse respeito. Entre eles, afirmam que o item referente a fazer ligações clandestinas na rede elétrica e de televisão a cabo foi percebido como problema de segurança na rede elétrica, portanto, percepção de risco à saúde e à segurança, em contrapartida, foi considerado como um comportamento de risco legal/ético, provavelmente, por considerar o aspecto do furto de energia, suscetível a penas legais.

No mesmo sentido, os itens usar drogas e fumar cigarros foram percebidos como problemas de risco/legal/ético/financeiro, uma vez que podem ter sido considerados como vícios geradores de prejuízos financeiros, contudo, tais comportamentos foram classificados no que tange ao dano capaz de gerar à saúde e segurança de quem os executa, portanto, riscos à saúde e segurança. No mesmo sentido, o item “comprar drogas ilegais” foi considerado pela ótica da ilegalidade e, portanto, percebido como risco legal/ético, já o comportamento de dependência da droga e consequente necessidade de aquisição da droga para manutenção do vício, um risco à saúde e à segurança de quem se expõe a fazê-lo, ou seja, comportamento de risco à saúde.

Por fim, vale ressaltar que “Fazer sexo sem preservativo” sofreu movimento inverso, uma vez que foi percebido como risco à saúde e à segurança considerando as consequências ao bem-estar biopsicológico de quem executa e o possível agravamento de doenças sexualmente transmissíveis, mas foi considerado comportamento de risco legal/ético, provavelmente por gerar um risco ao parceiro de relações sexuais, portanto um risco ético.

A pesquisa de validação da escala de percepção e de intenção de apresentar comportamento de risco de Lopes et al. (em preparação) foi submetida ao Comitê de Ética em Pesquisa da Universidade Federal de Uberlândia e foi aprovada em 28 de setembro de 2007 (protocolo registro CEP/UFU: 237/07).

4.3.2 Bateria de Provas de Raciocínio (BPR-5)

A BPR-5 (Bateria de Provas de Raciocínio) foi desenvolvida por Ricardo Primi e Leandro S. Almeida e teve validação e padronização para a população brasileira em 2002. Primi et al. (2000) descrevem a BPR-5 como um instrumento utilizado para avaliação da inteligência geral ou fator “g”, bem como oferecem estimativas do funcionamento cognitivo

global e das forças e fraquezas em cinco áreas específicas: Raciocínio Verbal, Raciocínio Abstrato, Raciocínio Mecânico, Raciocínio Numérico e Raciocínio Espacial. Todas essas habilidades são medidas por meio de cinco subtestes divididos em duas formas: Forma A, para alunos da sexta à oitava séries do Ensino Fundamental e Forma B, para alunos da primeira à terceira séries do Ensino Médio. As áreas específicas avaliam o seguinte:

✓ Raciocínio Verbal (RV): Prova composta por 25 itens (dezoito itens comuns às Formas A e B) envolvendo analogias entre palavras, que analisam a extensão do vocabulário e a capacidade de estabelecer relações abstratas entre conceitos verbais por meio da capacidade de usar o raciocínio abstrato entre palavras;

✓ Raciocínio Abstrato (RA): Prova composta por 25 itens (dezenove itens são comuns às formas A e B) de conteúdo abstrato no qual se verifica a capacidade de estabelecer relações abstratas em situações novas para as quais se possui pouco conhecimento previamente aprendido por meio da analogia com figuras geométricas;

✓ Raciocínio Mecânico (RM): prova composta por 25 itens (dezenove itens são comuns às formas A e B) que avaliam o conhecimento prático de mecânica e física por meio de gravuras que retratam um problema e opções de resposta;

✓ Raciocínio Espacial (RE): prova composta por vinte itens (doze itens são comuns às formas A e B) verificando a capacidade de formar representações mentais e manipulá-las, transformando-as em novas representações, por meio de exercícios em que existem séries de cubos tridimensionais em diferentes posições que indicam movimentos;

✓ Raciocínio Numérico (RN): prova composta por vinte itens (doze itens são comuns às formas A e B), indicando a capacidade de realizar raciocínio com símbolos numéricos em problemas quantitativos e conhecimento de operações aritméticas básicas, por

meio da análise da relação aritmética que rege as progressões nas séries e aplicá-la respondendo quais seriam os dois últimos números que completariam a série.

A aplicação do teste foi coletiva e obedeceu aos tempos e instruções fornecidos no manual de aplicação. O teste existe em duas formas (A e B), com cinco subtestes cada, com o mesmo número de itens descritos, sendo que a Forma A aplica-se aos estudantes da sexta à oitava séries do Ensino Fundamental e a Forma B aos alunos da primeira à terceira séries do Ensino Médio.

Esse teste foi validado no ano 2000 pelos pesquisadores Ricardo Primi e Leandro S. Almeida, que demonstraram no processo de validação que o teste possui coeficientes de consistência interna que variaram de 0,62 a 0,84 e os de precisão pelo método das metades de 0,65 a 0,87. Segundo esses mesmos autores, apresentou-se como instrumento eficaz na avaliação de uma medida composta de inteligência fluida, cristalizada, processamento visual e habilidade quantitativa e conhecimento prático de mecânica (Primi et al., 2000).

4.3.3 Escala de Matrizes Progressivas de Raven – Escala Avançada

Trata-se de um teste autoaplicável que permite a avaliação da inteligência não verbal e que tem como objetivo investigar a qualidade do raciocínio lógico dedutivo por meio de exercícios que exploram a capacidade do sujeito para deduzir relações, bem como avaliar o raciocínio lógico e não-verbal dos sujeitos, com base na capacidade educativa do avaliado (Davidoff, 1983).

As Matrizes Progressivas de Raven constituem um teste cuja tarefa consiste no preenchimento de figuras; realiza a sua avaliação por meio da maneira pela qual o indivíduo

escolhe as figuras abstratas que ele julga completar a matriz em branco. Após correção dos itens respondidos, é possível identificar em seguida o “índice de capacidade intelectual” como é descrito no manual do teste; tal medida quantitativa se apresenta em termos de percentil, ao passo que, na avaliação qualitativa, é possível afirmar que o teste mede a aptidão espacial, o raciocínio indutivo e a precisão perceptiva (Raven, 2002).

Esse instrumento foi desenvolvido por John C. Raven, padronizado e publicado em 1938, na Escócia; seu modelo original era conhecido como SPM (*Standard Progressive Matrices*). No Brasil, esse formato foi conhecido como Matrizes Progressivas – Escala Geral e abrange todas as faixas de desenvolvimento intelectual, independente da idade, considerando, inclusive, as crianças que eram capazes de compreender a ideia de “encontrar o pedaço que falta para completar um desenho” (Angelini, et al., 1999). Contudo, em 1947, outras duas escalas foram desenvolvidas *a posteriori*: as Matrizes Progressivas Coloridas – Escala Especial destinada a crianças entre cinco e onze anos de idade, idosos e deficientes mentais; e as Matrizes Progressivas – Escala Avançada destinada a testar pessoas com escolaridade mais avançada, sendo sua utilização recomendada a partir das últimas séries do Ensino Fundamental.

O teste Raven- Escala Avançada é uma evolução do Teste de Matrizes Progressivas escala geral e a principal diferença é a avaliação do raciocínio dedutivo em sua acepção mais elaborada e refinada. O Teste das Matrizes Progressivas de Raven – Escala Avançada em sua última edição que data de 1962, apresenta-se de forma que pode ser aplicado sob duas modalidades com o mesmo valor: em tempo livre, no intuito de avaliar a capacidade integral de observação e clareza de raciocínio da pessoa avaliada, ou então com tempo limitado, o que garante a possibilidade de avaliar a eficiência do trabalho intelectual do examinado. O teste pode ser aplicado a crianças e adultos, inclui 48 itens divididos em duas séries, sendo que a série I é composta por doze exercícios que têm como objetivo central introduzir a pessoa no

método de trabalho e, ainda, compreender todos os processos intelectuais necessários para se obter sucesso na série II, que, por sua vez, é constituída por 36 exercícios que se assemelham aos problemas de raciocínio apresentados na série anterior, contudo, a única diferença está nos níveis de dificuldade e de complexidade, que aumentam gradativamente. A série I abrange todas as habilidades intelectuais requeridas pelas séries A, B, C, D e E das Matrizes Progressivas – Escala geral; já a série II busca explorar todas as operações de análise e integração envolvidas nos mais elevados processos de pensamento e diferencia os níveis de habilidade cognitiva entre as diferentes pessoas que respondem o teste (Raven, 2002).

4.4 Procedimentos

4.4.1 Primeira etapa: Contato com o CRAS, Comitê de Ética, Pais e Adolescentes.

Para a realização da pesquisa, foi solicitado consentimento e autorização por meio de Termo de Consentimento Livre e Esclarecido (Conforme ANEXO A) à coordenação responsável pelo Centro de Referência em Ação Social (CRAS), órgão em que é desenvolvido o Projeto Agente Jovem, alvo deste trabalho.

Em seguida, o Projeto de pesquisa foi submetido à apreciação e avaliação do Comitê de Ética em Pesquisa com Seres Humanos da Universidade Federal de Uberlândia e aprovado em 14 de Novembro de 2008 (protocolo registro CEP/UFU: 598/08) Ver ANEXO D.

Após a aprovação do Comitê de Ética e com a aquiescência da coordenação do CRAS pesquisado, foram consultados, inicialmente, os orientadores sociais, profissionais responsáveis pelos grupos de adolescentes, no intuito de agendar horários e datas para a coleta de dados das aplicações dos instrumentos, obedecendo aos horários de aula–orientação

cedidos por eles e respeitando a disponibilidade da instituição. Os locais definidos para a realização das atividades da pesquisa foram os espaços disponibilizados pelo próprio CRAS e aconteceram nas salas de atendimento em grupo dos próprios adolescentes.

Considerando que uma das condições para participar do Projeto era possuir idade cronológica entre quinze e dezessete anos, concluiu-se que todos os adolescentes são menores de idade e, portanto, os pais e/ou responsáveis foram consultados previamente e solicitados a assinar uma autorização por escrito concordando que seu filho participasse da pesquisa. Para tanto, foi enviada a cada pai uma carta contendo as explicações cabíveis sobre a pesquisa realizada e os objetivos da aplicação de cada um dos instrumentos de maneira clara, assim como o termo de consentimento e autorização para publicação dos dados (ANEXO B).

Por fim, os próprios adolescentes inscritos no Projeto Agente Jovem também foram consultados previamente quanto ao seu desejo de participar ou não da pesquisa (ANEXO C), sendo que tanto pais quanto os próprios adolescentes assinaram Termos de Consentimento Livre e Esclarecido específicos, em linguagem adaptada a ambos os públicos nos quais sempre foram informados os tipos de instrumentos de pesquisa utilizados; foi explicado a todos que essa avaliação possuía apenas fins de pesquisa e não implicaria em atendimento psicológico concomitante ao que já era oferecido a eles no Projeto. Foi também explicado que uma resposta negativa quanto à participação na pesquisa em nada prejudicaria sua participação no Projeto. Também foi preciso esclarecer para aqueles que aceitaram participar da pesquisa que os instrumentos seriam aplicados nos horários cedidos pelos orientadores no mesmo local e horário das orientações semanais oferecidas a eles no CRAS, visto que tal medida visou a eliminar a necessidade de deslocamento excedente além daquele que os jovens fazem regularmente.

4.4.2 Segunda etapa: preparação do contexto da pesquisa

Depois de autorizada pelos pais e pelos adolescentes, a pesquisa foi agendada para três dias de encontro no espaço em que os adolescentes estavam habituados a realizar suas orientações do Projeto duas vezes por semana durante uma hora.

A pesquisa foi realizada com adolescentes das três turmas de alunos existentes no Projeto, que acontecem no mesmo dia, porém em horários diferentes, respeitando o número máximo de 25 adolescentes por turma, conforme constituição original do próprio grupo.

Entretanto, considerando que o início da coleta de dados coincidiu com um período de festas de encerramento de campanhas eleitorais para a prefeitura na cidade, bem como época de feriado prolongado e recesso escolar, houve dificuldade em contar com a presença dos agentes jovens nas primeiras reuniões agendadas, visto que o número de participantes nesse intervalo sempre estava aquém do número de adolescentes que assinaram o termo de participação. Para tanto, foi preciso reagendar o início das aplicações em duas das três turmas por duas vezes. Apenas em uma das turmas o início acompanhou o cronograma previamente estabelecido pela pesquisadora, sem necessidade de readaptação.

É importante destacar que apenas os adolescentes cujos pais assinaram a autorização para a participação da pesquisa e para a publicação dos dados participaram.

4.4.3. Terceira etapa: aplicação dos testes

Para caracterizar o perfil dos adolescentes que frequentavam o Projeto, antes da aplicação dos testes os alunos receberam instrução verbal para responderem alguns dados introdutórios na folha de resposta dos testes, no intuito de coletar informações referentes a sexo, idade, nível socioeconômico e nível de escolaridade deles e dos pais. Foi orientado aos adolescentes

que as escalas seriam aplicadas ao grupo como um todo, apesar de terem sido preenchidas individualmente, tanto informações pessoais quanto as respostas do teste.

As instruções foram dadas de maneira simples e padronizada, conforme os manuais dos testes e, nos casos em que foi necessário, a pesquisadora repetiu cada orientação, sem modificação, para evitar vieses ou produções distintas em função do uso de uma ou outra palavra inadequada.

Todas as turmas responderam os testes na mesma sequência de encontros: no primeiro encontro, era aplicado o Raven; no segundo, eram aplicadas três das cinco provas da Bateria BPR-5: Raciocínio Verbal (dez minutos) / Raciocínio Abstrato (doze minutos) e Raciocínio Mecânico (quinze minutos); obedecendo-se o tempo de aplicação de cada uma; e no terceiro encontro, eram aplicadas as duas últimas provas da BPR-5: Raciocínio Espacial (dezoito minutos) e Raciocínio Numérico (dezoito minutos) e a escala de percepção e comportamento de risco com tempo livre para preenchimento.

A pesquisadora orientou os participantes a começarem cada prova após a leitura das instruções iniciais existentes nos cadernos de questões de cada prova; depois de esgotado o tempo estabelecido, pediu que os alunos interrompessem a resolução e passassem ao próximo subteste, iniciando, novamente, pela leitura das instruções e esclarecimento de dúvidas, e assim até que concluídos os cinco subtestes.

A pesquisadora, a cada encontro, entregou as folhas de resposta de cada escala ou teste junto com lápis ou caneta depois de encerradas as instruções para que todos marcassem as alternativas que julgavam corretas na folha de resposta, e por fim, marcou o tempo de realização de cada um dos testes.

Não houve resistência nem mesmo falta de colaboração dos agentes jovens durante a pesquisa, visto que eles demonstraram envolvimento e comprometimento com o trabalho realizado, o que pode ser observado pelo empenho em responder todos os testes, além de

terem demonstrado grande curiosidade quanto aos resultados e respostas consideradas corretas para cada exercício.

Ao final de cada encontro, a pesquisadora respondeu as dúvidas e curiosidades dos adolescentes do Projeto sobre o teste ou escala respondido naquele dia, conforme interesse e necessidade de cada participante.

CAPÍTULO 5

ANÁLISE DOS RESULTADOS

Em se tratando de uma pesquisa quantitativa, a análise dos dados obedeceu às normas de correção da escala e de cada teste, conforme manuais de aplicação e, a seguir, os dados foram compilados e analisados estatisticamente por meio do programa SPSS for Windows® para estabelecimento das devidas correlações paramétricas entre os instrumentos e variáveis utilizadas na pesquisa.

No intuito de tornar o texto mais claro e facilitar a leitura e a compreensão dos resultados, as análises dos dados foram subdivididas em dois grandes tópicos, conforme a caracterização geral da amostra pesquisada e, em seguida, conforme as habilidades intelectuais da amostra. Dessa forma, nesse último tópico, os resultados das habilidades intelectuais da amostra serão apresentados na seguinte ordem: resultados da bateria BPR-5, resultados do teste Raven, dados da amostra com relação à percepção de risco e em seguida a intenção de apresentar comportamento de risco.

5.1 Amostra Estudada e os Fatores de Risco

A amostra estudada por esta pesquisa foi composta de 48 adolescentes em situação de vulnerabilidade social, que estão inscritos no Projeto de ação social denominado Agente Jovem. Nesta seção, será apresentado o perfil da amostra estudada em função de algumas características que a literatura da área destaca que podem interferir nas habilidades intelectuais e cognitivas desse tipo de população.

A utilização de análises paramétricas para os dados foi viável, a despeito do número de sujeitos da amostra, pois a análise de assimetria (*skewness*) dos dados indicou valores de x^2 superiores a 0,24 (Miles & Shevlin, 2001). (Ver Tabelas 03 e 04).

TABELA 3 - Valores de assimetria (Skewness): RAVEN e Bateria BPR-5

	Raven	Raciocínio verbal	Raciocínio abstrato	Raciocínio mecânico	Raciocínio espacial	Raciocínio numérico
N	48	48	48	48	48	48
Média	70,65% de acerto	12,45	12,47	8,56	7,7	6,81
Desvio Padrão	20,13	3,7	5,3	4,6	4,3	3,5
Skewness	0,356	0,264	0,387	0,335	0,366	0,323

N=48

TABELA 4 - Valores de assimetria (Skewness): Fatores da Escala de Risco

	Comportamento Risco Legal-ético	Comportamento Risco saúde	Comportamento Risco financeiro	Comportamento Risco social	Percepção Risco Legal-ético	Percepção Risco Social	Percepção Risco Saúde-segurança
N	48	48	48	48	48	48	48
Média	2,12	1,77	2,16	2,96	3,61	2,74	3,54
Desvio Padrão	1,08	1,11	1,06	1,07	1,22	1,26	1,31
Skewness	0,393	0,399	0,361	0,268	0,241	0,311	0,474

N=48

De acordo com os dados da Tabela 05, a idade dos sujeitos variou de quinze a dezessete anos, com média de 15,85 (DP = 0,75); desses adolescentes, 26 são do sexo feminino (54,16%) e 22 do sexo masculino (45,83%).

TABELA 5 - Caracterização da amostra em função da idade

Idade	Frequência	
	Absoluta	Porcentagem
15	17	35,4
16	21	43,7
17	10	20,8
Total	48	100,0

N=48

Em relação à escolaridade, a Tabela 06 demonstra que a amostra variou entre a sexta série do Ensino Fundamental e a terceira série do Ensino Médio. A partir desses dados, é possível constatar que a maioria dos adolescentes pesquisados está cursando o Ensino Médio e, mais precisamente o segundo ano (31,2%), e a minoria está no Ensino Fundamental, mais precisamente na sétima série (2,2%).

Essas informações foram de grande relevância, pois determinaram os tipos de prova de raciocínio na bateria BPR-5 a que cada um foi submetido, considerando seu nível de escolaridade. Dessa forma, todos os alunos que no momento da aplicação dos instrumentos cursavam o Ensino Fundamental foram submetidos à Forma A do teste (total de dezesseis adolescentes) e todos os alunos que cursavam o Ensino Médio foram submetidos à Forma B do teste (total de 32 adolescentes), conforme se observa na tabela 07. Outro dado que também foi mensurado pela pesquisa é que 100% da amostra pesquisada frequenta escolas públicas da cidade.

TABELA 6 - Caracterização da amostra em função da escolaridade

	Frequência	
	Absoluta	Porcentagem
6 série	3	6,2
7 série	1	2,2
8 série	12	25,0
1 colegial	11	22,9
2 colegial	15	31,2
3 colegial	06	12,5
Total	48	100,0

N=48

TABELA 7 - Caracterização da amostra em função da forma de aplicação das provas de raciocínio da BPR-5 e a variável sexo

Forma de aplicação da BPR-5	Sexo Feminino		Sexo Masculino			
	Frequência		Frequência		Frequência	
	Absoluta	Porcentagem	Absoluta	Porcentagem	Absoluta	Porcentagem
Forma A	16	33,3	8	30,77	8	36,36
Forma B	32	66,7	18	69,23	14	63,64
Total	48	100,0	26	100,0	22	100,0

N=48

O nível de escolaridade dos pais dos alunos submetidos à pesquisa também foi investigado e, de acordo com os dados da Tabela 8, constatou-se que a maioria dos pais possui escolaridade inferior à que os filhos já alcançaram até o momento, visto que 52% das mães concluíram o Ensino Fundamental incompleto e que 47,9% dos pais completaram essa mesma escolaridade. O ingresso no Ensino Superior não é uma realidade dessas famílias, o que pode ser evidenciado pelo baixo número de pais e mães que frequentaram universidade nessa amostra, apenas três pais.

Além disso, outra informação que se apresenta como um dado relevante sobre a realidade dessas famílias é que considerável número de agentes jovens desconhecem quem são seus pais (14,6%), isto é, não informaram dados sobre a escolaridade, profissão e renda dos progenitores do sexo masculino, alegando não saberem quem são, seja por não terem sido registrados pelos pais, seja por terem sofrido abandono.

TABELA 8 - Caracterização da amostra em função da escolaridade dos pais e responsáveis

	MÃES		PAIS	
	Frequência Absoluta	Porcentagem	Frequência Absoluta	Porcentagem
Fundamental incompleto	25	52,0	23	47,9
Fundamental Completo	5	10,4	5	10,4
Médio Incompleto	9	18,7	6	12,5
Médio completo	6	12,5	6	12,5
Superior	3	6,2	1	2,0
Pós-graduação	-	-	-	-
Não informados (Desconhecidos)	-	-	7	14,6
Total	48	100	48	100

N=48

A renda familiar foi outra variável investigada pela pesquisa na amostra estudada e, conforme se apresenta na Tabela 9, é possível perceber que a maioria das famílias dos agentes jovens pesquisados possui renda familiar mensal oscilando entre um e dois salários-mínimos (41,7%), seguidos por uma diferença pequena de famílias que sobrevivem com renda familiar mensal oscilando entre dois e cinco salários-mínimos (37,5%).

TABELA 9 - Caracterização da amostra em função da Renda Familiar

	Frequência Absoluta	Porcentagem
Até 01 SM	7	14,6
>1 até 2 SM	20	41,7
>2 até 5 SM	18	37,5
>5 até 10 SM	2	4,17
>10 até 30 SM	1	2,0
>30 até 50 SM	-	-
Total	48	100,0

N=48

5.2 A amostra estudada e suas habilidades intelectuais

5.2.1 Resultados da bateria BPR-5

A amostra que respondeu o instrumento conhecido como BPR-5 apresentou um desempenho médio (percentil médio = 48,04 (DP = 16,77), dado que corresponde à média do número de acertos da amostra como um todo em todas as provas de raciocínio que compõem o teste. A partir do cálculo da média do desempenho das mulheres dessa amostra, é possível constatar percentil médio de 27,69 e para os homens um percentil médio de 31,54.

A análise dos dados das provas de raciocínio, bem como o cálculo do percentil equivalente ao desempenho de cada agente jovem que participou da pesquisa foi realizada conforme informações fornecidas pelos autores nas normas de correção do manual técnico do teste BPR-5, assim como as classificações utilizadas nas tabelas posteriores foram baseadas nas descrições verbais mencionadas nesse mesmo manual.

Segundo Primi e Almeida. (2000), as descrições verbais referem-se a intervalos específicos da escala de QI de desvio segundo estudos de Thorndike, Hagen e Sattler, de 1986 e são apresentadas na Tabela 10. Tais dados são alcançados após transformar o número de acertos em cada prova em valores de EPN (Escore Padrões Normalizados) e, em seguida, a partir de uma tabela de conversão em percentis e são esses últimos que definem o nível de QI em que o indivíduo se encontra frente à população em que foi validado o teste.

TABELA 10 - Descrições Verbais de classificação a partir das faixas de percentil da BPR-5

Percentil	Descrição Verbal
00 – 02	Muito Inferior
03 – 08	Inferior
09 – 23	Média Baixa
25 – 73	Média
74 – 90	Média Alta
91 – 97	Superior
98 – 99	Muito Superior

Os percentis e as classificações que demonstram os resultados do desempenho dos adolescentes dessa pesquisa para cada tipo de raciocínio da BPR-5 foram calculados e podem ser observados a partir da Tabela 11 até a Tabela 17.

Considerando os dados referentes ao desempenho da amostra como um todo, para cada tipo de raciocínio avaliado na Bateria de Provas BPR-5, é possível constatar que a média de desempenho se mantém sempre na classificação média, portanto, não apresentou oscilações significativas de desempenho que demonstrem desvios extremos da normalidade. A Tabela 11 apresenta os desempenhos da amostra como um todo e a partir do gênero da população pesquisada.

TABELA 11 - Tabela indicativa de Média de desempenho e classificação em cada Prova de Raciocínio avaliado na BPR-5 para amostra como um todo, mulheres e homens

	Média de Desempenho para toda a amostra	Média de Desempenho para mulheres	Média de Desempenho para homens
Raciocínio Verbal	35,85	37,30	34,13
Raciocínio Abstrato	35,08	33,92	36,45
Raciocínio Mecânico	43,68	36,35	52,36
Raciocínio Espacial	32,33	32,96	31,59
Raciocínio Numérico	39,08	37,69	40,73

Nota. Valores de desempenho na BPR-5 entre 25 a 73 representam classificação média no teste.

Os resultados evidenciam que a amostra apresentou desempenho muito semelhante no teste, o que quer dizer que grande parte da população pesquisada obteve escores que caracterizam a população na classificação média para o teste. Contudo, apesar de se manter na mesma classificação, é possível constatar desempenho relativamente superior na prova de Raciocínio Mecânico (Média de $QI=43,68$), com diferença, inclusive, entre o desempenho dos homens (Média de $QI=52,36$) e das mulheres (Média de $QI=36,35$).

É interessante destacar que, considerando a forma de aplicação do teste, tanto os agentes jovens que responderam à Forma A de aplicação, quanto os que responderam a Forma B apresentaram percentis que caracterizam desempenho na classificação média conforme estabelecido pelo manual. Entretanto, é importante mencionar que, na prova de raciocínio espacial, os adolescentes que pertencem ao grupo que respondeu a forma A de aplicação tiveram desempenho inferior à média geral do manual e foram classificados em desempenho médio inferior (Média de desempenho = 14,81), o que evidencia que eles encontraram maior dificuldade em resolver os problemas da prova que exigem esse tipo de raciocínio como pode ser observado na Tabela 12.

TABELA 12 - Média de desempenho e classificação nas Provas de Raciocínio da BPR-5 conforme forma de aplicação

	Média de Desempenho FORMA A	Média de Desempenho FORMA B
Raciocínio Verbal	39,31	34,12
Raciocínio Abstrato	27,56	38,84
Raciocínio Mecânico	44,87	43,09
Raciocínio Espacial	14,81	41,09
Raciocínio Numérico	23,94	46,66

Nota. Valores de desempenho na BPR-5 entre 25 e 75 representam classificação média no teste e os valores entre 09 e 23 representam classificação média inferior no teste.

O desempenho dos agentes jovens em cada raciocínio avaliado pela BPR-5 foi calculado e será apresentado por meio da média de QI dos mesmos nas provas, da frequência, porcentagem e classificação em cada subteste.

Com relação ao subteste que avalia o raciocínio verbal, é possível perceber que 56,25% da amostra apresentou percentil que evidencia QI na classificação média para forma

A de aplicação, enquanto 46,87% dos adolescentes da forma B de aplicação apresentam esse mesmo desempenho.

Entretanto, vale destacar que, além da grande concentração de agentes jovens com QI na classificação média, os demais que não se encontram nessa faixa ainda se apresentam em uma faixa estabelecida pelo manual como média, apesar de ser denominada de média inferior e média superior, ou seja, existe uma quantidade inexpressiva de agentes jovens nas faixas que caracterizam os desvios extremos do teste, como pode se constatado na Tabela 13.

TABELA 13 - Tabela indicativa de Média de desempenho, classificação, frequência e porcentagens da amostra para desempenho na Prova de Raciocínio VERBAL da BPR-5

Classificação - Descrição Verbal de Percentis Padronizados	FORMA A		FORMA B	
	Frequência Absoluta	Porcentagem da Amostra	Frequência Absoluta	Porcentagem da Amostra
Muito Inferior (QI: 00 – 02)	0	-	0	-
Inferior (QI: 03-08)	2	12,50	2	6,25
Médio Inferior (QI: 09 – 24)	3	18,75	12	37,50
Médio (QI: 25 – 74)	9	56,25	15	46,87
Médio Superior (QI: 75 – 90)	2	12,50	2	6,25
Superior (QI: 91 - 97)	0	-	1	3,12
Muito Superior (QI: 98 – 99)	0	-	0	-
Total	16	100,00	32	100,00

A análise da prova de raciocínio abstrato da BPR-5 indicou que 31,25% da amostra obteve desempenho médio nessa prova para forma A de aplicação, ao passo que 56,25% dos adolescentes alcançaram tal desempenho na forma B de aplicação. Tais evidências podem ser observadas na Tabela 14. Além disso, observa-se também que a maior parte da população que não se encontra na faixa média de desempenho, obteve desempenho inferior à média.

TABELA 14 - Tabela indicativa da Média de desempenho, classificação, frequência e porcentagens da amostra para desempenho na Prova de Raciocínio ABSTRATO da BPR-5

Classificação - Descrição Verbal de Percentis Padronizados	FORMA A		FORMA B	
	Frequência	Porcentagem da	Frequência	Porcentagem da
	Absoluta	Amostra	Absoluta	Amostra
Muito Inferior (QI: 00 – 02)	1	6,25	2	6,25
Inferior (QI: 03-08)	4	25,00	2	6,25
Médio Inferior (QI: 09 – 24)	4	25,00	6	18,75
Médio (QI: 25 – 74)	5	31,25	18	56,25
Médio Superior (QI: 75 – 90)	2	12,50	2	6,25
Superior (QI: 91 - 97)	0	-	2	6,25
Muito Superior (QI: 98 – 99)	0	-	0	-
Total	16	100,00	32	100,00

Considerando o desempenho da amostra na prova de raciocínio mecânico, os resultados indicam que 75% da amostra que respondeu à forma de aplicação A apresentaram desempenho considerada médio para a prova que exige raciocínio mecânico para sua resolução, enquanto a população que respondeu a forma B de aplicação mantém resultante semelhante (43,75%), embora não tão expressivo, com desempenho também na classificação média do teste conforme Tabela 15.

TABELA 15 - Tabela indicativa de Média de desempenho, classificação, frequência e porcentagens da amostra para desempenho na Prova de Raciocínio MECÂNICO da BPR-5

Classificação - Descrição Verbal de Percentis Padronizados	FORMA A		FORMA B	
	Frequência	Porcentagem da	Frequência	Porcentagem da
	Absoluta	Amostra	Absoluta	Amostra
Muito Inferior (QI: 00 – 02)	1	6,25	0	-
Inferior (QI: 03-08)	0	-	5	15,63
Médio Inferior (QI: 09 – 24)	1	6,25	7	21,86
Médio (QI: 25 – 74)	12	75,00	14	43,75
Médio Superior (QI: 75 – 90)	1	6,25	3	9,37
Superior (QI: 91 - 97)	1	6,25	2	6,25
Muito Superior (QI: 98 – 99)	0	-	1	3,12
Total	16	100,00	32	100,00

Já considerando a prova de raciocínio espacial da BPR-5, os agentes jovens da forma A de aplicação mantiveram desempenho concentrado nas classificações média e média inferior, ambos com 37,5%; além disso, não houve nenhum adolescente que tenha apresentado desempenho maior que esse, o que evidencia baixo desempenho e maior dificuldade em resolver tais exercícios. Contudo, em se tratando dos sujeitos que responderam a forma B de aplicação, o desempenho apresentou-se relativamente melhor, com concentração da maioria no desempenho médio (56,25%) e, ainda, com alguns casos de desempenho superiores à média, inclusive com adolescentes apresentando desempenho na classificação superior e muito superior. Tais resultados podem ser conferidos na Tabela 16.

TABELA 16 - Tabela indicativa de Média de desempenho, classificação, frequência e porcentagens da amostra para desempenho na Prova de Raciocínio ESPACIAL da BPR-5

Classificação - Descrição Verbal de Percentis Padronizados	FORMA A		FORMA B	
	Frequência Absoluta	Porcentagem da Amostra	Frequência Absoluta	Porcentagem da Amostra
Muito Inferior (QI: 00 – 02)	0	-	0	-
Inferior (QI: 03-08)	4	25,00	3	9,37
Médio Inferior (QI: 09 – 24)	6	37,50	8	25,00
Médio (QI: 25 – 74)	6	37,50	18	56,25
Médio Superior (QI: 75 – 90)	0	-	1	3,12
Superior (QI: 91 - 97)	0	-	1	3,12
Muito Superior (QI: 98 – 99)	0	-	1	3,12
Total	16	100,00	32	100,00

Analisando os resultados da amostra que respondeu a prova de raciocínio numérico da BPR-5 por meio da Tabela 17, é possível perceber que a maioria da população, independente da forma de aplicação, encontra-se na classificação média de desempenho, sendo 68,75% da amostra na forma A e 75% da amostra na forma B obtiveram desempenho médio. Mais uma vez, os agentes jovens da forma B de aplicação demonstraram desempenho considerado superior e muito superior nessa prova, o que não aconteceu com os adolescentes da forma A de aplicação.

TABELA 17 - Tabela indicativa de Média de desempenho, classificação, frequência e porcentagens da amostra para desempenho na Prova de Raciocínio NUMÉRICO da BPR-5

Classificação - Descrição Verbal de Percentis Padronizados	FORMA A		FORMA B	
	Frequência Absoluta	Porcentagem da Amostra	Frequência Absoluta	Porcentagem da Amostra
Muito Inferior (QI: 00 – 02)	0	-	0	-
Inferior (QI: 03-08)	3	18,75	0	-
Médio Inferior (QI: 09 – 24)	2	12,50	5	15,62
Médio (QI: 25 – 74)	11	68,75	24	75,00
Médio Superior (QI: 75 – 90)	0	-	1	3,12
Superior (QI: 91 - 97)	0	-	1	3,12
Muito Superior (QI: 98 – 99)	0	-	1	3,12
Total	16	100,00	32	100,00

As provas de raciocínio BPR-5 foram submetidas a análise de correlações de Pearson, segundo a forma de aplicação, e os resultados e as correlações possíveis podem ser observados nas Tabelas 18 e 19.

Quando se separou a amostra em função da forma de aplicação das provas da bateria BPR-5 e a forma analisada foi a forma A (alunos que frequentam de sexta a oitava séries), não se observou qualquer correlação significativa entre os subtestes da prova, conforme se evidencia na Tabela 18. Porém quando se analisou a forma B de aplicação (alunos que

frequentam de primeira a terceira séries do segundo grau), todos os subtestes se correlacionaram de acordo com a tabela 19.

TABELA 18 - Tabela de Correlações entre as Provas de Raciocínio da BPR-5 para Forma A de aplicação

	Raciocínio Verbal	Raciocínio Abstrato	Raciocínio Mecânico	Raciocínio Espacial	Raciocínio Numérico
Raciocínio Verbal	1	,047	,461	-,447	,293
Raciocínio Abstrato		1	,469	-,036	,004
Raciocínio Mecânico			1	,088	-,024
Raciocínio Espacial				1	,256
Raciocínio Numérico					1

Nota. **p<0,01. * p>0,05. N = 16

Tabela 19 Tabela de Correlações entre as Provas de Raciocínio da BPR-5 para Forma B de aplicação

	Raciocínio Verbal	Raciocínio Abstrato	Raciocínio Mecânico	Raciocínio Espacial	Raciocínio Numérico
Raciocínio Verbal	1	,646**	,546**	,688**	,702**
Raciocínio Abstrato		1	,335	,678**	,386*
Raciocínio Mecânico			1	,591**	,568**
Raciocínio Espacial				1	,738**
Raciocínio Numérico					1

Nota. **p<0,01. * p>0,05. N = 32

A parte da amostra que respondeu o teste na Forma A de aplicação é composta por oito mulheres e oito homens, com desempenho médio de 18,63 (DP = 14,49). Para as mulheres, o QI médio foi de 15,75 e para os homens o QI médio foi de 21,87.

Por meio da comparação entre as médias dos dois grupos, homens e mulheres que responderam a Forma A de aplicação da BPR-5, obtidas a partir da análise dos dados pelo

Teste *t*, foi possível constatar que não há diferença significativa entre as formas de raciocínio pesquisadas, como é possível constatar na Tabela 20.

TABELA 20 - Comparação entre as Provas de Raciocínio da BPR-5 Forma A de Aplicação

		Teste <i>t</i>		
		T	DF	Sig(2 tailed)
Raciocínio Verbal	Variância igual assumida	-,788	14	,444
	Variância igual não assumida	-,788	12,113	,446
Raciocínio Abstrato	Variância igual assumida	,857	14	,406
	Variância igual não assumida	,857	13,865	,406
Raciocínio Mecânico	Variância igual assumida	,944	14	,361
	Variância igual não assumida	,944	11,041	,365
Raciocínio Espacial	Variância igual assumida	,581	14	,571
	Variância igual não assumida	,581	13,997	,571
Raciocínio Numérico	Variância igual assumida	-,655	14	,523
	Variância igual não assumida	-,655	12,706	,524

Já a parte da amostra que respondeu o teste sob a forma de aplicação B foi formada por dezoito mulheres e quatorze homens, com média de QI igual 34,71 (DP = 27,05), com QI médio de 33 para as mulheres e QI médio de 36,93 para os homens.

Considerando a Forma B de aplicação, de acordo com a Tabela 21, é possível constatar que há diferença significativa na *performance* entre homens e mulheres para

raciocínio mecânico ($t(30) = 2,283 / p = 0,030$), com homens apresentando uma média de quatro pontos brutos a mais que as mulheres.

TABELA 21 - Comparação entre as Provas de Raciocínio da BPR-5 Forma de Aplicação B

		Teste <i>t</i>		
		T	DF	Sig. (2-tailed)
	Variância igual assumida	,113	30	,910
Raciocínio				
Verbal	Variância igual não assumida	,109	23,577	,914
	Variância igual assumida	-,833	30	,411
Raciocínio				
Abstrato	Variância igual não assumida	-,757	15,998	,460
	Variância igual assumida	2,283	30	0,030
Raciocínio				
Mecânico	Variância igual não assumida	2,185	22,365	,040
	Variância igual assumida	,677	30	,504
Raciocínio				
Espacial	Variância igual não assumida	,658	24,429	,517
	Variância igual assumida	,511	30	,613
Raciocínio				
Numérico	Variância igual não assumida	,496	24,217	,625

5.2.2 Resultados do Teste Raven

Toda a amostra respondeu ao teste Raven e apresentou média de 70,65% de acertos no teste como um todo (DP = 20,13). Os resultados apontaram que a maior parte da população pesquisada (43,75%) apresentou desempenho médio, na faixa de percentil 50. Entretanto, é possível constatar que uma parcela considerável dos adolescentes participantes se encontra com percentil 95 (23%), o que é classificado como superior pelo manual do teste. Ainda conforme o manual, a classificação do desempenho dos adolescentes da amostra pode ser evidenciada na Tabela 22.

TABELA 22 - Caracterização da amostra para desempenho no Raven

	Frequência	Porcentagem
Percentil 50	21	43,75
Percentil 75	07	14,6
Percentil 90	07	14,6
Percentil 95	11	23,00
Percentil acima de 95	02	4,17
Total	48	100,00

N=48

A partir de análise dos dados pelo Teste t , é possível constatar que não há diferença significativa no desempenho entre homens e mulheres para o teste Raven ($t(46) = 1,704 / p = 0,095$), conforme pode se identificar na Tabela 23.

TABELA 23 - Comparação entre os desempenhos no teste Raven entre homens e mulheres

	Teste t		
	T	DF	Sig. (2-tailed)
RAVEN	1,704	46	,095

Nota: Índice de Confiabilidade de 95%.

5.3 A Amostra Estudada com relação aos dados sobre PERCEPÇÃO DE RISCO

Por meio dos valores fornecidos pelos participantes da amostra a cada item da Escala de percepção de risco e intenção de apresentar comportamento de risco de Lopes et al. (em preparação), as médias e os desvios-padrão dos escores obtidos foram calculados e os resultados podem ser observados na Tabela 24.

TABELA 24 - Médias e Desvios-padrão de percepção de risco e intenção de apresentar comportamentos de risco para a amostra como um todo

	Percep Legal/ético	Percep Saúde	Percep Social	Comp Legal/ético	Comp Saúde	Comp Financ	Comp Social
Média	3,58	3,5	2,80	4,32	1,93	2,38	2,87
Desvio- padrão	0,98	0,85	0,98	1,59	0,92	0,74	0,85

Nota: PERCEP = Percepção. COMP = Comportamento.

É possível observar a existência de valores equivalentes representando as maiores médias entre as respostas da percepção de risco para risco legal/ético e para risco à saúde, entretanto apenas o risco legal/ético se mantém como a maior média entre os riscos identificados para intenção de apresentar comportamento arriscado.

Já quando se considerou a forma de aplicação da BPR-5 foi possível constatar, por meio da Tabela 25, que entre os agentes jovens que responderam a forma A de aplicação, o risco legal/ético foi percebido como o risco de maior intensidade, seguido pela percepção de risco à saúde, enquanto, no comportamento de risco, todos foram classificados com probabilidade semelhante de intenção de engajar-se, apesar de todos terem obtido valores médios menores.

TABELA 25 - Médias e Desvios-padrão de percepção de risco e intenção de apresentar comportamentos de risco conforme a forma de aplicação

		Percep Legal/ ético	Percep Saúde	Percep Social	Comp Legal/ ético	Comp Saúde	Comp Financ	Comp Social
FORMA A	Média	3,19	3,02	2,77	2,34	2,58	2,55	2,51
	DP	1,15	1,04	0,90	0,95	0,71	0,84	0,87
FORMA B	Média	3,78	3,71	2,81	1,98	1,90	2,29	3,04
	DP	0,83	0,65	1,01	1,15	0,80	0,68	0,79

Nota: PERCEP = Percepção. COMP = Comportamento.

Na Tabela 26, por sua vez, é possível identificar que não houve diferenças significativas no que tange aos valores das médias e desvios-padrão entre homens e mulheres quanto aos escores atribuídos na escala de percepção de risco e intenção de engajar-se em comportamento arriscado de Lopes et al. (em preparação). A percepção de risco legal/ético evidenciou maior média seguida pelo resultado da percepção de risco à saúde tanto entre os homens quanto entre as mulheres da população pesquisada. Os menores escores foram atribuídos à intenção de engajar-se em comportamentos de risco à saúde, o que indica que independente do gênero, os adolescentes da amostra pesquisada possuem menor intenção de engajar-se em ações que possam gerar prejuízos a seu bem-estar físico e psicológico e à sua segurança.

TABELA 26 - Médias e Desvios-padrão de percepção de risco e intenção de apresentar comportamentos de risco conforme o gênero

		Percep Legal/ Ético	Percep Saúde	Percep Social	Comp Legal/ ético	Comp Saúde	Comp Financ	Comp Social
HOMENS	Média	3,55	3,47	2,80	2,62	1,96	2,39	2,58
	DP	1,03	0,87	0,83	0,88	1,01	0,73	0,73
MULHERES	Média	3,61	3,48	2,79	2,40	1,89	2,36	3,11
	DP	0,95	0,86	1,10	0,72	0,86	0,77	0,87

Nota: PERCEP = Percepção. COMP = Comportamento.

5.3.1 Análise das correlações

Observou-se apenas uma correlação positiva e moderada entre percepção de risco legal/ético e Percepção de risco à saúde, ou seja, quanto maior a percepção de risco legal/ético, maior a percepção de risco à saúde ($r = 0,696$ para $p < 0,01$) como se pode constatar na Tabela 27.

TABELA 27 - Correlações de Pearson entre os fatores da escala de Percepção de Risco

	Perc Risco Legal/ético	Perc Risco Social	Perc Risco Saúde
Perc Risco Legal/ético	1	,174	,696**
Perc Risco Social	,174	1	,267
Perc Risco Saúde	,696**	,267	1

Nota: PERCEP = Percepção. ** $p < 0,01$. * $p > 0,05$. N = 48.

Quanto às correlações entre percepção de risco e às subescalas da BPR-5 para a amostra como um todo, observou-se que existem correlações significativas entre raciocínio verbal e percepção de risco legal/ético ($r = 0,313$, $p < 0,05$) e entre raciocínio verbal e percepção de risco à saúde ($r = 0,312$ $p < 0,05$), conforme Tabela 28.

Ainda na Tabela 28, é possível destacar que, quanto às correlações entre percepção de risco e o percentual de acertos no Raven, existe apenas uma correlação significativa entre a porcentagem de acertos no Raven e a percepção de risco legal/ética ($r = 0,298$ para $p < 0,05$). Essa correlação significa que quanto maior a porcentagem de acerto no Raven, maior a percepção de risco legal/ético.

TABELA 28 - Correlações entre os fatores da escala de percepção de risco, as subescalas da BPR-5 e a Prova de Raven para a amostra como um todo

	Rac Verbal	Rac Abstrato	Rac Mecânico	Rac Espacial	Rac Numérico	% no Raven
Perc Risco Legal/ético	,313*	,196	,128	,159	,230	,298*
Perc Risco Social	,222	-,016	,275	,186	,230	,202
Perc Risco Saúde	,312*	,225	,221	,202	,141	,211

Nota: PERCEP = Percepção. RAC = Raciocínio. **p<0,01. *p>0,05. N = 48.

Considerando a parte da amostra que respondeu a forma A de aplicação, foi possível constatar que existem correlações significativas entre percepção de risco legal/ético e percepção de risco social ($r = 0,548$ $p < 0,05$) e percepção de risco legal/ético e percepção de risco à saúde ($r = 0,803$ $p < 0,05$). Tais correlações podem ser verificadas na Tabela 29.

TABELA 29 - Correlações de Pearson entre as Provas de Raciocínio da BPR-5 Forma de Aplicação A e fatores da escala de Percepção de Risco

	Rac Verbal	Rac Abstrato	Rac Mecânico	Rac Espacial	Rac Numérico	Per Legal	Per Social	Per Saúde
Raciocínio Verbal	1	,047	,461	-,447	,293	,457	,365	,322
Raciocínio Abstrato		1	,469	-,036	,004	,061	-,048	,032
Raciocínio Mecânico			1	,088	-,024	,349	,465	,382
Raciocínio Espacial				1	,256	-,337	,209	-,295
Raciocínio Numérico					1	-,101	,315	-,212
Percepção Legal						1	,548	,803
Percepção Social							1	,357
Percepção Saúde								1

Nota: PERCEP = Percepção. RAC = Raciocínio. **p<0,01. *p>0,05. N = 16.

Da mesma forma, a análise da parte da amostra que respondeu a forma de aplicação B da BPR-5 demonstrou apenas uma correlação significativa entre percepção de risco legal/ético e percepção de risco à saúde ($r = 0,383$ $p < 0,05$), conforme Tabela 30.

É interessante notar que a correlação entre a percepção de risco legal/ético e a percepção de risco social desaparece e a percepção de risco legal/ético e a percepção de risco à saúde diminui de magnitude.

TABELA 30 - Correlações de Pearson entre as Provas de Raciocínio da BPR-5 Forma de Aplicação B e fatores da escala de Percepção de Risco

	Rac Verbal	Rac Abstrato	Rac Mecânico	Rac Espacial	Rac Numérico	Per Legal	Per Social	Per Saúde
Raciocínio Verbal	1	,646**	,546**	,688**	,702**	-,095	,180	,134
Raciocínio Abstrato		1	,335	,678**	,386**	,019	,013	,213
Raciocínio Mecânico			1	,591**	,568**	-,063	,229	,121
Raciocínio Espacial				1	,738**	-,106	,259	,132
Raciocínio Numérico					1	-,017	,291	,012
Percepção Legal						1	-,053	,383*
Percepção Social							1	,273
Percepção Saúde								1

Nota: PERCEP = Percepção. RAC = Raciocínio. ** $p < 0,01$. * $p > 0,05$. N = 32.

5.3.2 Análise da diferença entre os sexos

Realizou-se um Teste t para verificar a diferença entre os sexos para a amostra como um todo, para a parte da amostra em que se aplicou a forma A e para a parte da amostra em que se aplicou a forma B. A partir de tais análises, foi possível constatar que houve diferença significativa entre homens e mulheres na amostra como um todo quando a variável estudada foi percepção de risco legal/ético e percepção de risco à saúde, conforme a Tabela 31.

Esse resultado evidenciou que, apesar de se tratar de uma diferença relativamente pequena, as mulheres apresentaram maior percepção de risco legal/ético assim como percebem mais os riscos à saúde e à segurança, isto é, as mulheres compreendem ações que ameaçam seu bem-estar biopsicológico e as ações geradoras de prejuízos legais e morais em intensidade maior que os homens.

TABELA 31 - Comparação entre a Percepção de Risco e as Provas de Raciocínio da BPR-5 para a amostra como um todo, a Forma de Aplicação A e a Forma de Aplicação B

		Teste <i>t</i>		
		T	DF	Sig. (2-tailed)
Percepção Risco Legal/ético	Variância igual assumida	-3,544	46	,001
TODO	Variância igual não assumida	-2,890	18,987	,009
Percepção Risco Social	Variância igual assumida	,157	46	,876
TODO	Variância igual não assumida	,162	33,058	,872
Percepção Risco Saúde	Variância igual assumida	-2,507	46	,016
TODO	Variância igual não assumida	-2,103	20,013	,048
Percepção Risco Legal/ético	Variância igual assumida	,322	14	,752
Forma A	Variância igual não assumida	,322	13,806	,752
Percepção Risco Social	Variância igual assumida	,000	14	1,000
Forma A	Variância igual não assumida	,000	13,885	1,000
Percepção Risco Saúde	Variância igual assumida	1,722	14	,107
Forma A	Variância igual não assumida	1,722	13,964	,107
Percepção Risco Legal/ético	Variância igual assumida	-,086	30	,932
Forma B	Variância igual não assumida	-,086	28,357	,932
Percepção Risco Social	Variância igual assumida	,229	30	,821
FORMA B	Variância igual não assumida	,236	29,984	,815
Percepção Risco Saúde	Variância igual assumida	-1,225	30	,230
FORMA B	Variância igual não assumida	-1,166	21,709	,256

5.4 A Amostra Estudada com relação aos dados sobre intenção de apresentar

COMPORTAMENTO DE RISCO

5.4.1 Análise das correlações

No que tange às variáveis relativas à intenção de apresentar comportamento de risco apresentaram-se correlações para a amostra como um todo entre comportamento de risco legal/ético e comportamento de risco à saúde ($r = 0,483$ $p < 0,01$); comportamento de risco

legal/ético e comportamento de risco financeiro ($r = 0,305$ $p < 0,05$) e comportamento de risco à saúde e comportamento de risco financeiro ($r = 0,298$ $p < 0,05$), segundo a Tabela 32.

A partir de tais análises, é possível indicar que, quanto maior a intenção de apresentar o comportamento de risco legal/ético, maior o escore da intenção de apresentar comportamento de risco à saúde ($r = 0,483$ $p < 0,05$), e maior também a intenção de apresentar o comportamento de risco financeiro ($r = 0,305$ $p < 0,05$). Além disso, observa-se uma correlação entre intenção de apresentar comportamento de risco à saúde e intenção de apresentar de risco financeiro ($r = 0,298$ $p < 0,05$).

TABELA 32 Correlações entre os fatores da escala de Comportamento de Risco para a amostra como um todo

	Comp Risco Legal/ético	Comp Risco Saúde	Comp Risco Financeiro	Comp Risco Social
Comportamento Risco Legal/ético	1	,483*	,305*	,178
Comportamento Risco Saúde		1	,298*	,281
Comportamento Risco Financeiro			1	,217
Comportamento Risco Social				1

Nota: ** $p < 0,01$. * $p > 0,05$. N = 48.

Com relação à intenção de apresentar comportamento de risco e as subescalas do BPR-5 para a amostra como um todo, é possível constatar na Tabela 33 que existe apenas uma correlação positiva entre raciocínio verbal e comportamento de risco social ($r = 0,296$ $p < 0,05$).

Ainda a partir da observação da Tabela 33 é possível afirmar que não há nenhuma correlação entre as formas de comportamento de risco avaliadas e o percentil ou percentual de acertos no Raven.

TABELA 33 - Correlações entre os fatores da escala de Comportamento de Risco, as subescalas da BPR-5 e a Prova de Raven para a amostra como um todo

	Raciocínio Verbal	Raciocínio Abstrato	Raciocínio Mecânico	Raciocínio Espacial	Raciocínio Numérico	RAVEN
Comp. Risco						
Legal/ético	,158	,116	,281	,155	-,012	,148
Comp. Risco	,123	,020	,049	,034	-,058	,014
Saúde						
Comp. Risco	,140	-,181	,256	,015	-,035	-,068
Financeiro						
Comp. Risco	,296*	,175	,204	,134	,147	,164
Social						

Nota: COMP = Comportamento. **p<0,01. *p>0,05. N = 48.

Quando se separou a amostra em função da forma A de aplicação da BPR-5 observaram-se as seguintes correlações: entre comportamento de risco legal/ético e comportamento de risco à saúde ($r = 0,725$ $p < 0,01$); comportamento de risco legal/ético e comportamento de risco social ($r = 0,573$ $p < 0,01$) e por fim, comportamento de risco à saúde e comportamento risco social ($r = 0,652$ $p < 0,01$). Essas correlações podem ser verificadas segundo a Tabela 34.

TABELA 34 - Correlações entre os fatores da escala de Comportamento de Risco para a Forma A de aplicação das subescalas da BPR-5

	Comp Legal/ ético	Comp Saúde	Comp Finan	Comp Social	Rac Verbal	Rac Abstrato	Rac Mec	Rac Espacial	Rac Numérico
Comp Legal/ético	1	,725**	,488	,573*	-,022	-,275	-,220	-,378	-,631**
Comp Saúde		1	,251	,652**	-,007	-,160	-,228	-,201	-,272
Comp Finan.			1	,309	,160	-,257	,020	-,008	-,233
Comp Social				1	,378	-,024	,145	-,266	-,155
Raciocínio Verbal					1	,047	,461	-,447	,293
Raciocínio Abstrato						1	,469	-,036	,004
Raciocínio Mecânico							1	,088	-,024
Raciocínio Espacial								1	,256
Raciocínio Numérico									1

Nota: COMP = Comportamento. RAC = Raciocínio. RAC FINAN = Raciocínio Financeiro. RAC

MEC = Raciocínio Mecânico. **p<0,01. *p>0,05. N = 16.

Já a partir da observação e análise da Tabela 35, é possível perceber que na parte da amostra que respondeu a Forma B de aplicação, não se observou qualquer correlação entre as formas de comportamento de risco avaliadas. No entanto, foi possível verificar a presença de correlações entre raciocínio mecânico e comportamento de risco legal/ético ($r = 0,449$ $p < 0,01$) e entre raciocínio mecânico e comportamento de risco financeiro ($r = 0,386$ $p < 0,05$).

TABELA 35 Correlações entre os fatores da escala de Comportamento de Risco e as subescalas da BPR-5 para a Forma B

	Comp Legal/ético	Comp Saúde	Comp Finan	Comp Social	Rac Verbal	Rac Abstrato	Rac Mec	Rac Espacial	Rac Numérico
Comp Legal/ético	1	,330	,215	-,064	,232	,317	,449**	,253	,147
Comp Saúde		1	,332	,075	,283	,214	,191	,191	,106
Comp Finan.			1	,230	,203	-,079	,386*	,135	,167
Comp Social				1	,136	,152	,196	,018	,037
Raciocínio Verbal					1	,646**	,546**	,688**	,702**
Raciocínio Abstrato						1	,335	,678**	,386*
Raciocínio Mecânico							1	,591**	,568**
Raciocínio Espacial								1	,738**
Raciocínio Numérico									1

Nota: COMP = Comportamento. RAC = Raciocínio. COMP FINAN = Comportamento Financeiro.

RAC MEC = Raciocínio Mecânico. ** $p < 0,01$. * $p > 0,05$. N = 32.

5.4.2 Análise da diferença entre os sexos

Realizou-se um Teste *t* para verificar a diferença entre os sexos para a amostra como um todo, para a parte da amostra em que se aplicou a forma A e para a parte da amostra em que se aplicou a forma B. Os resultados apontados na Tabela 36 indicam que não houve diferença significativa em nenhuma das análises realizadas.

TABELA 36 - Comparação entre o Comportamento de Risco e as Provas de Raciocínio da BPR-5 para a amostra como um todo, Forma de Aplicação A e a Forma de Aplicação B

		Teste <i>t</i>		
		T	DF	Sig. (2-tailed)
Comportamento		,648	46	,520
Risco	Variância igual assumida			
Legal/ético		,639	41,241	,527
TODO	Variância igual não assumida			
Comportamento	Variância igual assumida	,528	46	,600
Risco Saúde				
TODO	Variância igual não assumida	,516	38,984	,609
Comportamento	Variância igual assumida	-,249	46	,805
Risco Financeiro				
TODO	Variância igual não assumida	-,250	45,648	,803
Comportamento	Variância igual assumida	-1,288	46	,204
Risco Social				
TODO	Variância igual não assumida	-1,304	45,973	,199
Comportamento	Variância igual assumida	,821	14	,425
Risco				
Legal/ético	Variância igual não assumida	,821	13,713	,425
Forma A				
Comportamento	Variância igual assumida	,552	14	,590
Risco Saúde				
Forma A	Variância igual não assumida	,552	12,141	,591
Comportamento	Variância igual assumida	-,191	14	,851
Risco Financeiro				
Forma A	Variância igual não assumida	-,191	13,641	,851
Comportamento	Variância igual assumida	-,447	14	,662
Risco Social				
Forma A	Variância igual não assumida	-,447	13,720	,662
Comportamento	Variância igual assumida	,233	30	,817
Risco				
Legal/ético	Variância igual não assumida	,227	24,549	,823
Forma B				
Comportamento	Variância igual assumida	,141	30	,889
Risco Saúde				
Forma B	Variância igual não assumida	,140	26,721	,890
Comportamento	Variância igual assumida	-,213	30	,833
Risco Financeiro				
Forma B	Variância igual não assumida	-,221	29,955	,827
Comportamento	Variância igual assumida	-1,160	30	,255
Risco Social				
Forma B	Variância igual não assumida	-1,180	29,528	,247

5.5 Análise das amostras separadas pelas Formas (A e B) de aplicação da BPR-5

De acordo com a aplicação de um Teste *t*, para identificar diferenças no desempenho das duas partes da amostra que responderam formas diferentes de aplicação da BPR-5 quanto à intenção de apresentar comportamento de risco, foi possível observar, na Tabela 37, que há diferença significativa quanto ao comportamento de risco social. A parte da amostra relativa à forma de aplicação B apresentou escores de intenção de apresentar comportamento de risco social maior que a parte da amostra em que se aplicou a forma A.

É possível evidenciar, ainda, que há diferença significativa também entre os dois grupos nos seguintes subtestes: raciocínio verbal, raciocínio abstrato, espacial e numérico. Em todos os casos o grupo em que se aplicou a Forma B demonstrou escores maiores que o grupo em que se aplicou a forma A.

TABELA 37 - Comparação entre o Comportamento de Risco e as Provas de Raciocínio da BPR-5

		Teste <i>t</i>		
		T	DF	Sig. (2-tailed)
		-,708	46	,483
Comportamento	Variância igual assumida			
Risco		-,692	28,422	,494
Legal/ético	Variância igual não assumida			
	Variância igual assumida	,379	46	,706
Comportamento				
Risco Saúde	Variância igual não assumida	,337	22,623	,739
	Variância igual assumida	,735	46	,466
Comportamento				
Risco	Variância igual não assumida	,686	25,274	,499
Financeiro				
	Variância igual assumida	-2,002	46	,051
Comportamento				
Risco Social	Variância igual não assumida	-1,986	29,467	,056
	Variância igual assumida	-2,265	46	,028
Raciocínio				
Verbal	Variância igual não assumida	-2,107	25,076	,045
	Variância igual assumida	-2,526	46	,015
Raciocínio				
Abstrato	Variância igual não assumida	-2,348	25,017	,027
	Variância igual assumida	-,790	46	,433
Raciocínio				
Mecânico	Variância igual não assumida	-,901	41,969	,373
	Variância igual assumida	-4,779	46	,000
Raciocínio				
Espacial	Variância igual não assumida	-5,862	45,975	,000
	Variância igual assumida	-4,774	46	,000
Raciocínio				
Numérico	Variância igual não assumida	-5,050	35,050	,000

No que tange às variáveis percepção e intenção de apresentar comportamento de risco, não houve correlações significativas, o que pode indicar que, nessa amostra, percepção de risco e intenção de comportar-se arriscadamente são fenômenos mentais independentes conforme a Tabela 38.

TABELA 38 - Correlações de Pearson entre fatores da escala de Percepção de Risco e fatores da escala de comportamento de risco

	Comp Legal/ético	Comp Saúde	Comp Financ	Comp Social	Percep Legal/ético	Percep Saúde	Percep Social
Comp Legal/ético	1	,483**	,305*	,178	,019	-,035	,186
Comp Saúde		1	,298*	,281	-,134	,054	,020
Comp Financ			1	,217	-,194	,172	-,131
Comp Social				1	,177	,054	,198
Percep Legal/ético					1	,174	,696**
Percep Saúde						1	,267
Percep Social							1

Nota: COMP = Comportamento. PERCEP = Percepção. COMP FINAN = Comportamento.

Financeiro. ** $p < 0,01$. * $p > 0,05$. N = 48.

CAPÍTULO 6

DISCUSSÃO DOS RESULTADOS

Essa discussão foi dividida em três tópicos, com a finalidade de facilitar a compreensão do leitor acerca dos dados. A primeira parte discute as características da amostra estudada e seus fatores de risco e a segunda e terceira partes discutem as correlações encontradas nesse estudo.

6.1 A amostra estudada e os fatores de risco

Esta pesquisa teve como objetivo analisar as variáveis percepção de risco, intenção de apresentar comportamento de risco e suas relações com os níveis de habilidades cognitivas (inteligência), em uma amostra socialmente vulnerável a interferências de variáveis socioeconômicas para o desenvolvimento integral de crianças e jovens na sociedade atual e que por isso integravam o Projeto: *Agente Jovem de Desenvolvimento Social e Humano*. Esse projeto em parceria com a prefeitura de uma das cidades do Triângulo Mineiro atende adolescentes carentes que vivem em situação de risco social e que estão cadastradas no Centro de Referência a Assistência Social (CRAS). Dessa forma, cabe destacar que o grupo escolhido, apesar de exposto a diversos desses fatores de risco, estava vinculado a um Projeto de assistência social que se propunha a conservar a integridade social e humana desses jovens, evitando que sejam afetados pelos riscos que os circundam.

Esses adolescentes apresentaram média de idade de dezesseis anos, escolarização concentrada nos últimos anos dos ensinos Fundamental e Médio e pertencem a ambos os

sexos, como apontaram as Tabelas 5 e 6. Esses dados, associados à baixa escolaridade dos pais (inferior à dos filhos) e à baixa condição socioeconômica, indicam que as características da amostra estudada, por si, representam fatores que ampliam a situação de risco desses participantes, conforme destacam Camargo (1999) e Feijó e Oliveira, (2001). Esses autores destacam que a adolescência é o período mais propício para a busca de novas experiências e, conseqüentemente, para adoção de novos comportamentos de risco.

Todavia, outros dados garantem que a população pesquisada se enquadra em outros critérios que caracterizam a situação de vulnerabilidade social em que esses jovens e suas respectivas famílias se encontram. O próprio CRAS, um dos órgãos responsáveis pelo Projeto Agente Jovem, é definido pelo Ministério do Desenvolvimento Social (MDS) como uma unidade pública, de base municipal, que compõe o Sistema Único de Assistência Social (SUAS) e que deve ser instalado em áreas com maiores índices de vulnerabilidade e risco social. Tem como meta de funcionamento a promoção de serviços e programas socioassistenciais que viabilizem a proteção social básica às famílias e aos indivíduos que pertencem a essas regiões. Isso significa que cada adolescente inscrito nesse Projeto, bem como os demais membros de sua família, atende a pelo menos um dos requisitos de participação e atendimento do CRAS.

Para tanto, vale destacar que os indicadores estabelecidos pelo MDS como critérios que caracterizam vulnerabilidade social foram definidos pela Norma Operacional Básica do SUAS, e assim como já foi destacado na introdução deste trabalho, são eles:

- Questões relacionadas à precariedade de infraestrutura das residências das famílias do bairro atendido;
- presença de crianças, adolescentes, idosos e pessoas com deficiência em famílias com renda até meio salário-mínimo;

- famílias que possuem como responsáveis analfabetos ou pessoas com baixa escolaridade;
- famílias que possuem mulheres sem cônjuge como chefes de famílias;
- famílias com responsáveis desempregados e sem outros membros que possam colaborar para o sustento de seus membros;
- Famílias em situação de trabalho infantil ou com presença de crianças e adolescentes em idade escolar obrigatória fora da escola;

Além dos citados acima, o MDS considera outros indícios possíveis de serem obtidos a partir das estatísticas nacionais que, combinados, podem representar situações agravantes de vulnerabilidade social e de reprodução da pobreza entre gerações (Brasil, Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome – MDS, n.d.).

Seguindo uma das exigências do MDS, o CRAS deve estar situado em um bairro considerado de maior vulnerabilidade social da cidade, logo, é possível concluir que segundo estudos promovidos pelo CEPEDE (Centro de Pesquisas e Apoio ao Desenvolvimento Econômico e Social de Tupaciguara), arquivados e apresentados à pesquisadora pela equipe responsável pelo Projeto Agente Jovem, a maioria da população atendida pelo Projeto vive em um dos bairros considerados de periferia da cidade, no qual é possível constatar ausência de asfaltamento em grande parte das ruas do bairro, casas sem infraestrutura mínima de habitação, falta de iluminação pública em muitos locais do bairro, grande parte da população que depende da doação ou do fornecimento de cestas básicas por órgãos assistenciais da cidade, número elevado de famílias que dependem da renda fornecida pelo programa Bolsa-Família do Governo Federal, bem como estruturas familiares marcadas por situações destacadas por meio dos indicadores já apontados acima.

Além disso, vale ressaltar que, por meio de informações fornecidas por órgãos como o IBGE e o SEBRAE MINAS, que o município conta com população estimada até o ano de 2004 de 23610 habitantes, a renda *per capita* do município não supera R\$244,83, o IDH-M (Índice de Desenvolvimento Humano – Municipal) até o ano 2000 era de 0,78 e a população economicamente ativa (PEA) até o ano de 1998 era de 9245 habitantes. Desses, 55% da PEA trabalha na agricultura e na pecuária, seguido pelo setor terciário com 33% e, por fim, o secundário com 12%, segundo pesquisas do CEPED. Diante desse contexto, vale mencionar que a cidade onde este trabalho foi realizado é considerada uma cidade pequena na região norte do Triângulo Mineiro e que, segundo relato da equipe técnica responsável pelo projeto, tem sofrido com o crescimento assustador da criminalidade e com o aumento do número de ocorrências policiais envolvendo violência, tráfico de drogas e prostituição, em sua maioria concentrados na região da cidade onde está instalado o CRAS e, conseqüentemente, bem próximo à realidade dos agentes jovens estudados na pesquisa. Esse contexto é representativo de inúmeras cidades pequenas do interior do País, o que torna os dados deste estudo relevantes para esclarecer melhor alguns aspectos ligados à percepção e comportamento de risco em amostras com essas peculiaridades.

Diante desses apontamentos, é interessante ressaltar novamente que a renda da família dos participantes desse estudo oscilou entre um e dois salários-mínimos (com 47,5% das respostas), seguida pela renda entre dois e cinco salários-mínimos (segunda resposta mais frequente entre eles) como é possível constatar na Tabela 09.

A partir dessas informações, faz-se necessário destacar que uma renda mensal entre dois e cinco salários-mínimos pode representar um orçamento relativamente alto para famílias consideradas em situação de vulnerabilidade social, contudo a renda familiar não deve ser analisada separadamente dos outros fatores assinalados pelo MDS, mesmo porque, conforme determinação desse Ministério, a renda *per capita* da família assistida pelo CRAS não deve

superar meio salário-mínimo. Uma das explicações possíveis para esse dado é o fato de existirem famílias com muitos membros que dependem desse orçamento para garantir sua sobrevivência e que contribuem como força de trabalho assalariado, contudo a renda *per capita* é pequena na família. Esse dado não foi investigado nesta pesquisa, já que essa informação representa, por si só, uma das condições para que o adolescente se inscreva no Projeto Agente Jovem.

Outra informação que deve ser considerada na realidade desses jovens, segundo informações fornecidas pela equipe técnica do Projeto, é o desconhecimento dos jovens do valor real da renda familiar, em virtude de uma falta de comunicação entre os jovens e seu núcleo familiar. Observa-se ainda, oscilações no valor da renda da família devido ao grande número de membros, visto que, muitas vezes, as famílias dependem de doações para garantir vestuário, alimentação e medicação suficiente para a sobrevivência de seus membros, o que torna o orçamento familiar flutuante.

Além disso, durante a coleta de dados, vários participantes questionaram a pesquisadora o valor do salário-mínimo. Tal desconhecimento pode ser atribuído à faixa etária do grupo pesquisado, considerando que essa informação parece não despertar interesse entre os adolescentes; ou ainda, em função de não ser o salário-mínimo um valor de referência para os jovens dessa realidade social.

A presença constante de indícios que reforçam a marginalização econômica que essa população vivencia em seu dia a dia já era esperada, contudo vale destacar que as condições socioeconômicas adversas na família se constituem como aspecto capaz de ampliar a situação de risco de seus membros.

Recuperando o conceito de risco muito utilizado por autores da Psicologia do desenvolvimento (Bandeira, Koller, Hutz, & Forster, 1996), constitui situação de risco toda

circunstância em que o desenvolvimento da criança e do adolescente não atende às expectativas e o potencial esperado para a faixa etária do mesmo de acordo com os parâmetros de sua cultura. Da mesma forma, Aun (2005) aponta para uma realidade em que as famílias mais pobres se tornam mais suscetíveis a privações oriundas de desemprego, trabalhos na informalidade e rendimentos incertos, o que faz o papel da família ficar comprometido e, conseqüentemente, prejudica a garantia de apoio e proteção de que a criança e o adolescente necessitam em seu processo de desenvolvimento.

Considerando as características da amostra pesquisada, é importante destacar que as condições socioeconômicas precárias dos participantes estendem-se para além da família e atingem o bairro, a rede de relacionamentos e as economias locais que se constituem como possibilidades e empecilhos para o desenvolvimento adequado dos indivíduos e de suas famílias e ampliam a vulnerabilidade a comportamentos de risco.

Diante desse contexto, Santos (2006) destaca um novo modelo de família que se vem formando a partir das novas configurações sociais e familiares, principalmente marcado pela mulher que assume a responsabilidade econômica da família, acarretando rupturas radicais na autoridade parental que, culturalmente, esteve focada na figura masculina do pai. Nesse sentido, outro dado se mostrou interessante, uma vez que 14,6% dos agentes jovens desconhecem a identidade de seus progenitores do sexo masculino e não possuem informações sobre a escolaridade, profissão ou idade dos pais, conforme se observa na Tabela 8, visto que não têm afiliação paterna no registro de nascimento ou foram abandonados pelos mesmos, o que reforça a figura materna como provedora do sustento familiar.

Contudo, a sobrecarga de papéis e funções para a mãe, somada ao abandono precoce sofrido pelas crianças e pelos jovens constitui fator apto a ampliar a situação de risco dos adolescentes, visto que tal abandono pode ser associado ao descrédito e pode conduzir o jovem a engajar-se em comportamento de risco como forma de pertencimento a um grupo de

referência, já que a família não consegue ser referência suficiente para ele (Sudbrack, 2004). Essa idéia ficou “sugerida” pelo fato de que vários participantes deixaram em branco o espaço no questionário sobre as informações que diziam respeito aos pais e demonstraram grande constrangimento em informar à pesquisadora que “não tinham pai”, expressão utilizada por eles.

O nível de escolaridade dos pais apresentou resultados que também reforçam os parâmetros de vulnerabilidade social estabelecidos pelos órgãos responsáveis do Governo, pois demonstram níveis baixos de escolarização e tanto pais (47,5%) quanto as mães (52%) cursaram o Ensino Fundamental incompleto como formação escolar limite. A Tabela 8 traz a frequência dessas respostas detalhadamente, entretanto, nela, é possível constatar um dado relevante e que chama a atenção: a maioria dos adolescentes inscritos no Projeto já possui tempo de formação escolar superior ao cursado pelos pais. Essa constatação pode sugerir várias interpretações, entre elas a facilidade de acesso à escola nos dias atuais, a imposição do Governo que obriga os filhos a frequentar a escola para que possam participar do Projeto Agente Jovem e também para que os pais sejam beneficiados pelos programas sociais como o Bolsa-Família, por exemplo. Entretanto, tal dado pode indicar que os pais não tenham sido modelo para os filhos no que tange à escolarização. Nesse sentido, é possível inferir que outras pessoas ou até mesmo outras instituições possam servir de referência e exemplo para esses adolescentes. Contudo, a investigação desses “novos padrões de modelos de referência” foge do escopo deste trabalho.

Outro dado que merece destaque diz respeito à escolarização da própria amostra estudada. Constatou-se que os adolescentes pesquisados apresentam um número de reprovação escolar muito alto. Essa informação, apesar de não ter sido questionada diretamente na pesquisa, foi obtida em função do instrumento BPR-5 utilizado na

metodologia, posto que esse teste possui duas versões possíveis de serem aplicadas e que se diferenciam conforme a escolaridade dos respondentes. A discrepância entre a escolaridade e a idade é o indicativo principal desse dado.

Dessa forma, considerando que o Projeto atende adolescentes na faixa etária entre quinze e dezessete anos de idade, era esperado que todos, se estivessem em nos níveis escolares adequados, cursassem o segundo grau, isso é, do primeiro ao terceiro ano do Ensino Médio. Todavia, constatou-se o elevado número de participantes dessa faixa etária que ainda permaneciam cursando o primeiro grau, de sexta a oitava séries do Ensino Fundamental⁴.

Dessa forma, foi preciso diferenciar o material respondido pelo grupo, subdividindo em Forma A (alunos do Ensino Fundamental) e Forma B (alunos do Ensino Médio). A aplicação permaneceu em grupo, como havia sido planejada, porém o material foi diferenciado conforme tempo de formação escolar, o que não gerou nenhum constrangimento, devido ao grande número de alunos com histórico de fracasso escolar entre os grupos.

A partir dessa informação, fez-se relevante iniciar algumas análises diferenciadas em função da forma de aplicação utilizada. Por meio das fichas de acompanhamento dos agentes jovens atendidos no CRAS e fornecidas pela equipe técnica responsável pelo Projeto, foi possível constatar que, entre os adolescentes inscritos no Projeto, havia histórico de atraso escolar, bem como alguns adolescentes que fazem uso de drogas, adolescentes com problemas com a lei, menores infratores, abrigados em função de abandono, maus-tratos e abuso sexual. Contudo, foi possível constatar que esses históricos são comuns aos dois grupos subdivididos em função das normas de aplicação do teste BPR-5. Entretanto, entre os dezesseis agentes jovens que responderam à forma A de aplicação, tais casos são mais comuns, sendo poucos os

⁴ Este trabalho faz referência aos períodos escolares conforme denominação usada no manual do teste da BPR-5. Em fevereiro de 2006 foi publicada a Lei nº 11.274/2006, dispondo sobre a duração de 9 (nove) anos para o Ensino Fundamental, com matrícula obrigatória a partir dos 6 (seis) anos de idade (BRASIL (2007) Ministério da Educação). Conseqüentemente, desde 2007 as escolas adotam nova denominação em que intitula as séries do Ensino Fundamental em anos, ou seja, considera-se, segundo a nova denominação, que a parte da amostra que respondeu a Forma A de aplicação da BPR-5 cursa entre o 6º ano e o 9º ano.

casos de adolescentes que não possuem antecedentes marcados por episódios de tamanha violência física e psicológica.

6.2 A amostra estudada e suas habilidades cognitivas

A análise dos resultados de desempenho dos participantes deste trabalho, nas provas que mediam habilidades cognitivas e intelectuais, revela que, de maneira geral, a amostra como um todo possui níveis de desempenho na faixa média para sua idade e escolaridade.

A BPR-5 apresentou percentil médio do grupo avaliado de 48,04, o que pode ser classificado como nível médio conforme o manual do teste. Já o Raven apresentou uma média de acerto no teste de 70,65%, desempenho também considerado na faixa mediana, segundo o percentil (acima de 75) da população em que o teste foi validado.

De maneira geral, a população pesquisada demonstra possuir habilidades intelectuais preservadas, o que permite inferir que a situação de vulnerabilidade social e de constante exposição ao risco não comprometeu, até o momento, o desenvolvimento intelectual dessa população.

Hutz e Koller (1997) destacam, em sua pesquisa sobre o desenvolvimento de crianças em situação de rua, a incongruência nos estudos da Psicologia do Desenvolvimento que envolve crianças e adolescentes em situação de risco pessoal e social, destacando que os desencontros nos achados dessas pesquisas são evidentes. Ora os pesquisadores destacam vivências em situações de risco como prejudiciais e capazes de retardar o desenvolvimento global de crianças e adolescentes, ora ressaltam as oportunidades e possibilidades de desenvolvimento fornecidas pela rua e por situações de risco que aprimoram habilidades como uso de operações matemáticas diante da necessidade de lidar com dinheiro, além da facilidade na aprendizagem da música e habilidades computacionais.

Entretanto, ainda ressaltando a questão da constante repetência escolar entre os participantes, deve-se considerar que o motivo do atraso na escolarização não pode ser atribuído a problemas relacionados com déficits intelectuais, uma vez que todos os adolescentes da amostra apresentaram escores de QI classificados na faixa considerada média pelo manual da BPR-5, conforme demonstra a Tabela 11.

Os dados da Tabela 12 ainda reforçaram que, mesmo após a subdivisão segundo as formas de aplicação da BPR-5, os adolescentes mantiveram desempenho na classificação média. Sendo assim, os níveis de habilidades intelectuais medidos pelo teste da BPR-5 não podem ser apontados como fator causal das repetências e do atraso na evolução dos estudos desses adolescentes.

Em um dos estudos realizados por Primi e Almeida (2000) com alunos brasileiros e portugueses para a validação do teste da BPR-5, os autores afirmam que, a partir dos dados alcançados, não é possível esperar altos coeficientes de correlação entre as notas escolares e as notas da BPR-5. E acrescenta que a variável nota escolar provavelmente não se reflete exclusivamente nos aspectos cognitivos dos alunos, visto que a aprendizagem de novos conteúdos escolares requer domínio das habilidades intelectuais envolvidas no ato de raciocinar a partir de informações previamente aprendidas, isto é, as provas escolares exigem maior organização esquemática do conhecimento aprendido, ao passo que as provas de raciocínio da BPR-5 medem a capacidade de processamento de informação diante de conhecimentos novos sobre os quais existe pouco conteúdo previamente informado (Hunt, 1999).

A estrutura das provas da BPR-5 é apresentada ao participante de forma a avaliar sua capacidade de resolver problemas relativamente novos em relação ao conhecimento prévio que o avaliado possui, a partir da análise de informações referentes à situação-problema, o relacionamento dessas informações, a criação de novas concepções abstratas e a dedução de

respostas para o problema a partir dessas concepções. A partir daí, é possível afirmar que tais provas exigem planejamento e execução de estratégia analítica de raciocínio em situações nas quais é necessário o manuseio mental de um grande número de informações (Primi & Almeida, 2000).

A BPR-5 avalia simultaneamente a inteligência geral ou fator “g” e oferece estimativas do funcionamento cognitivo geral e as forças e fraquezas de áreas específicas, por meio de cinco subtestes que são, na verdade, provas de raciocínio. A descrição do que cada subteste avalia está descrito na introdução deste trabalho.

O desempenho dos participantes nas provas demonstrou certa constância, contudo algumas peculiaridades dessa amostra podem ser constatadas. O raciocínio mais desenvolvido entre os participantes que responderam a forma A de aplicação foi o mecânico, seguido pelo numérico, uma vez que, nessas provas, os adolescentes apresentaram desempenho com maior concentração de pessoas na faixa de classificação média e alguns casos com desempenho acima da média estabelecida pelo manual do teste, como demonstram as Tabelas 15 e 17. Já o raciocínio que apresentou menor desempenho nesse grupo foi o espacial, que demonstrou desempenhos medianos e vários outros desempenhos abaixo da média (Tabela 16). Esses dados revelam que essa parte da amostra apresenta bons conhecimentos práticos de mecânica e física, e é capaz de transpor conhecimentos anteriormente adquiridos em experiências cotidianas independentemente da escolarização formal. Além disso, possui bom raciocínio indutivo e dedutivo. Esses dados parecem corroborar os achados empíricos que ressaltam as oportunidades e possibilidades de desenvolvimento fornecidas pela rua e por situações de risco que aprimoram habilidades como uso de operações matemáticas diante da necessidade de lidar com dinheiro (Hutz & Koller, 1997; Primi & Almeida, 2000).

Em contrapartida, o grupo que respondeu a forma B de aplicação demonstrou melhor desempenho em todas as provas de raciocínio, quando comparado com o grupo da forma A. É possível constatar, por meio das frequências de desempenho do grupo que respondeu a forma B da BPR-5, escores maiores em todas as provas, entretanto, ainda é possível destacar o resultado da prova de raciocínio numérico, conforme dados da Tabela 17, com maior número de desempenhos medianos e o maior número de participantes com desempenho acima da média. O raciocínio menos desenvolvido nesse grupo foi o verbal, que, se comparado ao grupo A ainda foi melhor, porém apresentou maior variação de desempenho entre os adolescentes, como se evidencia a Tabela 13.

No que tange à diferença entre gêneros, no desempenho do grupo que respondeu a forma A de aplicação foi possível constatar que não houve diferença significativa entre as formas de raciocínio pesquisadas como aponta a Tabela 20. Contudo, em relação à forma de aplicação B, a Tabela 21 apresenta dados que realçam a diferença significativa no desempenho de homens e mulheres para raciocínio mecânico, tendo os homens um resultado melhor do que as mulheres.

Corroborando os resultados desta pesquisa, Colom, Quiroga e Juan-Espinosa (1999) publicaram um estudo desenvolvido entre os anos de 1979 e 1995 e avaliaram as normas espanholas do *Differential Aptitude Tests* (DAT) e do *Primary Mental Abilities* (PMA) e constataram pontuações maiores dos sujeitos do sexo masculino nos subtestes de raciocínio verbal, habilidade numérica, raciocínio abstrato, relações espaciais e raciocínio mecânico, sendo que esse último demonstrou as maiores diferenças. As mulheres, por sua vez, apresentaram pontuações maiores, apesar da pouca diferença, apenas na prova de velocidade e de precisão.

6.3 A amostra estudada e a percepção de risco e a intenção de comportar-se de forma arriscada

As variáveis percepção de risco e a intenção em engajar-se em comportamento de risco foram investigadas por meio da aplicação de escalas de percepção e comportamento de risco desenvolvidas por Lopes, Lopes, Barbosa-Tinoco e Mundim-Masini, (2008 - em produção). Tais escalas avaliam a percepção de risco e a intenção de apresentar comportamento de risco nos seguintes domínios: risco legal/ético, saúde/segurança, financeiro e social.

Conforme apresentado na introdução deste trabalho, os domínios no que tange a percepção de risco avaliam: Risco Legal/Ético (riscos percebidos em ações desviantes da norma social associadas a infrações de regras, leis ou convenções morais passíveis de punição legal); Risco à Saúde/Segurança (riscos percebidos em ações que possam causar prejuízos à saúde física e psicológica, ameaçar a segurança ou promover o agravamento de doenças); e Risco Social (riscos percebidos em ações que podem gerar consequências sociais negativas como, por exemplo, rompimento ou prejuízo em relacionamentos importantes no ambiente familiar, trabalho, amigos, etc.

Os domínios no que tange à intenção de comportar-se arriscadamente avaliam: Risco Legal/Ético (relaciona-se a comportamentos caracterizados por infringir leis, regras ou convenções morais e que podem gerar punições legais ou éticas para quem os realiza); Risco à Saúde/Segurança (diz respeito a comportamentos capazes de gerar prejuízos ou danos a segurança e a saúde psicológica e física de quem o executa); Risco Financeiro (relaciona-se a toda ação que pode causar prejuízos financeiros ou danos materiais para a pessoa ou a propriedade de quem os executa); e, por fim, Risco Social (ligado a comportamentos que originam consequências sociais negativas para quem os realiza, como rompimento ou prejuízo

em relacionamentos importantes para o indivíduo tais como família, cônjuge, amigos e chefia).

A partir desses dados, é possível observar, na Tabela 27, que houve apenas uma correlação positiva e moderada entre percepção de risco legal/ético e percepção de risco à saúde, ou seja, quanto maior a percepção de risco legal/ético, a saber, percepção das consequências das ações que infringem regras, leis ou convenções morais, maior a percepção de risco à saúde e à segurança, ou seja, percepção das consequências das ações que podem prejudicar o próprio bem-estar biopsicossocial. Nesse sentido, é possível constatar que tanto as regras e normas que constituem o risco legal/ético, quanto às medidas e ações capazes de prejudicar a saúde de uma pessoa são regras claras e constantemente disseminadas entre as pessoas e alardeadas em campanhas de prevenção de comportamentos de risco. Tal aspecto pode explicar a correlação obtida nesta amostra, visto que, quando se trata de risco social, as consequências de se infringir tais regras são implícitas e geralmente ocorrem no âmbito das relações privadas. Ainda nesse sentido, é possível afirmar que, conseqüentemente, as punições também são menos regulamentadas quando se refere a riscos sociais, uma vez que são arbitrárias e variam conforme a sociedade, a cultura e as pessoas envolvidas na situação considerada arriscada.

De forma semelhante, quanto maior a inteligência fluida (fator “g”) medido por meio de acertos no Raven, maior a percepção de riscos que envolvem questões de natureza legal/ética, conforme é possível verificar na Tabela 28. Sendo assim, é possível inferir que quanto maior a habilidade intelectual geral, mais se percebe risco nessas áreas.

Corroborando nessa discussão, Dohmen, Huffman e Sunde (2007) investigaram a relação entre habilidade cognitiva, aversão ao risco e impaciência numa amostra representativa de 1000 alemães, que, por meio de dois testes relacionados às medidas de QI,

constataram que habilidade cognitiva mais baixa está associada à maior aversão ao risco e à maior impaciência.

Considerando que os adolescentes pesquisados vivem expostos a inúmeros fatores de risco, torna-se cada vez mais difícil manter preservadas as habilidades intelectuais fundamentais que podem garantir-lhe o desenvolvimento integral, bem como mantê-lo distante de ameaças de risco. Nesse sentido, Kolling, Silva, Carvalho, Cunha e Kristensenl (2007) avaliaram o funcionamento cognitivo de doze alcoolistas e doze dependentes de cocaína que estavam em tratamento em um centro de Recuperação para dependentes químicos e, por meio de avaliação neuropsicológica, constataram diferenças significativas entre os grupos: os indivíduos de ambos os vícios obtiveram desempenho abaixo da média nos testes empregados, com prejuízo acentuado nas áreas da atenção, nas funções executivas e no controle inibitório, com destaque para o desempenho inferior do grupo de pacientes alcoolistas. Esse dado, em função de sua natureza transversal, pode reforçar a relação entre baixo desempenho intelectual e maior predisposição a se envolver em comportamentos de risco.

Foi possível constatar que, de forma geral, há uma relação entre percepção de risco legal/ético e raciocínio verbal e entre percepção de risco à saúde e raciocínio verbal, como apontam os resultados da pesquisa. Na Tabela 28, identifica-se que, quanto maior o raciocínio verbal, ou seja, quanto mais eficientes as habilidades do participante envolvendo extensão e profundidade do vocabulário, capacidade de estabelecer relações abstratas entre conceitos verbais, desenvolvimento da linguagem, memória semântica, capacidade de associação verbal, compreensão verbal e experiências educacionais, maior também será a percepção de risco à saúde e de risco legal/ético.

Harty, Thorn, Kalmar, Newcorn e Halperin (2004) se propuseram a avaliar o impacto do transtorno de conduta na infância em adolescentes, bem como a avaliar o QI dos jovens e o uso de drogas. Em seus resultados, os autores constataram que escores altos de QI verbal estavam associados a aumento no uso de drogas em adolescentes que apresentaram na infância transtorno de conduta.

O raciocínio verbal nessa amostra é desenvolvido por meio de práticas e incentivos à comunicação verbal, bem como de momentos de orientação em grupo, que acontecem duas vezes por semana, em que os orientadores priorizam vivências e dinâmicas de grupo que desenvolvam o potencial comunicativo dos agentes jovens, além de estarem expostos a ambientes de grande estimulação verbal por meio do trabalho e das campanhas voltadas à comunidade local como prioriza o Projeto.

Quando se considera o raciocínio verbal, segundo Primi e Almeida, (2000), é possível afirmar que, para o sucesso das analogias verbais durante o exercício de raciocinar, é preciso estabelecer uma combinação seletiva, que nada mais é do que a ativação e o relacionamento de informações da memória de longo prazo com informações presentes na memória de trabalho, atendendo a seguinte sequência: primeiro, busca-se no conhecimento previamente adquirido o significado da palavra e, no instante seguinte, recuperam-se seletivamente os atributos mais importantes das palavras relacionadas. Contudo, faz-se importante destacar que a memória semântica desempenha papel fundamental no bom desempenho do raciocínio verbal, visto que auxilia na internalização de significados dos aspectos vividos.

Nesse sentido, é possível inferir, ainda, que quanto maior a capacidade de memória semântica, no que tange a comportamentos arriscados, mais facilmente a pessoa pode se recordar das consequências negativas daquela ação (percepção e intenção de se comportar infringido regras relacionadas à esfera legal/ética) e, conseqüentemente, ela se comporta de forma menos arriscada. Quanto mais a pessoa se recorda de um roubo ou da punição aplicada

à pessoa que participou do tráfico de drogas, por exemplo, mais risco ela perceberá nessas ações e menor será sua intenção de engajar-se nesses comportamentos, embora isso não garanta que ela não se engajará em comportamentos envolvendo esse tipo de risco. De maneira semelhante, conforme citado por Santos (2006), quanto mais a pessoa se recorda de consequências punitivas oriundas de um comportamento de risco, maior a percepção de risco daquele comportamento, uma vez que o risco legal/ético está diretamente associado à internalização das normas e regras.

As Tabelas 29 e 30 apontam para mais correlações em que é possível verificar-se que, em indivíduos com menor escolaridade (participantes que responderam a forma A da BPR-5), quanto maior a percepção de risco legal/ético, maiores também são as percepções de risco à saúde e de risco social, ou seja, quanto mais se percebe risco em ações que desafiam regras e leis, mais se percebe também risco em ações que podem prejudicar a saúde e os relacionamentos interpessoais. O mesmo ocorreu em participantes com maior escolaridade (participantes que responderam a forma B da BPR-5), contudo a correlação com risco social não ocorreu. Parece que obstáculos sociais percebidos quando se está em séries do Ensino Fundamental, desaparecem mais tarde. É importante lembrar que a idade desses participantes está na faixa entre os quinze e os dezessete anos e, portanto, trata-se de alunos repetentes. É possível que a heterogeneidade de relações sociais com pares mais jovens e mais velhos, bem como as consequências sociais advindas da repetência possam, de alguma forma, favorecer a percepção de risco social nessa parte da amostra.

O raciocínio mecânico apresentou correlação com a intenção de apresentar comportamento de risco legal/ético e com comportamento de risco financeiro, o que significa que, quanto maior o raciocínio mecânico, ou seja, relacionado a conhecimentos mecânicos e físicos adquiridos em experiências cotidianas e práticas, maior a intenção de emitir

comportamentos de risco legal/ético, isto é, comportamentos que infrinjam regras e leis e comportamentos que possam causar prejuízos financeiros. Esses dados podem ser verificados na Tabela 35. É importante lembrar que os homens apresentaram os maiores escores nesse tipo de raciocínio, com média de acertos de 10,23 questões (DP = 5,26) em comparação às mulheres, que apresentaram média de acertos 7,15 (DP = 3,54) para a prova de raciocínio mecânico.

Dessa forma, é possível que a correlação obtida na verdade mostre um fator “latente” que explique a correlação obtida. O fator latente pode ser o sexo masculino. De fato, a intenção de comportar-se de forma arriscada no âmbito legal/ético é mais comum em homens. Embora tenham apresentado diferença relativamente pequena, os dados desta pesquisa corroboram esse fato, uma vez que os homens apresentaram escores médios superiores ao das mulheres no fator risco legal/ético: homens apresentam média de 2,62 (DP = 0,88) e mulheres escores médios de 2,40 (DP = 0,72). No âmbito financeiro, os escores dos avaliados na escala de percepção e de intenção de apresentar comportamento de risco financeiro demonstraram que os homens apresentaram escores médios superiores (Média de 2,39, DP = 0,73) ao verificados entre as mulheres (Média de 2,36, DP = 0,77), o que significa que os homens reconhecem maior probabilidade de engajar-se em comportamentos que podem gerar prejuízos financeiros.

Contudo, quando os dados foram submetidos a análise conforme o gênero, foi possível perceber que não houve diferenças significativas entre os sexos quando se analisou percepção de risco e comportamento de risco para a amostra como um todo, para a forma de aplicação A e para a forma de aplicação B da BPR-5 a partir de um Teste *t* como se observa nas Tabelas 31 e 36.

Todavia são muitos os estudos que indicam que há diferenças entre homens e mulheres diante de decisões frente ao risco, o que contraria os resultados encontrados nesta

pesquisa. Alguns autores acreditam que as mulheres se engajem menos em comportamentos de risco (Eckel & Grossman, 2005; Boverie, Scheuffele & Raymond, 1995; Spigner, Hawkins & Loren, 1993; Stallen & Tomas, 1988).

Croson e Gneezy (2009) revisaram a literatura sobre diferença entre os gêneros e tomada de decisão sobre o risco e concluíram que, de fato, as mulheres são mais avessas ao risco do que os homens. Ainda nesse sentido, Byrnes, Miller e Schafer (1999) analisaram 150 estudos entre os anos de 1967 e 1997, em que a tendência ao risco de participantes do sexo masculino e feminino foi comparada em uma variedade de configurações. Esses estudos envolveram mais de 100.000 participantes e os resultados mostraram que em quatorze das dezesseis tarefas da pesquisa, os homens foram mais propensos ao risco. Determinadas tarefas como, por exemplo, intelectual e física, produziram maiores diferenças entre os gêneros do que outras, tais como riscos para a saúde como o tabagismo.

A análise da tabela 37 indicou que há diferença significativa quanto ao comportamento de risco social e as diferentes formas de aplicação da BPR-5 para esta amostra. A parte da amostra que respondeu a forma de aplicação B apresentou escores de comportamento de risco social maior que os demais comportamentos de risco. Provavelmente isso se deva ao fato de que o grupo que respondeu a forma A de aplicação já experimentou prejuízos sociais maiores que o grupo que respondeu a forma B, tais como situações de violência, problemas com a lei, abandono familiar, preconceito, em função de terem vivido em abrigos ou por possuírem grande número de reprovações escolares, etc., como foi informado pela equipe técnica responsável pelo Projeto Agente Jovem. O fracasso escolar, por exemplo, caracterizado pelas repetências, pode ser compreendido como uma ruptura de normas sociais, o que acarretaria menor intenção de apresentar comportamento de risco social.

Esse dado pode explicar, ainda, o fato de os participantes que responderam a forma B apresentarem maior intenção de engajamento em comportamentos de risco social. Nessa parte da amostra, há uma tendência maior a apresentar comportamentos que os levarão ao rompimento ou prejuízo em relacionamentos importantes como família, amigos, colegas de escola e chefia. É bom lembrar que essa parte da amostra apresentou histórico de vida repleto de fatores estressores, como citado anteriormente, o que justificaria esse tipo de comportamento mais impulsivo.

Considerando que apenas a intenção de apresentar comportamento de risco social foi maior no grupo B do que no grupo A, é possível acreditar que esse comportamento independa de conhecimentos formalmente adquiridos, ou seja, conhecimentos relativos à inteligência cristalizada, dependendo muito mais de experiências de vida e da própria escolarização, que, nessa amostra, é maior.

Contudo, Campos, Del Prette e Del Prette (2000) realizaram estudo com crianças e adolescentes em situação de risco social que exerciam atividades como vigiar carros, vender sorvetes, serviços diversos de *office-boy*, aquisição e venda de sucatas e pedir esmolas, constataram em seus resultados que essas atividades exigiam aparentemente pouca ou nenhuma qualificação formal, entretanto promoviam o desenvolvimento de habilidades cognitivas de cálculo e planejamento de dinheiro para seu próprio uso ou das respectivas famílias. Esses autores acrescentaram, ainda, que essas atividades estimulavam, sobretudo, os relacionamentos interpessoais contínuos, em geral com pessoas desconhecidas, o que requer habilidade para abordar pessoas, domínio de técnicas de conversação, negociação e cortesia: competências sociais de grande relevância para essas crianças e adolescentes.

Nesse sentido, é importante destacar que um dos objetivos do Projeto Agente Jovem é a profissionalização por meio de locais de aprendizado em que os adolescentes exercem atividades laborais durante seis horas semanais. Entretanto, esse último aspecto deveria alertar

a equipe responsável, uma vez que não só a parte da amostra que respondeu a forma A, mas toda a população pesquisada, periodicamente experimenta situações de trabalho formal sem, contudo, distinguir claramente os riscos sociais inerentes aos ambientes que frequentam durante suas atividades.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Este estudo indicou algumas correlações entre habilidades cognitivas (inteligência verbal e não verbal), percepção de risco e a intenção de comportar-se arriscadamente de adolescentes em situação de vulnerabilidade social que participam de um Projeto de ação social no interior de Minas Gerais. Foi possível constatar algumas correlações entre formas de percepção de risco e entre percepção de risco e inteligência, bem como a presença de correlações entre “tipos” de intenção em apresentar comportamentos arriscados e entre intenção de apresentar comportamento arriscado e inteligência. Esses dados corroboram, de certa forma, nossa hipótese inicial de que haja uma relação entre inteligência e percepção de risco. Por outro lado, as correlações positivas entre intenção de comportar-se e raciocínio mecânico não significam que pessoas mais inteligentes sejam mais propensas a arriscar-se mais nem em aspectos ligados à legalidade e à ética, nem financeiramente. É importante lembrar que esse tipo de raciocínio foi mais elevado em toda a amostra e que essa elevação ocorreu em função do desempenho dos homens (Tabela 11). Isso pode sugerir que homens tenham uma tendência maior a apresentar intenção de arriscar-se financeiramente e de forma legal/ética.

Os resultados deste estudo reforçam a grande preocupação existente entre os autores que estudam o tema e os profissionais que lidam direta ou indiretamente com jovens em situações de risco. O contato com esses adolescentes em situação de vulnerabilidade social, como foi o caso do contato estabelecido pela pesquisadora desse trabalho, fez perceber as condições inóspitas em que o desenvolvimento global desses jovens está inserido e faz refletir acerca da influência das condições de risco sobre as possibilidades de superação da situação instalada para eles.

Entre os diversos resultados apresentados e discutidos nesse trabalho, merece destaque o fato de que quase todas as correlações estão ligadas ao domínio do risco legal/ético. Considerando mais uma vez que esse risco se remete a ações e situações em que regras, leis ou convenções morais são rompidas e punições legais ou éticas são aplicadas a quem cometeu tais atitudes, é possível inferir que habilidades intelectuais superiores ajudam a perceber melhor riscos dessa natureza, mas não garantem a evitação de comportamentos que gerem tais punições e sanções. É possível que a própria condição em que vivem, por si só, caracterize uma ruptura dos direitos legais e morais básicos garantidos a todos os adolescentes, seja por meio do ECA (Estatuto da Criança e do Adolescente) ou da própria Constituição brasileira, que prevê igualdade de direitos e dignidade a todos os cidadãos brasileiros, ou, ainda, da consciência dos governantes e da população que convive com tamanha desigualdade.

Diante desse contexto, é possível constatar que a situação permanente de risco impõe a essas famílias condições de vida ligada a ilegalidade, bem como a convivência constante com meios também ilegais, que garantem a sobrevivência de pessoas em situação semelhantes à sua, tais como convivência com assaltantes, pessoas ligadas ao tráfico de drogas, a “gangues”, violência, etc.

Em contrapartida, é também por meio do reconhecimento (percepção) dos riscos legais e éticos inerentes as inúmeras situações em que vivem, que esses adolescentes poderão buscar sua inclusão social. Para tanto, o funcionamento de habilidades cognitivas e intelectuais pode auxiliar na compreensão das normas e das leis vigentes e de suas consequências.

Muitos participantes (agentes jovens) desta pesquisa apresentaram habilidades cognitivas dentro da média amostral, ou seja, habilidades intelectuais alinhadas à sua idade e escolaridade. Boa habilidade intelectual pode representar um fator importante no favorecimento da compreensão dos riscos que ameaçam a integridade do adolescente sob os

diversos fatores expostos neste trabalho, como situações que envolvem a lei, a moral, a saúde, a segurança, a situação financeira e os relacionamentos interpessoais.

Todavia, não se pode ignorar o fato de que outras variáveis interfiram no processo de tomada de decisão sobre o risco tais como as emoções, a disponibilidade de reforçadores imediatos ou o distanciamento temporal da punição, por exemplo. Sendo assim, são necessários estudos futuros que investiguem outros processos cognitivos (papel da atenção, da tomada de decisão) ou de variáveis comportamentais (disponibilidade do reforço, operações estabelecidas, etc.) que podem ajudar a compreender melhor a questão do risco em crianças e adolescentes e a protegê-los, amenizando a influência de fatores de risco, uma vez que possibilitariam o ajustamento emocional e o desenvolvimento de habilidades sociais que potencializariam a ocorrência de novas oportunidades a essas pessoas de romperem com a exclusão social.

Por outro lado, não há como estudar ou trabalhar com risco fora da realidade relacional dos indivíduos pesquisados e, nesse sentido, uma das contribuições possíveis identificadas nesta pesquisa diz respeito ao Projeto Agente Jovem aqui descrito. A pesquisa mensurou e revelou fatores extremamente relevantes para qualquer trabalho social que vise à reflexão de um grupo, especialmente grupos cujo objetivo seja trabalhar a prevenção de riscos na adolescência. Nesse sentido, somente a aplicação da escala de percepção e de intenção de apresentar comportamento arriscado aparentemente despertou a curiosidade dos jovens e demonstrou a contribuição desse programa social para a formação da consciência acerca dos fatores de risco nos adolescentes nele envolvido. Possivelmente, essa conscientização tenha sido obtida por meio de discussões e debates surgidos entre eles após as aplicações.

Por fim, é importante ressaltar a relevância teórica de estudos que envolvem projetos sociais que tenham cunho preventivo e que vise adolescentes em risco. Contudo, esses

estudos são insuficientes e incipientes diante da necessidade e da relevância social que pesquisas nessa área podem representar. Tais contribuições podem ser determinantes para a construção de uma sociedade mais justa, humana e segura. Para tanto, futuras pesquisas nessa área devem contar com pesquisadores comprometidos com a responsabilidade social que exercem, bem como com a ética e com a qualidade dos instrumentos de avaliação psicológica usados para realizar tais trabalhos.

REFERÊNCIAS

- Abramovay, M., & Castro, M. (2002). *Drogas nas escolas*. Brasília: UNESCO.
- Ackerman, P.L. (1996). A theory of intellectual development: Process, personality, interests, and knowledge. *Intelligence*, 22, 227-257.
- Ackerman, P.L., & Heggestad, E.D. (1997). Intelligence, personality and interests: Evidence for overlapping traits. *Psychological Bulletin*, 121, 219-245.
- Ackerman, P.L., Kyllonen, P.C., & Roberts, R.D. (1999). *Learning and individual differences*. Washington, DC: American Psychological Association.
- Adams, J. (1995) *Risk*. London: UCL Press.
- Albertani, H. M. B., Scivoletto, S., & Zemel, M. L. (2006). Trabalhando com fatores de risco e proteção. In M.F.O. Sudbrack (Org.) *Curso de Prevenção ao uso de drogas para educadores de escolas públicas*. Brasília: Universidade de Brasília.
- Anastasi, A. (1977). *Testes Psicológicos*. São Paulo: EPU.
- Anderson, M. (2000). *Intelligence and development: Studies in Developmental Psychology* (Rev. ed.). Hove, U.K., Psychology Press.
- Angelini, A.L., Alves, I.C.B.; Custódio, E.M.; Duarte, W.F., & Duarte, J.L.M. (1999). *Matrizes Progressivas Coloridas de Raven: Escala Especial. Manual*. São Paulo: CETEPP.
- Atkinson, R. L., Atkinson, R.C., Smith, E. E., Bem, D. J., & Nolen-Hoeksema, S. (2002). *Introdução à Psicologia* *Psicologia de Hilgard*. (D. Bueno, Trad.). Porto Alegre: Artmed, 13ª edição.

Auerbach, R., Abela, J., & Ringo H. M. (2007) Responding to symptoms of depression and anxiety: emotion regulation, neuroticism and engagement in risky behaviors. *Behaviour Research and Therapy*, 45 (9), 2182-2191.

Aun, J. (2005) *Atendimento sistêmico de famílias e redes sociais: fundamentos teóricos e epistemológicos*. Belo Horizonte: Ophicina de Arte & Prosa.

Bandeira, D., Koller, S. H., Hutz, C., & Forster, L. (1996). Desenvolvimento psico-social e profissionalização: uma experiência com adolescentes de risco. *Psicologia: Reflexão e Crítica*, 9, 185-207.

Bardone, A. (1996) Adult mental health and social outcomes of adolescent girls with depression and conduct disorder. *Development and Psychopathology*, 8, 811-829.

Batella, W. B., & Diniz, A. M. A. (2006). Desenvolvimento humano e hierarquia urbana: uma análise do IDH-M entre as cidades mineiras. *Revista de Biologia e Ciências da Terra*. 6 (2), 367-374.

Batty, D., Shipley, L H., Mortensen Boyle, S. H., Barefoot, J.; Gronbaek, M. C., Gale, R. & Deary, I. J. (2008). QI in late adolescence/early adulthood, risk factors in middle age and later all-cause mortality in men: the Vietnam Experience Study *J. Epidemiol. Community Health*, 62 (6), 522 – 531.

Batty, G. D.; Deary, I. J.; Schoon, I., & Gale, C. R. (2007). Associations Between Childhood Intelligence and Hospital Admissions for Unintentional Injuries in Adulthood: The Aberdeen Children of the 1950s Cohort Study. *Am J Public Health*, 97 (2), 291 – 297.

Baumgartl, V. O., & Primi, R. (2006) Evidências de validade da bateria de provas de raciocínio (BPR-5) para seleção de pessoal: *Psicologia: Reflexão e Crítica*, Porto Alegre: 19, (2).

Bock, A. M. B., Furtado, O., & Teixeira, M. L. T. (2002). *Psicologias: Uma introdução ao estudo da psicologia*. 13º Ed. São Paulo: Saraiva.

Boverie, P. E., Scheuffele, D. J., & Raymond, E. L. (1995). Multimethodological approach to examining risk-taking. *Current psychology*, 13, 289-302.

BRASIL (n.d.). Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome. Normas de Implantação do CRAS. Acesso em 09 de Junho de 2009. Disponível em: <http://www.mds.gov.br/servicos/fale-conosco/cras-2013-implantacao>

BRASIL. (2001a) Ministério da Previdência e Assistência Social. *Brasil em família*. Brasília.

BRASIL. (2001b) Ministério da Previdência e Assistência Social. Projeto *Agente Jovem de desenvolvimento social e humano. Guia de gestores*. Brasília.

BRASIL. (2007) Ministério da Educação. *Ensino fundamental de 09 anos: orientações para a inclusão da criança de seis anos de idade*. Beauchamp, J., Pagel, S. D., & Nascimento, A. R. (Orgs.). Brasília: Secretaria de Educação Básica.

Byrnes, J., Miller, D., & Schafer, W. (1999) Gender differences in risk taking: a meta-analysis. *Psychological Bulletin* 125, 367-383.

Câmara, S. G. (2005) Comportamento de Risco entre Jovens. *PSICO: Porto Alegre, PUCRS*, 36 (1), pp. 89-97, jan / abr

Camargo, J. K. R. (1999). Políticas públicas e prevenção em HIV/AIDS. In R. Parker, J. Galvão & M. S. Bessa. (Eds), *Saúde, desenvolvimento e política: respostas frente a AIDS no Brasil* (pp. 227-262). São Paulo: ABIA.

Campos, T. N., Del Prette, Z. A. P., & Del Prette, A. (2000). (Sobre) vivendo nas ruas: habilidades sociais e valores de crianças e adolescentes. *Psicologia: Reflexão e Crítica (online)*, 13(3), 517-527.

Cardoso, L. R. D., Malbergier, A., & Figueiredo, T. F. B. (2008) O consumo de álcool como fator de risco para a transmissão das DSTs / HIV/ Aids. *Revista de Psiquiatria Clínica*, 35 (supl. 1), 70-75.

Carroll, J.B. (1993). *Human cognitive abilities: A survey of factor-analytic studies*. New York: Cambridge University Press.

Carvalho, I. M. M., & Almeida, P. H. (2003) Família e Proteção Social. *São Paulo em Perspectiva*. 17, (2), 109-122.

Chauvin, B., Hermand, D., & Mullet, E. (2007) Risk Perception and Personality Facets. *Risk Analysis*, 27(1), 171 – 185.

Colle, F. X. (2001). *Toxicomania, sistemas e famílias: onde as drogas encontram as emoções*. (M. J. Pereira, Trad.). Lisboa: Climepsi editors (Trabalho original publicado em 1996).

Colom, R., Quiroga, M. A., & Juan-Espinosa, M. (1999). Are cognitive Sex differences disappearing? Evidence from Spanish populations. *Personality and Individual Differences*, 27, 1189-1195.

Cooper, M. L., Agocha, V. B., & Sheldon, M. S. (2000). A motivational perspective on risky behaviors: the role of personality and affect regulatory processes. *Journal of Personality*, 68, 1059-1088.

Cooper, M. L., Wood, H. K., Orcutt, H. K., & Albino, A. (2003). Personality and the predisposition to engage in risky or problem behaviors during adolescence. *Journal of Personality and Social Psychology*, 84(2), 390 – 410.

Croson, R., & Gneezy, U. (2009). Gender differences in preferences. *Journal of Economic Literature*, 47 (2), 1-27.

Davidoff, L. L. (1983). *Introdução à Psicologia*. São Paulo: McGraw-Hill do Brasil.

Deary J., & Batty G. D. (2006). Commentary: Pre-morbid IQ and later health--the rapidly evolving field of cognitive epidemiology. *Int. J. Epidemiol.* 35 (3), 670–672.

Dohmen, T., Falk, A., Huffman, D., & Sunde, U. *Are Risk Aversion and Impatience Related to Cognitive Ability?* (2007). Acesso em 27 de julho de 2009, Disponível em: <http://ssrn.com/abstract=1137079>

Eckel, C., & Grossman, P. (2005) Men, Women and Risk Aversion: Experimental Evidence. *The Handbook of Experimental Economics Results*, Amsterdam, Elsevier Science, North-Holland.

Feijó, R. B., & Oliveira, E. A. (2001) Comportamento de Risco na adolescência: *Jornal de Pediatria.* 77 (Supl.2), 125 – 134.

Flores-Menonza, C. E. (2006). O estudo das diferenças individuais no Brasil. In C. Flores-Menonza, R. Colom, A. André-Pueyo, R. J. Haier & S. A. Petrill. (2006). *Introdução à Psicologia das Diferenças Individuais.* (PP. 37-56). Porto Alegre: Artmed.

Galduroz, J. C. F., Noto, A. R., Fonseca, A. M., & Carlini, E. A. V levantamento nacional sobre o consumo de drogas psicotrópicas entre estudantes do ensino fundamental e médio da rede pública de ensino nas 27 capitais brasileiras: 2004. São Paulo: Centro Brasileiro de informações sobre Drogas psicotrópicas, UNIFESP.

Hart C. L., Taylor, M. D., Davey-Smith. G., Whalley, L. J., Starr, J. M., Hole D.J., et al., (2003). Childhood IQ, social class, deprivation, and their relationships with mortality and morbidity risk in later life: prospective observational study linking the Scottish mental survey 1932 and the midspan studies. *Psychosom Med*, 65, 877-883.

Harty, S. C., Thorn, N. K., Kalmar, J. H., Newcorn, J. H., & Halperin, J. M. (2004). The effect of childhood conduct disorder and cognitive functioning on adolescent substance use. *CNS Spectr*: 9 (9), 661-666.

Hemmingsson, T., Melin, B., Allebeck, P., & Lundberg, I. (2006) The association between cognitive ability measured at ages 18–20 and mortality during 30 years of follow-up: a prospective observational study among Swedish males born 1949–1951. *Int J Epidemiol*, 35, 665–70.

Hirschi, T. (1969). *Causes of Delinquency*. Berkeley: University of California Press.

Hirschi, T., & Hindelang, M. (1977). Intelligence and Delinquency: a revisionist review. *American Sociological Review*, 42 (4), 571-587.

Hogan, T. P. (2006). *Introdução à Prática de Testes Psicológicos*. (L. A. Pontes, trad.). Rio de Janeiro: LTC.

Houaiss, A. (2001) *Dicionário Houaiss da língua portuguesa*. Rio de Janeiro: Objetiva.

Hunt, E. (1999). Intelligence and human resources: past, present and future. In: P.L. Ackerman, P.C. Kyllonen & R.D. Roberts (Eds.). *Learning and individual differences: process, trait and content determinants*. (pp. 3-28). Washington, DC: American Psychological Association.

Hutz, C., & Koller, S. (1997). Questões sobre o desenvolvimento de crianças em situação de rua. *Estudos de Psicologia* (Natal), 2 (1), 175-197.

Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE). *Ranking do Índice de Desenvolvimento Humano dos municípios do Brasil 2000*. Acessado em Maio de 2009. Disponível em: [http://www.pnud.org.br/atlas/ranking/IDH-](http://www.pnud.org.br/atlas/ranking/IDH-M%2091%2000%20Ranking%20decrecente%20(pelos%20dados%20de%202000).htm)

[M%2091%2000%20Ranking%20decrecente%20\(pelos%20dados%20de%202000\).htm](http://www.pnud.org.br/atlas/ranking/IDH-M%2091%2000%20Ranking%20decrecente%20(pelos%20dados%20de%202000).htm)

Kalina, E. (1999). *Drogadição hoje: indivíduo, família e sociedade*. Porto alegre: Artmed.

Kolling, N. M., Silva, C. R., Carvalho, J. C. N., Cunha, S. M., & Kristensenl, C. H. (2007). Avaliação neuropsicológica em alcoolistas e dependentes de cocaína. *Avaliação Psicológica*, 6 (2), 127-137.

Lawlor, D. A., Clark, H., & Leon D. A. (2007). Mental ability across childhood in relation to risk factors for premature mortality in adult life: the 1970 British Cohort Study. *J. Epidemiol. Community Health*. 61 (11), 997 - 1003.

Lima, M. L. (1995) Viver com o risco: abordagens da Psicologia social ambiental. *Inforgeo*, 39-54.

Lima, S. A. (2001) *A Clínica do possível: tratando de dependentes de droga na periferia de São Paulo*. São Paulo: Casa do Psicólogo.

Lopes, R. F., Lopes, E. J., Barbosa-Tinoco, G., & Mundim-Masini, A. (2008). *Escala de Percepção e Comportamento de Risco* (Em produção).

Lubinsk, D. (2004). Introduction to the special section on cognitive abilities: 100 Years After Spearman's – 1904. General Intelligence, Objectively Determined and Measured. *Journal of Personality and Social Psychology*. 86 (1), 96-111.

Miles, J. N. V. & Shevlin, M. E. (2001). *Applying regression and correlation: a guide for students and researches*. London: Sage Publications.

Minuchin, S. (1990). *Famílias: funcionamento e tratamento*. (Jurema A. Cunha, Trad.). Porto Alegre: Artes Médicas (Trabalho original publicado em 1980).

Morin, E. (1996). A noção do sujeito, por Edgard Morin. In D, F. Scjimitman (Org). *Novos paradigmas, cultura e subjetividade* (pp. 45-58), (Jussara H. Rodrigues, Trad.). Porto Alegre: Artes Médicas: Trabalho original publicado em 1994.

Murchison, C. (1926). *Criminal Intelligence*. Worcester, Clark University Press.

Mundim-Mazini, A. A. (2009). *Fatores de personalidade e percepção de risco podem prever comportamento de risco? Um estudo com universitários*. Dissertação de Mestrado: Universidade Federal de Uberlândia: Uberlândia.

Nasciutti, J. C. R., (1996). A instituição como via de acesso à comunidade. In Campos & cols. (Orgs). *Psicologia social comunitária: da solidariedade à autonomia*. Petrópolis: Vozes.

Piaget, J. (1973). *Estudos Sociológicos*. Rio de Janeiro: Forense

Primi, R. & Almeida, L. S. (2000). Estudo de Validação da bateria de provas de raciocínio (BPR-5). *Psicologia: Teoria e Pesquisa*. 16 (2), 165-173.

Primi, R. (2002). Inteligência Fluida: definição fatorial, cognitiva e neuropsicológica. *Cadernos de Psicologia e Educação - Paidéia*, 12, 57-77.

Primi, R., & Almeida, L. S. (2000). BPR-5: Bateria de provas de raciocínio: manual técnico. São Paulo: Casa do Psicólogo.

Primi, R., & Almeida, L. (2002). Inteligência geral ou fluida: desenvolvimentos recentes na sua concepção. *Sobredotação*, 3, 127-144.

Raven, J. C. (2002). *Matrizes Progressivas: Escala Avançada, Manual Técnico*. F. Campos (Trad.). Rio de Janeiro: CEPA.

Reiss, A. J., & Rhodes, A. L. (1961). The distribution of juvenile delinquency in the social class structure. *American Sociological Review*, 26, 720 – 732.

Renn, O. (1992). Concepts of risk: a classification. In: S. Krimsky & D. Golding (Eds), *Social Theories of Risk* (pp. 53-79). London: Praeger.

Roazzi, A., & Souza, B. C. (2002). Repensando a Inteligência. *Paidéia*, 12 (23), 31-55.

Santos, J. B. (2006). *Redes sociais e fatores de risco e de proteção para o envolvimento com drogas na adolescência: avaliação e abordagem no contexto da escola*. Dissertação de Mestrado. Universidade de Brasília, Brasília.

Sawaia, B. (1999). Exclusão ou Inclusão perversa? In B. Sawaia (Org.), *As artimanhas da exclusão: análise psicossocial e ética da desigualdade social* (PP. 7-15). Petrópolis: Vozes.

SEBRAE MINAS (2003). *Relatório de Diagnóstico Municipal de Tupaciguara*. Programa SEBRAE de Desenvolvimento Local. Acessado em 18 de Maio de 2009. Disponível em: <http://www.sebraemg.com.br/arquivos/programaseprojetos/DesenvolvimentoLocal/diagnosticosmunicipais/Tupaciguara.pdf>

Sisto, F. F. (2006). *Teste de Raciocínio Inferencial*. São Paulo: Vetor

Slovic, P. (1999) Trust, emotion, sex, politics, and science: surveying the risk-assessment battlefield. *Risk Analysis*, 19 (4), 689 - 701.

Spigner, C., Hawkins, W., & Lorens, W. (1993). Gender differences in perception of risk associated with alcohol and drugs use among college students. *Women and Health*, 20, 87-97.

Sposito, M. P., & Carrano, P. C. R. (2003) Juventude e políticas públicas no Brasil. *Revista Brasileira de Educação* (online), 24, 16 – 39. Disponível em: <http://www.bdae.org.br/dspace/handle/123456789/2354>

Sposito, M. P., Silva, H. H. de C., & Souza, N. S. (2006) Juventude e poder local: um balanço de iniciativas públicas voltadas para jovens em municípios de regiões metropolitanas. *Revista Brasileira de Educação* (online), 11 (32), 238 – 257. Disponível em: <http://www.bdae.org.br/dspace/handle/123456789/2353>

Stallen, P. J. M., & Tomas, A. (1988) Public concern about industrial hazards. *Risk Analysis*, 8, 237-245.

Sudbrack, M. (1998). Situações de risco à drogadição entre crianças e adolescentes de baixa renda: os paradoxos e as possibilidades da família. *Revista SER social*, 3, 219-243.

Sudbrack, M. F. O. (2004). Redes Sociais e Adolescentes. In M. Sudbrack, M. Conceição, & L. Costa (Orgs), *Curso de Prevenção ao uso de drogas para educadores de escolas públicas*. Brasília: Universidade de Brasília.

Thielen, I. P., Hartmann, R. C., & Soares, D. P. (2008) Percepção de risco e excesso de velocidade. *Caderno Saúde Pública*, 24 (1), 131-139.

Weber, E. U., Blais, A. R., & Betz, N. E. (2002). A domain-specific risk-attitude scale: measuring risk perceptions and risk behaviors. *Journal of Behavioral Decision Making*, 15, 263 – 290.

Wolfgang, M., Figlio, R. M., & Thorsten, S. (1972). *Delinquency as birth cohort*. Chicago: University of Chicago Press.

Wood, G. (2003). Staying secure, staying poor: “The Faustian Bargain”. *World Development*, 31 (3), 455-471.

Wynne, B. (1992) Risk and Social Learning: Reification to Engagement. In: S. Krimsky & D. Golding (Eds), *Social Theories of Risk*. (pp. 275-300). London: Praeger.

Zeleny, L. D. (1933). Feeble-mindedness and criminal conduct. *American Journal of Sociology*, 38, 564 – 578.

Zuckerman, M. (2000) Are you a risk taker? *Psychology Today*, 33, 52-56. New York, NY.

Zuckerman, M., & Kuhlman, M. (2000). Personality and risk taking: Common Biosocial Factors. *Journal of Personality*, 68, 999-1029.

ANEXOS

Anexo A: Termo de autorização – Coordenação do Centro de Referência em Ação Social



UNIVERSIDADE FEDERAL DE UBERLÂNDIA
INSTITUTO DE PSICOLOGIA

PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM PSICOLOGIA - CURSO DE MESTRADO
ÁREA DE CONCENTRAÇÃO: PSICOLOGIA APLICADA



Bloco 2C – Sala 46 – Campus Umuarama – Uberlândia MG – CEP 38400-902 – CP 593 - Fone: (34) 3218-2701

Site: www.pepsi.ufu.br - E-mail: pepsi@fapsi.ufu.br

Eu, _____, na qualidade de coordenadora do Centro de Referência em Assistência Social Nova Esperança (CRAS – Nova Esperança) e responsável pelo Projeto Agente Jovem desenvolvido no mesmo em parceria com a Prefeitura Municipal de XXXXXXXX, declaro que estou ciente de que os adolescentes do referido Projeto farão parte da pesquisa intitulada “RELAÇÃO ENTRE PERCEPÇÃO E COMPORTAMENTO DE RISCO E NÍVEIS DE HABILIDADES COGNITIVAS EM UM GRUPO DE ADOLESCENTES EM SITUAÇÃO DE VULNERABILIDADE SOCIAL”, realizado como parte dos estudo de Mestrado em Psicologia pela Universidade Federal de Uberlândia da pesquisadora Janaina Aparecida Paulino, sob orientação da Profª Dra. Renata F. F. Lopes e co-orientação do Profº Dr. Sinésio Gomide Junior, e autorizo que o mesmo seja desenvolvido nesse serviço, me comprometendo a facilitar as condições necessárias para a realização do mesmo.

Estou informado (a) de que os agentes jovens são livres para desistir em qualquer momento, sem correr o risco de discriminação ou represália por parte da pesquisadora, além de que os adolescentes também, por iniciativa própria, poderão desistir de participar da pesquisa em qualquer momento. Os agentes jovens não terão despesas ou ônus para participar desse estudo e seus pais e/ou responsáveis serão consultados e solicitados a autorizarem a participação dos filhos por escrito.

Concordo que os agentes jovens sob minha responsabilidade sejam sujeitos da referida pesquisa e estou ciente que os dados coletados serão utilizados para publicação científica, respeitando a identificação pessoal dos participantes segundo a resolução do código de ética profissional, resolução 196.

_____, de _____ de 2008

Elcy Divina de Oliveira Secretária de Trabalho, Promoção e Ação Social da Prefeitura Municipal de XXXXXXXX e Coordenadora do Centro de Referência em Ação Social - Nova Esperança

Anexo B: Termo de consentimento livre e esclarecido para pais e/ou responsáveis

Estamos convidando seu filho a participar da pesquisa de mestrado intitulada “Relação Entre Percepção, Comportamento De Risco e Níveis De Habilidades Cognitivas em um Grupo de Adolescentes em Situação de Vulnerabilidade Social” sob a responsabilidade dos pesquisadores Janaina Aparecida Paulino (mestranda), Prof^a Dra. Renata F. F. Lopes e Prof^o Dr. Sinésio Gomide Junior, todos do Instituto de Psicologia da Universidade Federal de Uberlândia.

Para tanto, gostaria de poder contar com sua colaboração, Sr(a) _____, responsável pelo agente jovem _____ autorizando o mesmo a participar da pesquisa.

Nessa pesquisa buscamos entender a relação entre percepção de risco, comportamento de risco e níveis de inteligência (habilidades intelectuais) em adolescentes que participam do Projeto Agente Jovem. A aplicação dos testes será em conjunto com os demais agentes jovens e acontecerá nos dias e horários de orientação (terças e quintas, às ___ horas), cedidos pelos orientadores de seu filho no Projeto.

A participação de seu filho consistirá em resolver os exercícios e tarefas propostas por 2 testes de inteligência, que gastarão em média 30 minutos cada, bem como responderá uma escala em que constam perguntas sobre a opinião dele diante de comportamentos de risco envolvendo adolescentes. Em nenhum momento você nem seu filho serão identificados. Os resultados da pesquisa serão publicados em congressos científicos e em revistas científicas e ainda assim a identidade de ambos serão preservadas. Outra informação importante é que vocês (pais, responsáveis e o adolescente) não terão nenhum gasto ou ganho financeiro por participar da pesquisa, como também não terão nenhum risco. Na verdade vocês irão contribuir para o desenvolvimento de estudos relacionados à percepção de risco e comportamento de risco na adolescência, trazendo assim, benefícios a todas as famílias de adolescentes que se preocupam com a exposição dos mesmos a riscos.

Você é livre para não autorizar a participação do seu filho, assim como ele também é livre para parar de participar a qualquer momento sem nenhum prejuízo para a participação dele no Projeto agente jovem ou no atendimento psicológico que ele recebe por meio do Projeto no CRAS. Uma cópia deste Termo de Consentimento Livre e Esclarecido ficará com o senhor(a).

Estamos prontamente disponíveis, caso você deseje esclarecer qualquer dúvida, mesmo que essa possa afetar a sua vontade de autorizar seu filho a continuar participando. Assim, qualquer dúvida a respeito da pesquisa você poderá entrar em contato com:

Pesquisadores: Janaina Aparecida Paulino, Prof^a Dra. Renata F. Fernandes Lopes e Prof^o Dr. Sinésio Gomide Junior. Avenida Pará, 1720, Bloco 2C, Uberlândia – MG. Telefone: 3218-2235 – ramal 38.

Comitê de Ética em Pesquisa: Av. João Naves de Ávila, 2121 – Bloco 1J, Campus Santa Mônica Uberlândia – MG CEP 39400-902. Fone/Fax: (34) 3239-4531.

Eu autorizo meu filho(a) _____ a participar do projeto citado cima, voluntariamente após ter sido esclarecido.

Assinatura do Pai e/ou Responsável: _____

RG (pai / responsável): _____

Grau de Parentesco com o Agente Jovem: _____

_____ de _____ de 2008

Anexo C: Termo de consentimento livre e esclarecido para o adolescente

Você está sendo convidado para participar da pesquisa intitulada “**Relação Entre Percepção E Comportamento De Risco E Níveis De Habilidades Cognitivas Em Um Grupo De Adolescentes Em Situação De Vulnerabilidade Social**” sob a responsabilidade dos pesquisadores Janaina Aparecida Paulino (mestranda), Profª Dra. Renata F. F. Lopes e Profº Dr. Sinésio Gomide Junior.

Nessa pesquisa buscamos entender a relação entre níveis de inteligência (habilidades cognitivas), e a capacidade do adolescente de perceber risco e se comportar de forma arriscada, que como você, estão regularmente inscritos e frequentam o Projeto Agente Jovem.

Na sua participação você responderá a perguntas que questionam sua opinião sobre percepção de risco e comportamento de risco na adolescência e ainda responderá alguns exercícios que avaliarão sua inteligência: raciocínio verbal, espacial, numérico, abstrato, mecânico e lógico; todos são exercícios em que você responderá individualmente e que não exigirão que você se exponha frente aos demais colegas do seu grupo.

Em nenhum momento você será identificado. Os resultados da pesquisa serão publicados e mesmo assim sua identidade será preservada. Você não terá nenhum prejuízo ou ganho financeiro por participar da pesquisa. Não haverá risco para você, pois será mantido o caráter confidencial das informações relacionadas com a sua privacidade.

Você é livre para parar de participar a qualquer momento sem nenhum prejuízo para você, ou seja, caso desista de participar isso não terá qualquer implicação em sua participação no Projeto Agente Jovem nem mesmo no atendimento psicológico que você recebe por meio do Projeto no CRAS. Uma cópia deste Termo de Consentimento Livre e Esclarecido ficará com você. Qualquer dúvida a respeito da pesquisa você poderá entrar em contato com os pesquisadores:

Pesquisadores: Janaina Aparecida Paulino. Avenida Pará, 1720, Bloco 2C. Telefone: 3218-2235 – ramal 38

Profª Dra. Renata F. Fernandes Lopes. Avenida Pará, 1720, Bloco 2C. Telefone: 3218-2235 – ramal 38

Profº Dr. Sinésio Gomide Junior. Avenida Pará, 1720, Bloco 2C. Telefone: 3218-2235 – ramal 38

Comitê de ética em Pesquisa: Av. João Naves de Ávila, 2121 – Bloco 1J, Campus Santa Monica Uberlândia – MG CEP 39400-902. Fone/Fax: (34) 3239-4531.

Uberlândia, _____ de _____ de 2008.

Assinatura dos pesquisadores: _____

Eu aceito participar do projeto citado cima, voluntariamente após ter sido esclarecido.

Participante da pesquisa: _____

RG do participante: _____

_____ de _____ de 2008

Anexo D: Termo do Comitê de Ética



Universidade Federal de Uberlândia
 Pró-Reitoria de Pesquisa e Pós-Graduação
 COMITÊ DE ÉTICA EM PESQUISA - CEP
 Avenida João Naves de Ávila, nº. 2160 - Bloco J - Campus Santa Mônica - Uberlândia-MG -
 CEP 38400-089 - FONE/FAX (34) 3239-4531/4173; e-mail: cep@propp.ufu.br;
www.comissoes.propp.ufu.br

ANÁLISE FINAL Nº. 598/08 DO COMITÊ DE ÉTICA EM PESQUISA PARA O PROTOCOLO REGISTRO CEP/UFU 262/08

Projeto Pesquisa: Relações entre percepção e comportamento de risco e níveis de habilidades cognitivas em um grupo de adolescentes em situação de vulnerabilidade social.

Pesquisador Responsável: Sinésio Gomide Júnior

De acordo com as atribuições definidas na Resolução CNS 196/96, o CEP manifesta-se pela aprovação do projeto de pesquisa proposto.
 O protocolo não apresenta problemas de ética nas condutas de pesquisa com seres humanos, nos limites da redação e da metodologia apresentadas.

O CEP/UFU lembra que:

- a- segundo a Resolução 196/96, o pesquisador deverá arquivar por 5 anos o relatório da pesquisa e os Termos de Consentimento Livre e Esclarecido, assinados pelo sujeito de pesquisa.
- b- poderá, por escolha aleatória, visitar o pesquisador para conferência do relatório e documentação pertinente ao projeto.
- c- a aprovação do protocolo de pesquisa pelo CEP/UFU dá-se em decorrência do atendimento a Resolução 196/96/CNS, não implicando na qualidade científica do mesmo.

Data para entrega do relatório final: Março de 2009.

SITUAÇÃO: PROTOCOLO DE PESQUISA APROVADO.

OBS: O CEP/UFU LEMBRA QUE QUALQUER MUDANÇA NO PROTOCOLO DEVE SER INFORMADA IMEDIATAMENTE AO CEP PARA FINS DE ANÁLISE E APROVAÇÃO DA MESMA.

Uberlândia, 14 de novembro de 2008.

Prof. Dra. Sandra Terezinha de Farias Furtado
 Coordenadora do CEP/UFU

Orientações ao pesquisador

- O sujeito da pesquisa tem a liberdade de recusar-se a participar ou de retirar seu consentimento em qualquer fase da pesquisa, sem penalização alguma e sem prejuízo ao seu cuidado (Res. CNS 196/96 - Item IV.1.f) e deve receber uma cópia do Termo de Consentimento Livre e Esclarecido, na íntegra, por ele assinado (Item IV.2.d).
- O pesquisador deve desenvolver a pesquisa conforme delineada no protocolo aprovado e descontinuar o estudo somente após análise das razões da descontinuidade pelo CEP que o aprovou (Res. CNS Item III.3.z), aguardando seu parecer, exceto quando perceber risco ou dano não previsto ao sujeito participante ou quando constatar a superioridade de regime oferecido a um dos grupos da pesquisa (Item V.3) que requeriram ação imediata.
- O CEP deve ser informado de todos os efeitos adversos ou fatos relevantes que alterem o curso normal do estudo (Res. CNS Item V.4). É papel de o pesquisador assegurar medidas imediatas adequadas frente a evento adverso grave ocorrido (mesmo que tenha sido em outro centro) e enviar notificação ao CEP e à Agência Nacional de Vigilância Sanitária - ANVISA - junto com seu posicionamento.
- Eventuais modificações ou emendas ao protocolo devem ser apresentadas ao CEP de forma clara e sucinta, identificando a parte do protocolo a ser modificada e suas justificativas. Em caso de projetos do Grupo I ou II apresentados anteriormente à ANVISA, o pesquisador ou patrocinador deve enviá-las também à mesma, junto com o parecer aprobatório do CEP, para serem juntadas ao protocolo inicial.

Anexo E: Escala de percepção e de intenção de apresentar comportamento de risco

Idade: _____ anos Sexo: M F Curso: _____

Abaixo encontram-se algumas questões que devem ser avaliadas duas vezes por você. Na primeira coluna em branco, coloque um número que corresponda à sua resposta, considerando a escala abaixo:

Para cada sentença abaixo, indique *quanto risco você percebe* nas situações citadas. Numere de 1 a 5, utilizando a escala a seguir:

1	2	3	4	5
Nenhum risco	Pouco risco	Risco moderado	Muito risco	Risco extremo

Na segunda coluna, coloque um número que corresponda à sua resposta, considerando a escala:

Para cada uma das sentenças abaixo, indique a *probabilidade de você realizar* cada atividade ou comportamento. Forneça uma nota de 1 a 5, conforme a escala abaixo:

1	2	3	4	5
Muito improvável	Improvável	Incerto	Provável	Muito provável

	<i>Quanto risco você percebe?</i>	<i>Probabilidade de realizar?</i>
1 - Admitir que a sua opinião é diferente da opinião dos seus amigos.		
2 - Comprar drogas ilegais.		
3 - Gastar grande quantidade de dinheiro em loterias.		
4 - Agredir fisicamente outra pessoa.		
5 - Ser avalista de alguém.		
6 - Criticar ou apontar defeitos de uma pessoa importante para você.		
7 - Dirigir bêbado.		
8 - Falsificar documentos.		
9 - Consumir bebida alcoólica em excesso.		
10 - Ignorar dor física persistente não indo ao médico.		
11 - Fazer cópias ilegais (xerocar livros, copiar CDs, etc).		
12 - Fazer sexo sem usar preservativo (camisinha).		
13 - Não utilizar filtro solar.		
14 - Não usar cinto de segurança.		
15 - Praticar esportes radicais.		
16 - Roubar pequenos objetos (caneta, bala, folha de papel, etc).		
17 - Usar drogas.		
18 - Fumar cigarro.		
19 - Defender um assunto polêmico em uma ocasião social.		
20 - Gastar dinheiro impulsivamente, sem pensar nas conseqüências.		
21 - Fazer gatos de TV a cabo ou energia.		
22 - Comprar objetos que estão em promoção sem haver necessidade.		
23 - Vestir roupas não convencionais ou provocativas.		
24 - Dirigir em alta velocidade.		
25 - Trair esposo(a), namorado(a) ou companheiro(a) com outra pessoa.		
26 - Mentir para alguém.		
27 - Investir em um negócio que possui grandes chances de não dar certo.		
28 - Emprestar para amigo / familiar a maior parte do seu salário ou renda mensal.		